

PERcursos Linguísticos

**VITÓRIA
2012
UFES**

PERcursos Linguísticos

Esta revista é um periódico semestral.

Reitoria

Reitor: Reinaldo Centoducatte

Vice-Reitor: Maria Aparecida Santos Corrêa Barreto

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Pró-Reitor: Neyval Costa Reis Júnior

Centro de Ciências Humanas e Naturais

Diretor: Renato Rodrigues Neto

Vice-Diretor: Júlio Bentivoglio

Departamento de Línguas e Letras

Chefe: Jurema José de Oliveira

Subchefe: Sérgio da Fonseca Amaral

Programa de Pós-Graduação em Linguística

Mestrado em Estudos Linguísticos

Coordenador: Maria da Penha Pereira Lins

Coordenadora Adjunta: Lúcia Helena Peyroton da Rocha

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)

PERcursos linguísticos [recurso eletrônico] / Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Linguística. – v. 2, n. 5 (2012)-. – Dados eletrônicos. – Vitória : UFES, 2012-Semestral.

ISSN: 2236-2592

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web: <<http://periodicos.ufes.br/percursos>>

1. Linguística – Periódicos. 2. Linguística – Estudo e ensino. I. Programa de Pós-graduação em Linguística. II. Universidade Federal do Espírito Santo.

CDU: 81(05)

Ficha catalográfica elaborada por:

Saulo de Jesus Peres

CRB6 – Reg. 676/ES

CCHN/ PPGEL – Programa de Pós-Graduação em Linguística

Universidade Federal do Espírito Santo

Av. Fernando Ferrari, nº 514

Campus Universitário – Goiabeiras

CEP 29075-910

Vitória – ES

Tel: 027 4009-2801

COMISSÃO EDITORIAL

Alexsandro Rodrigues Meireles (presidente)
Ana Cristina Carmelino
Edenize Ponzo Peres
Júlia Maria da Costa de Almeida
Lúcia Helena Peyroton da Rocha
Maria da Penha Pereira Lins
Micheline Mattedi Tomazi

CONSELHO EDITORIAL

Alexsandro Rodrigues Meireles (UFES)
Ana Cristina Carmelino (UFES)
Edenize Ponzo Peres (UFES)
Edna Maria Fernandes dos Santos Nascimento (UNESP)
Erasmus d'Almeida Magalhães (USP)
Fernanda Mussalim G. L. Silveira (UFU)
Gregory Riordan Guy (New York University),
Hilda de Oliveira Olímpio (UFES)
Lúcia Helena Peyroton da Rocha (UFES)
Janayna Bertollo Cozer Casotti (UFES)
Janice Helena Chaves Marinho (UFMG)
José Augusto Carvalho (UFES)
José Olímpio de Magalhães (FALE/UFMG)
Júlia Maria da Costa de Almeida (UFES)
Juscelino Pernambuco (UNESP/UNIFRAN)
Lilian Coutinho Yacovenco (UFES)
Luciano Vidon (UFES)
Luiz Antonio Ferreira (PUC/SP)
Maria Flavia de Figueiredo (UNIFRAN)
Maria da Penha Pereira Lins (UFES)
Maria Regina Momesso (UNIFRAN)
Maria Silvia Cintra Martins (UFSCar)
Marina Célia Mendonça (UNESP)
Marta Scherre (UNB/UFES)
Micheline Mattedi Tomazi (UFES)
Virgínia Beatriz Baesse Abrahão (UFES)

Sumário

ARTIGOS

<u>A FUNÇÃO DE ORIENTADOR ARGUMENTATIVO DOS RÓTULOS EM ARTIGO DE OPINIÃO: UMA QUESTÃO DE ENTONAÇÃO DE VALORES SOCIAIS</u>	
<i>Gisele de Freitas Oliveira</i>	01-20
<u>A VARIAÇÃO MORFOSSINTÁTICA DO ARTIGO DEFINIDO NA CAPITAL CAPIXABA</u>	
<i>Heitor Campos</i>	21-39
<u>UM ESTUDO SOBRE A METONÍMIA COMO UM PROCESSO COGNITIVO</u>	
<i>Ione Aires</i>	40-56
<u>AS ESTRATÉGIAS TEXTUAIS DE ELABORAÇÃO DE IMAGEM SOCIAL EM DEPOIMENTOS DE ORKUT</u>	
<i>Lorena Santana Gonçalves</i>	57-72
<u>O DISCURSO FUNDADOR E A IDENTIDADE CAPIXABA: O ADVENTO DO PRÉ-SAL NO ESPÍRITO SANTO</u>	
<i>Marcos Machado</i>	73-89
<u>UMA QUESTÃO DE IMAGEM: ORIENTADOR É AUTOR? UMA DISCUSSÃO À LUZ DE FOUCAULT, MAINGUENEAU E DUCROT</u>	
<i>Silvia Adelia Henrique Guimarães</i>	90-108
<u>DESCRIÇÃO DE EXPRESSÕES FIXAS COM NOMES DE PARTES DO CORPO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO PARA FINS COMPUTACIONAIS</u>	
<i>Vangevaldo Cardos</i>	109-121
<u>ENUNCIÇÃO PROVERBIAL E ARGUMENTAÇÃO POR AUTORIDADE EM CARTAS DO LEITOR</u>	
<i>Yves Oliveira Oliveira</i>	122-134

APRESENTAÇÃO

Em seu quinto número, a revista eletrônica semestral *PERcursos Linguísticos* – uma publicação científica do Programa de Pós Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo – pretende reafirmar seu interesse em divulgar os resultados de pesquisas desenvolvidas por pesquisadores, brasileiros e estrangeiros, que se dedicam aos estudos linguísticos em diferentes níveis, sejam eles doutores, mestres, pós-graduandos ou alunos de Iniciação Científica. Seus objetivos para publicação dialogam, portanto, com questões de interesse em qualquer subárea da Linguística. O seu Conselho Editorial é composto por docentes do próprio programa e membros externos de expressão na comunidade científica nacional e internacional.

O primeiro artigo de autoria de Gisele de Freitas Paula Oliveira objetiva pesquisar a referenciação através dos rótulos (expressões nominais que resumizam porções de texto), evidenciando a função de orientador argumentativo desempenhada por essas expressões.

O segundo artigo, de Heitor da Silva Campos Júnior, investiga, à luz da Sociolinguística Variacionista, a variação morfossintática ausência/presença de artigo definido antes de antropônimos e possessivos no Português falado na cidade de Vitória (ES), a fim de delimitar, em última instância, a tendência capixaba para esse aspecto morfossintático, estabelecendo-o como (um) traço de identidade linguística dentro do cenário nacional.

O artigo de autoria de Ione Aires Santos procura desvendar a metonímia bem como entendê-la. Apresenta-se como um estudo acerca da linguagem figurada sob um olhar qualitativo, desde a Retórica até se chegar ao percurso investigativo acerca dos pressupostos teóricos da Linguística Cognitiva.

Em seguida, o artigo de Lorena Santana Gonçalves trata da relação entre a (re)categorização de objeto de discurso e a construção de imagem social em depoimentos de Orkut.

O quinto artigo, de Marcos Roberto Machado estuda o papel da mídia capixaba, representada pelo jornal *A Gazeta*, na veiculação de discursos que inserem o ES em um processo de mudança simbólica, a partir do advento do pré-sal e dos benefícios que essa descoberta poderá trazer para o Estado, em dois momentos distintos: antes e depois da descoberta do pré-sal.

O sexto artigo, Uma questão de imagem: orientador é autor? Uma discussão à luz de Foucault, Maingueneau e Ducrot, de Silvia Adélia Henrique Guimarães, pesquisa o tema autoria e o aplica à perspectiva de profissionais que orientam pesquisas.

O artigo de Vangevaldo Cardoso dos Santos estuda expressões fixas do português brasileiro, especialmente aquelas constituídas de *nomes de partes do corpo*, com o intuito de inseri-las em um ambiente computacional para processamento automático da linguagem natural.

Por fim, o último artigo, cuja autoria é de Yves Figueiredo de Oliveira estuda a ocorrência de provérbios empregados como argumento de autoridade em cartas do leitor, a partir de corpus constituído de cartas da seção “Dos Leitores”, no jornal carioca O Globo.

Alexsandro Rodrigues Meireles (Presidente da Comissão Editorial)

A FUNÇÃO DE ORIENTADOR ARGUMENTATIVO DOS RÓTULOS EM ARTIGO DE OPINIÃO: UMA QUESTÃO DE ENTONAÇÃO DE VALORES SOCIAIS

Gisele de Freitas Paula Oliveira*

Resumo: À luz de uma perspectiva sociointeracionista, este artigo objetiva pesquisar a referenciação através dos rótulos (expressões nominais que sumarizam porções de texto), evidenciando a função de orientador argumentativo desempenhada por essas expressões. A fim de buscar o objetivo proposto, trazemos para o nosso texto a concepção filosófica bakhtiniana de valoração (BAKHTIN, 1993[1920-24]), com o intuito de mostrar que, ao construir o objeto de discurso, o sujeito seleciona as formas linguísticas que melhor se adaptem ao seu projeto de dizer. No entanto, essas escolhas não emanam de um sujeito solitário; pelo contrário, são usadas por um sujeito que é singular e social, simultaneamente, que rejeita e assume diversos valores sociais, os quais determinam a forma e o conteúdo de seu enunciado e com os quais convive. **Palavras-chave:** Referenciação; Objeto de discurso; Rotulação; Dialogia; Valoração.

Abstract: In the light of the sociointeractionist perspective, this study has as main objective to research the referentiation process through labels, that is to say, nominal expressions that summarize sections of the text, pointing the function of argumentative guiding performed by these expressions. In order to achieve the aim of this research, we will consider Bakhtin's philosophical concept of valuation (BAKHTIN, 1993[1920-24]). By doing so, we want to show that the subject selects the linguistic forms that are best suited to what he projected to say. The subject does it while constructs the discourse object. However, this same subject is not alone when he makes these choices; on the other hand, he is singular and social, simultaneously, he rejects and takes different social values, the ones that determine the form and content of his enunciation. **Key-words:** Referentiation; Discourse Object; Labeling; Dialogism; Valuation.

Referenciação e valoração

A relação entre as palavras e aquilo que elas designam é tema de estudo recorrente desde a Antiguidade, tanto em Linguística quanto em Filosofia da Linguagem. Por anos os estudiosos defenderam o poder referencial da linguagem, acreditando ser ela um artefato disponível para designar os “objetos do mundo”, como

*Mestre em Linguística. UFES, Vitória-Espírito Santo. Brasil. gisele.ipb@hotmail.com.

um conjunto de etiquetas que se ajustam ao real. Sob esse ponto de vista, pressupunha-se a existência de um mundo autônomo, discretizado em objetos ou “entidades” existentes, independentemente de qualquer sujeito que se refira a ele.

No entanto, assumir a língua como prática sociointerativa, é concebê-la opaca e indeterminada, ou seja, somente no seu funcionamento contextualizado é que o sistema ganha estabilidade funcional e a ilusão de transparência que o caracterizam. Nessa perspectiva, a linguagem é entendida como prática social e assume-se que, através das práticas discursivas e cognitivas social e culturalmente situadas, a realidade é construída coletivamente, e os referentes, antes considerados “coisas do mundo”, passam a ser concebidos como **objetos de discurso**. Estes não se confundem com a realidade extralinguística, mas se (re)constróem nos processos de interação e, uma vez introduzidos, podem ser alterados, (re)categorizados, (re)ativados, desativados e modificados.

Defendem a “discursivização do mundo” Koch (2004,2006a) e Koch e Marcuschi (1998) e Bakthin (2003[1952-53]). Para esses autores, a discursivização da realidade por intermédio da linguagem não é um simples processo de elaboração de informações, mas uma (re)construção do próprio real. A referenciação constitui uma atividade discursiva, e o sujeito, por ocasião da interação verbal, opera e seleciona o material linguístico que tem à sua disposição, fazendo escolhas que são significativas para representar os estados de coisas, com vistas à concretização de sua proposta de sentido, do seu *querer dizer* (cf. KOCH, 2006a, p. 61).

Tal posicionamento não implica negar o mundo extralinguístico, mas rejeitar a concepção de correspondência entre as palavras e as coisas, o que leva a assumir o caráter intersubjetivo e sociointerativo da referência. Nesse sentido, a realidade que se erige no evento comunicativo não é dada, mas discursivizada e alimentada pelo próprio discurso num processo de construção e reconstrução interativa da realidade.

Apoiando-se na concepção de “discursivização do mundo” é que Mondada & Dubois (2003[1995]) defendem a construção do referente mediante as práticas sociais. Refutando, portanto, a relação direta entre palavras e coisas e voltando a atenção para processos cognitivos que subjazem à (re)construção da realidade, é que as autoras propõem substituir o termo *referência* por *referenciação*.

Bakhtin(Voloshinov,V.N.)(1999[1929],p.32) declara que no processo de referenciação os signos realizam duas operações concomitantes: refletir e refratar. Ou seja, através dos signos apontamos para a realidade, para a materialidade do mundo, mas, ao fazê-lo, fazemos sempre de modo refratado. E refratar significa, segundo Faraco,

[...] que com nossos signos nós não somente descrevemos o mundo, mas construímos - na dinâmica da história e por decorrência do caráter sempre múltiplo e heterogêneo das experiências concretas dos grupos humanos – diversas interpretações (refrações) desse mundo.

(FARACO, 2006[2003], p. 50)

Dito de outra forma, talvez mais clara, como a práxis dos grupos dos humanos é heterogênea, cada grupo vai refratando, gerando diversos (e até contraditórios) modos de dar sentido ao mundo. Isso acontece porque cada grupo atribui valorações, apreciações diferentes aos entes, eventos e relações e, dessa forma, formam-se vários sentidos. Essas múltiplas valorações participam como elementos constitutivos da significação, haja vista que o mesmo material semiótico utilizado no ato concreto da enunciação, dependendo da voz social na qual está ancorado, terá uma determinada significação, e não outra. “*Não é possível significar sem refratar*” (cf. FARACO, 2006[2003], p.50). E continuo: não é possível refratar sem valorar.

É possível que, nesse ponto, o leitor se pergunte: o que é valor, afinal? Essa é uma indagação pertinente, mas nem por isso fácil de responder. Isso porque, no pensamento bakhtiniano, não se trata de preto ou branco, disso ou aquilo. Para usar os termos de Possenti,¹ “Bakhtin é um pensador, o que fica claro tanto pela abrangência dos temas a que se dedica quanto pelo “tom” de seus textos, mais de ensaísta que de cientista”, o que faz com que não encontremos em seu pensamento um manual que fixe conceitos e verdades absolutas. O que para Possenti também não é um problema: afinal, quem sente falta deles que os elabore.

¹ POSSENTI, Sírio. Prefácio: Intervindo nas leituras de Bakhtin. In: FARACO, C. A. Linguagem & Diálogo: as idéias linguísticas do Círculo e Bakhtin. Curitiba, PR: Criar Edições,2006[2003], p.9.

Além desse “tom de ensaísta”, outro fator dificulta dizer categoricamente o que é valor: esse conceito não aparece como item isolado em suas obras. Sem contar o que já foi dito na nota de rodapé do tópico anterior – o uso de vários termos para o mesmo tema.

Diante desses desafios, optamos por responder à pergunta acima associando valor a outros conceitos que com ele se relacionam, ou seja, tentando imitar a maneira com que fez Bakhtin.

Para pensarmos em valor, é necessário notarmos a sua relação com a concepção de sujeito ativo/responsável e social defendido por Bakhtin (e também assumido por nós). Vejamos o fragmento abaixo:

Não existe o “homem-em-geral”, eu existo, e um outro particular concreto existe – meu íntimo, meu contemporâneo (humanidade social), o passado e o futuro de seres humanos reais (da humanidade histórica real). Todos esses são momentos valorativos do Ser que são *válidos individualmente* e não universalizam ou generalizam o único Ser, e se revelam para mim do meu único lugar do Ser como as bases do meu não-álibi no Ser.

(BAKHTIN, 1993[1920-24], p. 65 – grifo nosso)

E ainda:

[...] eu participo unicamente no único ser de um modo emocional-volitivo [valorativo], afirmado. Na medida em que eu afirmo meu lugar próprio e único no Ser unitário da humanidade histórica, na medida em que eu sou seu não álibi, isto é, mantenho uma relação emocional-volitiva [valorativa] ativa em relação a ele, *eu assumo uma posição emocional-volitiva* em relação aos valores que ele reconhece.

(BAKHTIN, 1993[1920-24], p.65 – grifo nosso)

Nesses excertos, observamos a defesa do “eu existo”, do ser humano concreto, real que vive e interage socialmente com os companheiros do presente e do passado (com a história da humanidade). Todos esses sujeitos valoram, as avaliações estão no “sangue e na carne” daqueles que compõem os grupos sociais. Todos os valores morais,

éticos, científicos, estéticos, religiosos, econômicos, sociais, enfim, todos os valores fazem parte da experiência da vida realmente vivida e são experimentados pelos sujeitos como algo dado e ainda a ser determinado, no sentido de circularem socialmente e se tornarem “válidos individualmente”, por isso o *eu* e o *outro* se tornam centros de valores. Isso significa que o sujeito é responsável por suas escolhas, por assumir certos valores e, automaticamente, negar outros, o sujeito de modo algum está indiferente. Essa não indiferença mostra que é valor aquilo que é “realmente afirmado para aquele que pensa” (BAKHTIN,1993[1920-24], p.65), pois assume “*uma posição emocional volitiva em relação aos valores que ele reconhece*”.

Os julgamentos de valor não são “emoções individuais, mas atos sociais regulares e essenciais. Emoções *individuais* podem surgir apenas como sobretons acompanhando o tom básico da avaliação social. O “eu” pode realizar-se verbalmente apenas sobre a base do nós” (BAKHTIN(VOLOSHINOV, V. N.), 1993[1926], p. 6). Nas palavras de Sobral (2008, p. 22), “o valor é sempre valor para sujeitos, entre sujeitos numa dada situação”. Essa duas características do valor, social e situado, mostram que as avaliações não são fixas e estáticas, pelo contrário, como são dinâmicas e diversas as vivências dos/entre sujeitos, é natural que as apreciações sociais sejam reavaliadas e se alterem no curso da história da humanidade.

Nesse ponto, importa-nos compreender que “[...] ele [julgamento de valor] encontra sua mais pura expressão na *entonação*” (BAKHTIN(VOLOSHINOV, V. N.), 1993 [1926], p. 7).² Para Bakhtin, a entonação contempla a faceta mais conhecida como alteração de timbre, ritmo, altura da voz, intensidade, duração, pausa, hesitações, etc., mas, não somente isso, ela cobre a modalidade escrita, considerando, por exemplo, a seleção dos vocábulos – sendo esses mais selecionados pelos contextos da vida nos quais foram impregnados julgamentos de valor do que do dicionário – e a própria combinação entre eles. As valorações, portanto, são fortes determinantes da entonação e afetam a forma e não apenas o conteúdo de um enunciado. Na verdade, segundo Bakhtin(Voloshinov, V.N) (1993 [1926], p. 8) “não só a entonação, mas toda a estrutura formal da fala dependem, em grau significativo, de qual é a relação do enunciado com o conjunto de valores presumido do meio social onde ocorre o discurso”.

² Nesta nota queremos esclarecer que a entonação para Bakhtin(Voloshinov, V. N.) (1993 [1926]) importa porque é a manifestação de um julgamento de valor social, porém não se confunde com ele, mas é uma de suas manifestações concretas na linguagem.

Interessante é observar que as avaliações sociais são sempre extratextuais, mas, vindas do exterior, se integram ao texto e a ele dão vida. Isso deixa claro que

o discurso verbal é claramente não suficiente. Ele nasce de uma situação pragmática extraverbal e mantém a conexão mais próxima possível com esta situação. Além disso, tal discurso é diretamente vinculado à vida em si e não pode ser divorciado dela sem perder sua significação.

(BAKHTIN (VOLOSHINOV, V.N.), 1993 [1926], p. 4)

Seja qual for o objeto de discurso de um falante/escrevente, ele (o objeto) não é objeto de discurso pela primeira vez em dado enunciado, e nem o sujeito é o primeiro a falar sobre ele. O falante/escrevente não é um “Adão bíblico” relacionando com objetos virgens, pelo contrário, “o objeto, por assim dizer, está ressalvado, contestado, elucidado, e avaliado de diferentes modos; nele se cruzam, convergem, divergem diferentes pontos de vista, visões de mundo, correntes” (BAKHTIN, 2003[1952-53], p.300). O que há é uma “Torre de Babel” em torno de qualquer objeto, e o sujeito, diante dessas várias vozes sociais, assume aquela que experimenta e afirma.

Essa relação valorativa do sujeito com o objeto de discurso, seja ele qual for, “determina a escolha dos recursos lexicais, gramaticais e composicionais do enunciado” (BAKHTIN, 2003[1952-53], p. 289). Na língua, o sujeito encontra e forja os recursos necessários para marcar seu posicionamento valorativo e, ao construir o objeto de discurso, acaba entoando os valores sociais afirmados.

A construção do objeto de discurso é feita por diversas estratégias de referenciação, nominais e pronominais, conforme mostram os estudos de Koch (2006a). Entre essas estratégias, evidenciamos as *expressões nominais rotuladoras* que, das diversas propriedades do referente, promovem uma seleção daquelas que viabilizam o projeto de sentido do produtor do texto, o seu *querer dizer*, e desempenham importante papel na construção e explicitação de um posicionamento valorativo. Através dessas escolhas lexicais, revela-se uma perspectiva tomada a partir da qual o objeto de discurso é construído, o que leva o interlocutor a construir determinada imagem, ou seja, a vê-lo sob determinado prisma.

A rotulação discursiva

Vários são os termos que têm servido para designar um mesmo fenômeno de referenciação, a sumarização de segmentos do texto por meio de expressões nominais. Para Conte, *encapsulamento anafórico* é o termo que descreve uma anáfora lexicalmente baseada, que é formada por um nome geral (ou avaliativo) e que possui clara preferência pelo determinante demonstrativo. Trata-se, para ela, de “[...] uma paráfrase resumidora de uma porção precedente do texto. (CONTE, 2003[1996], p. 178)”.

Para mostrar o evento definido, *encapsulamento anafórico*, a autora oferece dois exemplos, um em italiano e outro em inglês, sendo um desses transcrito abaixo, já traduzido:

(2)

Hoje, todos os melhores espaços produtivos estão ainda na mão da velha estrutura do estado. Levará tempo para mudar *esta situação*.

(grifo da autora)

Como se nota, a “paráfrase resumidora” *esta situação* encapsula anaforicamente uma porção do texto precedente.

Segundo Conte (2003[1996], p. 179), essa forma anafórica é muito diferente dos exemplos padrão da anáfora, pelos seguintes motivos: i) os referentes dos sintagmas nominais anafóricos não são indivíduos, mas referentes com *status* ontológico diferente: são entidades de uma ordem superior como estados de coisas, situações, processos, ou fatos, proposições ou atos de enunciação; ii) o antecedente (caso seja legítimo designar assim) não é claramente delimitado no texto, mas deve ser reconstruído (ou mesmo construído) pelo ouvinte/leitor.

À mesma estratégia de sumarizar uma proposição Francis (2003[1994], p.192) nomeia rotulação (*labelling*) – que é realizada por um elemento nominal, o rótulo, comumente um termo genérico – e, apoiando-se em Winter(1982) , acrescenta que sua principal característica é que “ele exige sua realização lexical, ou lexicalização, em seu cotexto”. Por se tratar de “um elemento nominal inerentemente não específico cujo significado específico no discurso necessita ser precisamente decifrado” (FRANCIS, 2003[1994], p.192), o rótulo pode funcionar tanto cataforicamente, precedendo a lexicalização, quanto anaforicamente, sucedendo à sua lexicalização. Nesses casos, a coesão é estabelecida por todo o grupo nominal, não somente pelo seu nome núcleo.

Considerando ainda os movimentos prospectivos e retrospectivos dos rótulos, Francis (2003[1994], p.200) observa que também há rótulos que sumarizam porções textuais tanto subseqüentes quanto precedentes, configurando uma rotulação ampliada, onde, em suas palavras, o rótulo “funciona para trás e para a frente: para trás, para encapsular e reintroduzir como dada a situação descrita no parágrafo precedente; e, para a frente, para avaliá-la”.

Analisando as considerações de Conte (2003[1996]) e Francis (2003[1994]) sobre o *encapsulamento anafórico / rótulo*, Zavam (2007, p.131) declara que dois aspectos chamam a atenção nos trabalhos dessas linguístas francesas. O primeiro consiste no fato de os exemplos dados para ilustrar o *encapsulamento anafórico* servirem à ilustração de um *rótulo*. O segundo diz respeito ao fato de ambos apontarem funções comuns aos fenômenos tratados distintamente, quais sejam: funcionar “como princípio organizador na estrutura discursiva” e interpretar “ um parágrafo precedente e funciona[r] como ponto de início para outro” (CONTE, 2003[1996], p.184), e a de “conectar e organizar o discurso escrito” e “ter claramente um papel organizador que se estende para o todo do próximo parágrafo” (FRANCIS, 2003[1994], p. 193).

Essas observações são relevantes porque mostram que, tomando essa estratégia de referenciação quer como um *encapsulamento anafórico*, quer como um *rótulo*, fica evidente que ela é responsável pela sumarização de porções textuais e vem sob a forma de uma expressão nominal, a qual ganha o estatuto de objeto de discurso.

Como nosso intuito neste trabalho é analisar as expressões nominais que sumarizam tanto informações que precedem o sintagma nominal quanto as que a ele sucedem, optamos por adotar a designação *rótulo* neste artigo. E, embora reconheçamos

a importância dos trabalhos realizados pelas autoras supracitadas, distanciamos-nos em parte de suas abordagens porque elas repousam numa análise que prioriza critérios lexicais e sintáticos e, por isso, analisam o fenômeno observando principalmente os aspectos de estruturação e organização da superfície textual.

De acordo com o que já foi dito, nossa pesquisa se baseia na concepção sociointeracionista, e por isso entendemos a linguagem como uma atividade sócio-histórica de construção do mundo e interação de sujeitos, através dos textos. Estes, por sua vez, não se caracterizam apenas pela sua construção linguística, mas também pelo seu funcionamento sociodiscursivo, portanto, quer na produção, quer na intelecção, o texto ultrapassa o linguístico, envolvendo processos como: memória discursiva, valores sociais presumidos e/ou entoados, dialogismo, ação reflexiva dos sujeitos, inferências, analogias – entre outros.

Assim, estudar as estratégias que constituem o texto, na perspectiva sociointeracionista, implica concebê-las não como simples escolhas lexicais ou sintáticas, mas como marcas enunciativas que revelam as ações do sujeito na construção do mundo. O rótulo, portanto, na construção textual, é uma importante instrução para a construção de sentido, conduzindo e explicitando posicionamentos assumidos, construindo a argumentatividade no texto.

Por isso, no estudo dessa categoria linguística, aproximamo-nos (pelo menos em parte) das pesquisas de Koch (2004, 2006a) pelo fato de suas análises e classificações se darem na mesma perspectiva teórica por nós assumida.

Koch (2006b, p.85) divide os rótulos, ainda que de forma provisória, em dois grandes grupos: os que fazem referência ao conteúdo do enunciado, por isso relativo ao ‘*dictum*’, e os que fazem referência ao modo como o que se diz é dito, ou seja, relativo ao ‘*modus*’. Os rótulos referentes ao ‘*dictum*’ encapsulam (nomeiam) o conteúdo de segmentos textuais anteriores ou subsequentes de forma ‘aparentemente’ neutra. Os rótulos que recaem sobre o ‘*modus*’ rotulam não o conteúdo de uma porção de texto (antecedente ou subsequente), mas o ato da enunciação. Esses rótulos, por sua vez, são *metadiscursivos*.

É necessário expor que, embora Koch (2006b) faça essa divisão, ela mesma reconhece a precariedade da distinção entre rótulos de *conteúdo* e *metadiscursivos* uma

vez que todos os rótulos possuem certo grau de subjetividade já que o produtor, ao rotular segmentos textuais e, conseqüentemente, ao criar um novo objeto de discurso, procede a uma avaliação desses segmentos e utiliza o rótulo que julga mais adequado ao seu projeto de dizer. Por isso “mesmo no caso dos rótulos ‘de conteúdo’, há sempre uma escolha, e esta será sempre significativa em maior ou menor grau. Daí a precariedade da distinção entre os dois grupos, já que em ambos a metaenunciação se faz presente” (KOCH, 2006b, p. 88).

Tendo em vista que nosso objetivo não visa a propor uma nova classificação para os rótulos devido ao problema acima elucidado, optamos por apresentar as mesmas classificações de Koch (2006b), juntamente com as “precariedades” que a própria autora reconhece que elas possuem – fato com o qual concordamos.

A rotulação em artigo de opinião

Na perspectiva teórica na qual nos apoiamos, do ponto de vista da linguagem, o ser humano não possui acesso direto à realidade. A nossa apreensão do mundo é sempre mediada pela linguagem, pois “não se pode realmente ter a experiência com o dado puro” (BAKHTIN, 1993 [1920-24], p.32). Assim, o real é sempre semioticamente apresentado para nós, o que significa que nosso discurso não se relaciona diretamente com as coisas, mas com outros discursos que semiotizam o mundo e lhes dão sentido. Isso nos leva a defender que é dialógico o modo real de funcionamento da linguagem já que

o enunciado está voltado não só para o seu objeto mas também para os discursos do outro sobre ele. No entanto, até a mais leve alusão ao enunciado do outro imprime no discurso uma reviravolta dialógica, que nenhum tema centrado somente no objeto pode imprimir. A relação com a palavra do outro difere essencialmente da relação com o objeto, mas ela sempre acompanha esse objeto.

(BAKHTIN, 2003[1952-1953], p.300)

Esse diálogo concreto pode ser observado no texto que trazemos para a análise. Trata-se do artigo “Projeto Copa 2014”, publicado em 04 de setembro de 2009, que tem como temática a participação do Espírito Santo (ES) na Copa de 2014. Esse enunciado participa de um debate da época e se coloca como uma resposta concorde às vozes que defendem a efetiva inserção econômica do Estado capixaba no futuro evento futebolístico que ocorrerá no Brasil, considerando essa discursivização do mundo, essa refração da realidade como uma “necessidade”. Vejamos o texto de Ângelo Passos:

Projeto Copa 2014

A iniciativa privada e o setor público capixaba começam a articular a participação econômica do Espírito Santo na Copa do Mundo de 2014. É *um projeto desafiante* mas, por certo, pode ser viabilizado por esforços bem direcionados.

Nenhuma das 12 cidades que sediarão jogos do mundo está no solo espiritosantense. Somos um dos Estados sem-Copa. Porém, isso não impede que, mesmo no sereno da gigantesca competição, o universo empresarial capixaba afigure lucro com o evento – desde que haja um trabalho inteligente e persistente. Não se deve vislumbrar apenas resultados financeiros imediatos e/ou futuros. A inserção do Espírito Santo na história de uma Copa do Mundo é um marco benéfico, sob diversos aspectos.

Os primeiros contatos estão sendo feitos. A primeira tentativa tem como alvo a seleção alemã. Os capixabas querem recebê-la em sua fase de preparação para o mundial. Tratou-se disso nesta semana durante 27º Encontro Empresarial Brasil-Alemanha, realizado em Vitória.

Os entendimentos devem ser continuados ainda neste ano, por meio de contatos diretos com dirigentes esportivos do país europeu. É por aí. **Esse objetivo** exige longo processo de negociação entre as partes. É preciso que tenhamos eficiência de organização para que as conversações progridam. Há uma multiplicidade de interesses a serem observados.

Além da Alemanha, anuncia-se que a Itália, a Holanda, a Coreia do Sul e o Japão estão na lista do interesse capixaba, visando à participação econômica do Estado no Mundial de 2014. Descortina-se a possibilidade de *uma importante experiência* para o Espírito Santo, em termos empresariais e institucionais. É óbvio que cada caso, ou seja, o projeto relativo a cada seleção, tenha tratamento específico, conforme as peculiaridades do país convidado. O que encanta italianos pode não ser o mesmo que agrada coreanos.

Supõe-se que a estratégia para trazer seleções ao estado deve começar pela costura de parcerias. O acúmulo de sinergias deve ser indispensável para atração dos desejados visitantes. Grosso modo, estima-se que a hospedagem de [seleções] exigiria investimentos em torno de US\$1,5 milhão, somando recursos do setor público (governo do Estado e prefeituras) e das atividades empresariais.

Ninguém duvida de que pescar seleções é *uma disputa muito pesada*. É preciso ser competente, ágil, fascinante. As cidades que sediarão jogos

contam com a presença dos times disputantes desde a fase preparatória, e por certo não medirão esforços nesse sentido. Ou seja, governos estaduais, prefeituras e a iniciativa privada de cada uma das 12 sedes realizarão investimentos focados *nessa perspectiva*. Ademais, entre os sem-Copa, o Espírito Santo não é o único Estado que deseja alojar delegações estrangeiras em preparativo para os jogos. Muitas regiões já devem estar montando aparato profissional para buscar esse resultado.

Enfim, qualquer Estado, para almejar receber algum ganho no leilão para receber seleções [,] terá de se diferenciar. Precisarão agrupar atrativos de forma a oferecer um horizonte de vantagens (com muitos fatores interligados para conquistar a preferência do público-alvo []). Isso não é tão óbvio quando se tem em mente que na última Copa do Mundo o Brasil realizou preparativos na minúscula e bucólica Weggis, comunidade suíça com apenas 3.990 habitantes. E treinou num campinho ultramodesto, bom só para pelada. Então, os parâmetros de competitividade não são condições grandiosas, nem sofisticadas. O outro lado da moeda é que a simplicidade infraestrutural impõe àquele que busca negócios, oferecendo produtos e serviços, a complexa tarefa de ler o gosto do cliente.

O horizonte virtual de negócios em torno da Copa do Mundo não se restringe à hospedagem das seleções. O leque é muito mais amplo e diversificado. Não só grandes empresas – que vão construir e reformar estádios, estradas, implantar trem bala etc – poderão lucrar com a copa. Presume-se irradiação de efeitos em diferentes nichos do mercado nacional. Espera-se a ampliação de oportunidades para médias e pequenas empresas de vários ramos tradicionais, como vestuário, artigos esportivos, calçados, bebidas, alimentação, etc – além de dezenas de tipos de prestação de serviços.

Essa visualização de potencial inclui, necessariamente, o apoio do poder público às empresas de porte, de micro, pequenas e médias. Elas precisam ser grandes em competitividade. Na distensão do mercado interno, em função da Copa, haverão de disputar espaço com os concorrentes internacionais. O custo Brasil continua sendo muito alto.

(*A Gazeta*, 04 - 09 - 2011 – grifo nosso)

Segundo o texto, o Brasil possui, em relação à Copa do Mundo de 2014, estados denominados “sem-Copa”. Essa categorização se dá pelo fato de nenhuma cidade que sediará os jogos estar no território dos “sem-Copa”. Entre esses encontra-se o Espírito Santo. Se há estados “sem-Copa”, obviamente, há outros que são os “com-Copa”. Tal distinção sugere uma nova divisão geopolítica nacional decorrente da Copa do Mundo de 2014, e essa não diz respeito aos limites impostos pela cartografia tradicional, mas se relaciona com o novo traço divisor de fronteiras: o fato de possuir ou não participação relevante na Copa de 2014.

É comumente propagado e socialmente compartilhado que nosso país é o “país do futebol”, que o futebol é “uma paixão nacional”. A seleção brasileira é a única que possui o título de pentacampeã mundial e, reforçando essa “marca futebolística” no

povo brasileiro, somos reconhecidos também como “seleiro de craques”, pois, frequentemente, atletas são exportados para times internacionalmente reconhecidos e o cachê pago a esses jogadores chega a cifras milionárias, evidenciando o grande valor e talento desses jovens.

É interessante notar também que no meio econômico e político o Espírito Santo é visto como um estado em ascensão, cuja avaliação no cenário nacional é, no mínimo, positiva. Parece ser essa avaliação social (política e econômica) que sustenta a posição do autor do texto, muito mais até que a esportiva, já que o ES não se destaca no futebol. O ES, na avaliação implícita do articulista, tem, hoje, condições político-econômicas de se um estado “com-Copa”, mesmo sendo um estado praticamente “sem-futebol”.

No entanto, essa parte não está dita no enunciado, mas constitui a avaliação presumida. É o que “todos nós falantes sabemos, vemos, amamos, reconhecemos” e são “apenas estes pontos nos quais estamos todos unidos [que] podem se tornar a parte presumida de um enunciado” (BAKHTIN (VOLOSHINOV, V. N.), 1993[1926], p.6). É claro que o presumido se expande tanto no espaço quanto no tempo, assim “o *presumido* pode ser aquele da família, do clã, da nação, da classe e pode abarcar dias ou anos ou épocas inteiras” (BAKHTIN (VOLOSHINOV, V. N.), 1993[1926], p.6).

Identificar o presumido é importante para a produção de sentido do enunciado concreto porque, para sua compreensão, não devemos levar em consideração apenas aquilo que está exposto na superfície do texto, ao contrário, o texto, como enunciado, possui duas partes: a realizada em palavras e a presumida. Esta última não é uma emoção individual, mas social e essencial à vida do enunciando penetrando-o de tal modo que se torna parte constitutiva de sua significação. Metaforicamente o presumido está na ponta submersa do iceberg.

Essa abordagem da avaliação presumida do enunciado deixa claro que “o ‘eu’ pode realizar-se verbalmente apenas sobre a base do nós” (BAKHTIN (VOLOSHINOV, V. N.), 1993[1926], p.6), e os valores presumidos depreendidos do texto, que, sumarizados, indicam a tamanha apreciação dos brasileiros pelo futebol, contribuem para produzir uma possível significação da categorização “sem-Copa” utilizada pelo articulista.

Tendo em vista a paixão brasileira pelo futebol, ser um estado “sem-Copa” não indica somente não sediar jogos no Mundial, mas implica inferioridade, menor prestígio, menor destaque, quer dizer não ser parte importante do país do futebol. Essa avaliação fica ainda muito mais acentuada para o Espírito Santo, pois, na região Sudeste, é o único estado que não possui nenhuma cidade-sede. É interessante notar, nesse ponto, que a relação de exclusão mostrada pela expressão “sem-Copa” não surge pela primeira vez no discurso dos brasileiros, outros discursos, também marcados pela luta contra a segregação, já se valeram do “sem” para mostrar a exclusão, como é o caso dos “sem-teto” e dos “sem-terra”.

Sob o ponto de vista do articulista, os estados “sem-Copa” embora não sediarem nenhum jogo, não precisam obrigatoriamente ficar sem usufruir dos benefícios (especialmente os econômicos) que o evento possa proporcionar, pelo contrário, eles devem – particularmente o ES – se esforçar para, de alguma forma, se beneficiar com o evento.

Todavia essa possível inserção dos “sem-Copa” na disputa pelos lucros oriundos do evento esportivo vai de encontro aos interesses dos estados “com-Copa” que, além de receberem apoio do governo federal para reforma, construção e ampliação dos estádios onde se realizarão os jogos, buscam parcerias entre setor público e privado para concentrar em seus territórios o maior número possível de benefícios resultantes da Copa 2014. Nesse ponto, trava-se uma luta de vozes entre os estados “sem-Copa” e os “com-Copa” e, embora a voz dos segundos não seja enfaticamente mostrada, ela constitui o texto do articulista, pois seu enunciado se constroi em oposição a ela.

É em meio ao embate de vozes e aos julgamentos de valores presumidos que encontramos o primeiro rótulo apresentado: *um projeto desafiante*. Esse é um rótulo de conteúdo que empacota a extensão retrospectiva que está no início do texto que diz que “a iniciativa privada e o setor público capixaba começam a articular a participação econômica do Espírito Santo na Copa de 2014”. Essa participação diz respeito, particularmente, à hospedagem das seleções que participarão dos jogos mundiais porque somente no nono e no décimo parágrafo é que o articulista amplia as possibilidades de inserção espírito-santense.

Optar por essa construção para o rótulo revela que, na perspectiva do articulista, a participação do ES na Copa, além necessitar de muito planejamento – já que ele

considera *um projeto* (e mais à frente, no 2º parágrafo, essa ideia é ratificada com “trabalho inteligente e persistente”) –, não será algo fácil de conquistar pois também é considerado por ele *desafiante*. Mas por que *desafiante*? Embora essa pergunta não esteja explícita no texto, a resposta é dada ao leitor diluidamente no seu desenvolvimento e pelo menos três motivos podemos notar que o produtor explicita para fortalecer seu recorte da realidade como *um projeto desafiante*: a) cada seleção possui sua peculiaridade, portanto, é um desafio oferecer atrativos para todas aquelas que o Espírito Santo pretende hospedar (5º parágrafo); b) são necessárias parcerias entre governo, prefeituras e empresas, visando a investimentos altos em hospedagem (6º parágrafo) e; c) as cidades e os estados “com Copa” também objetivam hospedar seleções, além disso, o ES não é o único estado “sem-Copa” que tem esse objetivo (7º parágrafo).

Podemos ver que o funcionamento do rótulo *um projeto desafiante* na superfície textual, embora encapsule uma porção retrospectiva, também funciona para a frente, pois sua relação não se dá apenas com o que já foi dito antes de seu uso, mas também com o que se diz em seguida. Ele articula, portanto, o que é dado/velho quanto o que é novo no desenvolvimento do enunciado.

Ainda nessa construção do objeto de discurso “participação do ES na hospedagem de seleções na Copa do Mundo de 2014”, no quarto parágrafo identificamos os rótulos *os entendimentos* e *esse objetivo*, rótulo de operação cognitiva discursiva e rótulo de conteúdo – respectivamente.

Nesse ponto nos deparamos com uma situação que remete à consideração de Francis (2003[1994], p.200) sobre a difícil delimitação ou identificação da sequência de discurso a qual o rótulo se refere. Qual seria a porção exata que *os entendimentos* e *esse objetivo* sumarizam? Fica claro que essas expressões são retrospectivas e que se referem ao que foi expresso no terceiro parágrafo.

No entanto, parece-nos que, mais importante que ter uma noção precisa da extensão de texto encapsulada por esses rótulos, importa que o leitor entenda que as negociações para trazer a equipe alemã sejam vistas como ações que precisam chegar a um acordo final através de estratégias bem-planejadas e executadas. Assim, no quadro geral de “um projeto desafiante”, hospedar os alemães necessita *dos entendimentos*, ou

seja, “é preciso que tenhamos eficiência de organização para que as conversações progridam. Há uma multiplicidade de interesses a serem observados”.

E, ainda, recategorizar a mesma porção de texto (ainda que essa não seja delimitada) como *esse objetivo* reforça ainda mais a refração de que a empreitada capixaba visando à hospedagem da seleção alemã deve ser uma meta, um alvo a ser alcançado pelo Espírito Santo.

É possível notar que *esse objetivo* retoma *os entendimentos*, que, por sua vez, tem um elo de ligação com *projeto desafiante*. Em *projeto desafiante*, os dois termos, *projeto* e *desafiante*, têm resposta e respaldo na sociedade contemporânea. Nas instituições, por exemplo, nas escolas, para se proporem determinadas ações é preciso um *projeto*. O termo *desafio*, também, está muito presente nos discursos corporativos, empresariais. Com isso, notamos que o enunciado possui dupla orientação: uma que se direciona ao objeto de discurso, e outra que vai rumo aos leitores esperados que, nesse texto, são os empresários capixabas que, se tiverem projetos desafiantes, podem lucrar com a Copa.

O produtor prossegue o seu texto retomando as rotulações feitas como *uma importante experiência*, *uma disputa muito pesada* e *essa perspectiva*. Na verdade, ficamos com a impressão de que todos os rótulos usados depois de *um projeto desafiante* se voltam a ele, encapsulando a bem dizer o mesmo conteúdo sumarizado por ele, mas ora remetendo à hospedagem em geral, ora à hospedagem de uma seleção específica. Isso nos leva a observar também que não se trata de uma retomada de um referente apenas atribuindo-lhe nova predicação. O que acontece é a referência à própria atividade enunciativa, pois, cada vez que *um projeto desafiante* é retomado processa-se uma avaliação do articulista não apenas ao rótulo em si, mas ao conteúdo por ele encapsulado. E esse voltar-se ao texto implica remeter-se não somente à forma linguística rotuladora, mas também à enunciação. São situações como essas que evidenciam o caráter metalinguístico dos rótulos (inclusive os de conteúdo).

Por fim, o articulista encerra o seu texto abrindo o leque das possíveis inserções dos “sem-Copa”, que estão expostas no nono parágrafo, resumindo-as sob o rótulo *essa visualização de potencial*. Dar o *status* de objeto de discurso através desse nome sugere que é preciso ampliar o foco de visão das possibilidades de negócios que a Copa

2014 oferece, mas quem precisa fazer isso? O próprio texto responde: o poder público através do seu apoio às empresas.

Após observarmos as avaliações presumidas, a luta de vozes e as expressões rotuladoras no funcionamento textual, nesse ponto, devemos pensar: recategorizar porções de texto como *um projeto desafiante, os entendimentos, esse objetivo, uma importante experiência, uma disputa muito pesada, essa perspectiva e essa visualização* entoam quais avaliações sociais?

Sem intentar listar uma quantidade limitada de avaliações depreendidas dessas expressões, queremos considerar algumas levando em consideração os valores presumidos na produção do texto, os nomes selecionados pelo produtor para compor os núcleos dos rótulos e os modificadores (quando esses existem). A primeira avaliação que podemos destacar é que a participação dos “sem-Copa” no evento de 2014 deve ser vista acima de tudo como um bom negócio. Para o Espírito Santo, então, se inserir na Copa é afirmar seu potencial em estabelecer rentáveis negociações, potencial que é ofuscado particularmente pelos grandes centros financeiros da região Sudeste – Rio de Janeiro e São Paulo.

A segunda avaliação depreendida é que a participação dos “sem-Copa” não será fácil de ser alcançada, pois as expressões nominais destacadas também sugerem persistência, trabalho conjunto e investimentos. Além disso, notamos que o articulista avalia como necessária a participação do poder público, pois mesmo os “sem-Copa” não logrando êxito com a hospedagem de seleções, o articulista visualiza outros campos de atividade nas quais é possível se inserir, no entanto o apoio estatal para que isso aconteça é indispensável.

Conclusões

Observando a estratégia de rotulação no texto selecionado, algo que ficou bastante nítido é que o processo de referenciação se inicia no social e se mostra no enunciado – tanto no seu conteúdo quanto na sua apresentação. Isso porque a voz que fala no texto não é uma voz sozinha, pelo contrário, pela própria natureza dialógica do

enunciado e a singularidade e sociabilidade constitutiva do sujeito, a voz que se mostra no enunciado sempre se associa à de um outro, ou dela se dissocia, responde a alguém e também se põe à resposta. Mesmo em artigo de opinião, gênero que possui uma assinatura que remete a um determinado autor, o funcionamento dialógico e social foi claramente percebido. Assim, assinar não implica “falar sozinho”, pelo contrário, essa fala possui sempre o apoio “coral”.

É nesse apoio “coral” que encontramos também os valores presumidos que são essenciais para a compreensão da valoração entoada no enunciado por meio dos rótulos. Essa entonação, no texto, desempenha claramente a função de orientar a argumentatividade do texto, ou seja, de fazer com que o leitor passe a ver o objeto de discurso de determinado modo, procurando o sujeito que fala atuar sobre o sujeito que lê. No entanto, reconhecemos que o rótulo é apenas um recurso que colabora para a entonação de valores, não o único. Todo o texto entoa, quer por meio de uma vírgula, uma aspa, um negrito, enfim. Várias outras pistas podem ser dadas para identificação dos valores assumidos.

Ainda a respeito dos rótulos, compreendemos que essas marcas deixadas no texto são mais do que elementos coesivos: elas indicam a enunciação de um sujeito, que ocupa um lugar social e histórico, que é responsivo e responsável, que não possui álabe para sua existência e que circula entre discursos e faz circular discursos. E esses nomes, que em certos casos mostram os valores mais abertamente, embora possam parecer carregar em si uma carga axiológica determinada, na verdade, eles mesmos nada valorizam, pois, se assim fosse, determinado rótulo entoaria sempre o mesmo valor, o que não é verdade dentro da perspectiva teórica assumida, pois consideramos que as palavras não são de ninguém e nada valorizam. No entanto, ancoradas em diferentes contextos, valores presumidos e vozes podem entoar diversos valores.

Finalizando nossas considerações, observando no texto que o uso do rótulo sempre nos remeteu a outros contextos, embora possa parecer redundante, não deixa de ser necessário ressaltar que o estudo produtivo da referenciação deve ultrapassar os limites impostos pelo cotexto, pela materialidade linguística pura e simples, porque, se nos prendermos apenas ao que está posto reduziremos o ato enunciativo a uma construção linguística amputada de sua vida, da arena na qual se encontram os índices sociais de valores. Por isso, chegamos ao final deste trabalho acreditando que o estudo

proveitoso do funcionamento argumentativo dos rótulos deve levar em consideração a arena valorativa na qual se insere o uso dessas expressões e a relação dialógica que o enunciado nas quais elas estão inseridas possui com outros enunciados.

Referências

BAKHTIN, Mikail. **Para uma filosofia do ato responsável**. Tradução não revisada de uso didático acadêmico, de C. A. Faraco e C. Tezza. 1993 [1920-24].

_____. (VOLOSHINOV, V. N.). **Discurso na vida e discurso na arte**: sobre a poética sociológica. Tradução, para uso didático, de C. A. Faraco e C. Tezza. 1993[1926].

_____. (VOLOSHINOV, V. N.). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Editora Hucitec, 1999[1929].

_____. Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003[1952-53]. Tradução: Paulo Bezerra. Coleção Biblioteca Universal. p. 261 – 306.

CONTE, Maria-Elizabeth. Encapsulamento anafórico. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULA, Alena (orgs). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003[1996].

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e Diálogo**: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin. Curitiba/PR: Criar Edições, 2006[2003].

FRANCIS, Gill. Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULA, Alena (orgs). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003[1994].

KOCH, I. G. V. & MARCUSCHI, L. A. Processos de referenciação a produção discursiva. **DELTA** [online], v. 14, n. especial, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?cript=sci_arttext&pid=S010244501998000300012&lng=em&nrm=isso>. Acesso: 13 de abril de 2010.

_____. **Introdução à Linguística textual: trajetória e grandes temas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2006a.

_____. Rotulação: uma estratégia textual de construção do sentido. In: **Revista Calidoscópico**, v.04, n. 2. Mai/ago 2006b.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Daniele. Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE,

Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena (orgs). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003[1995]. (Coleção Clássicos da Linguística)

PASSOS, Ângelo. Projeto Copa 2014. **A Gazeta**, Vitória, 04 de setembro de 2009, p. 6.

POSSENTI, Sírio. Prefácio: Intervindo nas leituras de Bakthin. In: FARACO, C. A. **Linguagem & Diálogo**: as idéias linguísticas do Círculo e Bakthin. Curitiba, PR: Criar Edições, 2006[2003], p.9.

SOBRAL, Adail. Ato/atividade e evento. In: **Bakthin**: conceitos-chave. BRAIT, Beth (org). São Paulo: Contexto, 2008.

ZAVAM, Aurea. São axiológicas as anáforas encapsuladoras?. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães [et al.] (orgs). **Texto e discurso sob múltiplos olhares**: referenciação e outros domínios discursivos. Vol.2. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

A VARIAÇÃO MORFOSSINTÁTICA DO ARTIGO DEFINIDO NA CAPITAL CAPIXABA

Heitor da Silva Campos Júnior*

Resumo: A finalidade deste estudo foi investigar, à luz da Sociolinguística Variacionista, a variação morfosintática ausência/presença de artigo definido antes de antropônimos e possessivos no Português falado na cidade de Vitória (ES), a fim de delimitar, em última instância, a tendência capixaba para esse aspecto morfosintático, estabelecendo-o como (um) traço de identidade linguística dentro do cenário nacional. Tomando como referência os trabalhos de Silva (1982, 1996a, 1996b) e Callou e Silva (1997), foram selecionadas para esta amostra vinte entrevistas realizadas pelo Projeto PORTVIX (Português falado na cidade de Vitória/ES) com 20 falantes capixabas. Em linhas gerais, os resultados apontam que, em termos de percentuais globais de uso do artigo, os capixabas da cidade de Vitória (ES) usam menos artigo do que outras regiões do país. Esse percentual foi de 39%, no contexto dos antropônimos, e 33% no contexto de pronomes possessivos. Destarte, a tendência à ausência do artigo definido parece configurar-se como uma marca identitária inconsciente na capital capixaba.

Palavras-chave: Sociolinguística Variacionista. Artigo definido. Capital capixaba.

Abstract: The purpose of this study was to investigate based on variational sociolinguistics, the morphosyntactic variation presence/absence of the definite article before the possessive and anthroponyms in the Portuguese spoken in the city of Vitória (ES) in order to delimit, ultimately, the capixaba trend for this morphosyntactic aspect, establishing it as (a) trace of linguistic identity within the national scene. Taking as reference Silva's study (1982, 1996a, 1996b) and Callou and Silva (1997), were selected for this sample twenty interviews conducted by the Project PORTVIX (Portuguese spoken in the city of Vitória/ES) with 20 speakers in Espírito Santo. In general, the results indicate that in terms of general percentage of using the article, the people from Vitória (ES) use less articles than other regions of the country. This percentage was 39% in the context of anthroponyms and 33% in the context of possessive pronouns. Thus, the tendency to the absence of the definite article seems to set itself an unconscious brand identity in the capital of the Espírito Santo state.

keywords: Variational Sociolinguistics. Definite article. Capixaba capital.

Estudos da Teoria da Variação têm evidenciado cada vez mais que a língua varia no espaço, no tempo e entre os grupos sociais de uma comunidade de fala. Diferentes motivações podem ser identificadas na origem de um fenômeno variável que se organiza em padrões estruturados. Nos últimos anos, a partir do grande empreendimento na pesquisa de dados do uso da língua, vislumbra-se um crescente aumento na compreensão dos fenômenos linguísticos variáveis e dos fatores internos e externos inerentes a eles.

Este trabalho, partindo dessa perspectiva, insere-se no âmbito dos estudos

* Programa de Pós-Graduação em Linguística, Centro de Ciências Humanas e Naturais, UFES, Vitória, Espírito Santo, Brasil. heitorscj@gmail.com.

sociolinguísticos de vertente variacionista e visa contribuir para o melhor entendimento de fenômenos linguísticos variáveis, no caso particular desta pesquisa, a alternância entre o emprego ou não do artigo definido diante de nomes próprios de pessoa e pronomes possessivos, como em:

- (1) “... na casa *da minha* mãe que tem cachorro...”
- (2) “... era as irmã de \emptyset^1 meu pai...”
- (3) “... puxou o cabelo *da Suelen*...”
- (4) “... aquele negócio *de Ronaldinho*...”²

O artigo, grosso modo, tem recebido, nos compêndios gramaticais (INFANTE, 2001), uma abordagem reducionista, nos quais seu papel morfológico e sintático não o distingue essencialmente dos outros elementos também considerados como *determinantes*, assim como o seu papel semântico não é diferenciado de outros itens gramaticais que com ele compartilham da mesma função dentro da língua. Mesmo entre os gramáticos tradicionais (BECHARA, 2005; CINTRA; CUNHA, 2001; ROCHA LIMA, 2002) não há consenso cabal acerca do emprego do artigo e as orientações quanto ao uso, muitas vezes, soam superficiais e aleatórias. Além disso, tem se constatado que “o uso dos artigos definido e indefinido não se encaixa na definição de artigo encontrada nas gramáticas” (LIMA, 2006, p. 134).

Por se tratar de um fenômeno variável, diversos trabalhos (AMARAL, 2003; CALLOU; SILVA, 1997; CALLOU *et al.*, 2000; COSTA, 2002; SILVA, 1982, 1996a, 1996b) que tratam do artigo, especialmente a questão de sua ausência/presença diante de possessivos e nomes próprios, vêm estudando esse caso de variação morfossintática ao longo dos anos, entre os quais, se destacam como referência para este trabalho Silva (1982, 1996a, 1996b) e Callou e Silva (1997). Os resultados apresentados nesses estudos foram relevantes para esta pesquisa, pois, além de nos permitirem perceber os principais contextos favorecedores e desfavorecedores da presença do artigo diante de pronomes possessivos e nomes próprios, nos forneceram um panorama das tendências desse emprego em diferentes regiões do País.

Pretendeu-se, em última instância, a partir da abordagem variacionista, situar a fala

¹ O símbolo (\emptyset) é utilizado neste trabalho para chamar a atenção à eventual ausência do artigo definido em estruturas cuja alternância com sua presença é possível e realizável com o mesmo valor de verdade em situações reais de fala.

² Dados de fala retirados de entrevistas do Projeto *Português Falado na Cidade de Vitória* (PORTVIX), 2002. Vale mencionar que todos os exemplos utilizados neste trabalho, salvo quando expressamente informado o contrário, foram extraídos de entrevistas do referido Projeto, mais especificamente das 20 que compuseram o *corpus* da análise aqui apresentada.

capixaba no cenário nacional quanto a esse aspecto morfossintático, somando argumentos em favor de um projeto maior, conforme defendido por Yacovenco (2009)³: a integração do Espírito Santo à descrição das variedades brasileiras já pesquisadas.

Empreender um estudo variacionista significa entender a língua em uso por uma comunidade de fala, levando em consideração os contextos sócio-discursivos que cercam o fenômeno linguístico investigado. Nesse sentido, o presente estudo elegeu vinte entrevistas realizadas no ano de 2002 pelo Projeto *Português falado na cidade de Vitória* (PORTVIX) com 20 informantes capixabas, nascidos e residentes na cidade de Vitória (ES), com a seguinte configuração social:

QUADRO 1
Distribuição social dos informantes que compõem o *corpus* da pesquisa

Idade	07-14		15-25		26-49		50-...		
	H	M	H	M	H	M	H	M	
Quantidade de informantes por célula social									
Ensino fundamental	1	1	1	1	1	1	1	1	= 08
Ensino médio	-	-	1	1	1	1	1	1	= 06
Ensino universitário	-	-	1	1	1	1	1	1	= 06
Número total de informantes									= 20

O Projeto PORTVIX, de acordo com Yacovenco (2002), foi implementado em março de 2000 para suprir uma lacuna nos estudos linguísticos empreendidos na capital capixaba: a cidade de Vitória (ES), fundada há mais de 450 anos, não possuía pesquisas sistemáticas de cunho sociolinguístico, o que se justificava, em certa medida, pela ausência de um banco de dados fundamentado em uma metodologia laboviana. A autora esclarece que este Projeto

[...] tenciona contribuir para a ampliação do rol de banco de dados sociolinguísticos existentes no Brasil, e, também, para uma modificação na postura dos professores de língua portuguesa no município, uma vez que se pretende revelar as diversas normas linguísticas existentes na cidade (YACOVENCO, 2002, p. 102).

Com o intuito de satisfazer os objetivos previamente postulados, validar as hipóteses traçadas e, sobretudo, captar, com efeito, o vernáculo em uso na comunidade capixaba, seguiram-se amplamente as orientações labovianas acerca da metodologia de coleta e tratamento de dados.

³ YACOVENCO, Lilian Coutinho. *Em busca da identidade linguística capixaba*. Comunicação oral apresentada no ABRALIN EM CENA VITÓRIA, 2009.

Destarte, partindo dos dados coletados, foi possível dar tratamento estatístico aos mesmos. A realização de análises quantitativas é imprescindível em qualquer pesquisa que se oriente pela Sociolinguística Variacionista, porque

[...] possibilita o estudo da variação linguística, permitindo ao pesquisador apreender sua sistematicidade, seu encaixamento lingüístico e social e sua eventual relação com a mudança linguística. A variação linguística, entendida como alternância entre dois ou mais elementos lingüísticos, por sua própria natureza, não pode ser adequadamente descrita e analisada em termos categóricos ou estritamente qualitativos (GUY; ZILLES, 2007, p. 73).

Estudiosos da área, a esse respeito, chamam a atenção para o fato de que o programa estatístico é apenas um recurso para a manipulação dos dados e que os números não falam por si: “o progresso da ciência lingüística não está nos números em si, mas no que a análise dos números pode trazer para nosso entendimento das línguas humanas” (NARO, 2008, p. 25).

Yacovenco (2002, p. 107) corrobora nesse sentido, explicando que

A pesquisa lingüística baseia-se em dados controlados, que refletem a sistematicidade da estrutura lingüística e evita a análise de casos isolados, e se fundamenta, também, na quantificação dos dados, que decorre do pressuposto de que o uso de determinada forma lingüística reflete diferentes atualizações das regras variáveis.

Em suma, a análise qualitativa e quantitativa do fenômeno variável em questão se orientou pela operacionalização das hipóteses levantadas e, por conseguinte, pelos grupos de fatores lingüísticos e extralingüísticos considerados. Por outras palavras, os grupos de fatores lingüísticos e extralingüísticos definidos nos permitiram buscar explicações para a diferença entre a presença e a ausência do artigo perquirida nos contextos mencionados.

Os principais resultados obtidos por meio do tratamento estatístico dos dados no Programa VARBRUL (SANKOFF, SMITH, TAGLIAMONTE, 2005) foram gerados em rodadas separadas para os dois contextos, já que, a despeito do forte paralelismo que parece atuar sobre ambos, cada um apresenta peculiaridades que só poderiam ser contempladas satisfatoriamente com o controle de grupos de fatores específicos. Para ambos, vale reiterar, a variável dependente foi a variação morfossintática ausência/presença de artigo definido.

Em linhas gerais, os resultados apontam que, em termos de percentuais globais de uso do artigo, os capixabas da cidade de Vitória (ES) usam menos artigo do que outras regiões do país. Esse percentual foi de 39%, no contexto dos antropônimos, e 33% no contexto de pronomes possessivos, o que alinharia a capital do Espírito Santo, no contexto dos

antropônimos, com o Rio de Janeiro (43%). Por outro lado, no contexto do possessivo, não haveria comparação razoável, haja vista que estaria consideravelmente afastada das demais capitais brasileiras inventariadas até o momento: as cidades de Recife e Salvador, que apresentam os menores índices, estão na casa dos 60% contra apenas 33% da capital capixaba. Essa comparação fica mais evidente nas TAB. 1 e 2:

TABELA 1
Realização do artigo definido diante de antropônimos de acordo com a origem geográfica

	VIX	BH	RE	SSA	RJ	SP	POA
Freq.	118/300	–	12/71	10/24	27/85	20/23	50/63
(%)	(39)	(76)	(17)	(32)	(43)	(87)	(79)

Fonte: PORTVIX, 2002; CALLOU; SILVA, 1997; MOISÉS, 1995.⁴

Na TAB.1, como se pode ver, as cidades de Belo Horizonte (MG), São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS) são as que apresentam a maior frequência de uso do artigo definido diante de antropônimos. Em sentido contrário, Recife (PE) e Salvador (BA), ao lado de Vitória (ES) e do Rio de Janeiro (RJ), são as capitais brasileiras que apresentam o menor índice neste contexto. Estas diferenças podem ser melhor visualizadas no GRAF. 1:

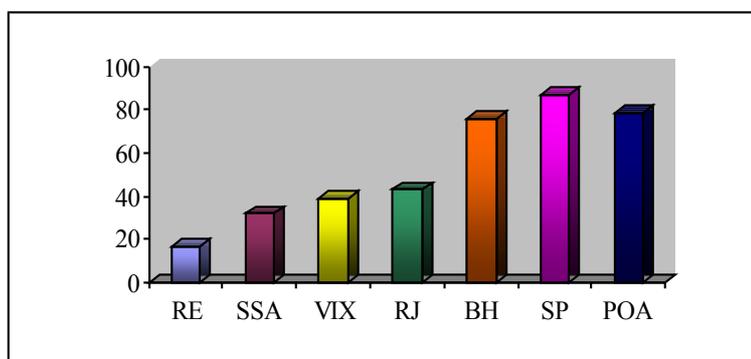


GRÁFICO 1 - Realização do artigo definido diante de antropônimos de acordo com a origem geográfica (%)

Fonte: PORTVIX, 2002; CALLOU; SILVA, 1997; MOISÉS, 1995.

Vale destacar que outras pesquisas (ALVES, 2008; AMARAL, 2003; MENDES, 2009) sobre o tema foram inventariadas, mas preferimos não incorporá-las na TAB. 1, porque foram realizadas em pequenas comunidades rurais e os diferentes parâmetros de análise geraram resultados diversos. Portanto, não seria adequado cotejá-los com os dados das

⁴ A frequência relativa a Vitória (VIX) é oriunda desta pesquisa. Os resultados de Belo Horizonte (BH) são de Moisés (1995). As cinco capitais restantes, conforme apresentado anteriormente, foram estudadas por Callou e Silva (1997).

capitais.

No que atine ao contexto dos possessivos, conforme se pode verificar na TAB. 2, grosso modo, todas as capitais brasileiras inventariadas até o momento apresentam um padrão geral de maior uso do artigo definido. Na contramão dessa tendência, os capixabas destoam, apresentando uma inclinação à ausência de artigo definido diante de possessivos.

TABELA 2
Realização do artigo definido diante de possessivos de acordo com a origem geográfica

	VIX	RE	SSA	RJ	SP	POA
Freq.	331/1016	59/98	57/87	280/399	147/209	26/33
(%)	(33)	(60)	(66)	(70)	(70)	(79)

Fonte: PORTVIX, 2002; CALLOU; SILVA, 1997.

O GRAF. 2 ilustra de forma mais clara esta distinção:

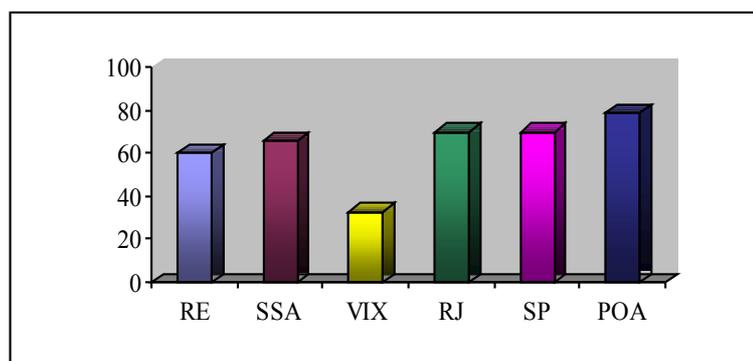


GRÁFICO 2 - Realização do artigo definido diante de possessivos de acordo com a origem geográfica (%)

Fonte: PORTVIX, 2002; CALLOU; SILVA, 1997.

Cumprir mencionar que Nazário (2007)⁵ registra uso semelhante ao da capital capixaba em quatro comunidades rurais do estado de Goiás (GO): Almeidas, Pombal, Faz Tudo e Acaba Vida, e Traíras. O percentual de aplicação do artigo diante de possessivos, nessas comunidades, não chegou a 38%. A autora atribuiu este baixo índice ao conservadorismo típico dessas comunidades, que é intensificado pelo isolamento geográfico e cultural.

Na capital capixaba, embora tenhamos assumido que parece haver certo conservadorismo linguístico, a razão pela preferência ao não-uso do artigo definido, tanto diante de antropônimos como possessivos, teria outra motivação: marcar um traço identitário, ainda que inconscientemente. A nossa hipótese é que o nativo de Vitória (ES) tem utilizado a

⁵ Ao contrário do que foi arguido anteriormente no contexto dos antropônimos, levamos em consideração esse estudo, que investigou apenas comunidades rurais, por ter utilizado uma metodologia mais próxima deste trabalho.

língua como um recurso a mais na busca da manutenção de sua identidade, tão fragilizada ao longo de sua história. Primeiro, por décadas de descaso socioeconômico. Segundo – e principalmente – como retorno da reviravolta que a economia local sofreu, pela grande invasão de pessoas oriundas de outros estados, conforme sugerido no capítulo 2.

Alguns trabalhos regionais com dados do Espírito Santo têm sido empreendidos e revelado que, de fato, o capixaba tem alguns traços que o distingue dos demais invasores, como os mineiros. Calmon (2010), em seu estudo sobre a variação pronominal de 2ª pessoa em Vitória (ES), constatou o elevado favorecimento da forma *você* (75%) em detrimento das formas *cê* (24%) e *ocê* (1%). A autora atribuiu este resultado a um movimento identitário. Segundo ela, os falantes de Vitória (ES) estariam intensificando, mesmo que inconscientemente, o uso de *você* como forma de afirmação social e cultural, como se tivessem a intenção de se diferenciarem linguisticamente dos mineiros⁶, que chegam às praias de Vitória (ES) na estação de veraneio ou que vêm morar no município.

Destarte, comungamos da hipótese de Calmon (2010) quando afirma que, em Vitória (ES), temos um movimento similar ao identificado por Labov (2008) na década de 60 na ilha de Martha's Vineyard, situada no estado de Massachussets (EUA). Nesse estudo, Labov (2008) investigou o processo de centralização dos ditongos (ay) e (aw), que seguia um movimento de mudança contrário ao das demais regiões do estado.

A partir de uma série de testes, Labov (2008) percebeu que a explicação dessa mudança sonora só seria possível em função do entendimento das forças sociais que afetavam mais profundamente a vida da ilha. Assim, o autor concluiu que a alta centralização de (ay) e (aw) estava intimamente correlacionada a expressões de grande resistência às incursões dos veranistas, já que os vineyardenses resistiam às influências dos veranistas, que estavam dominando economicamente a ilha. Em suma, Labov (2008) constatou que as diferenças fonéticas se tornavam cada vez mais marcadas à medida que o grupo lutava por manter sua identidade. Cumpre mencionar que tanto em Martha's Vineyard como em Vitória (ES), temos um caso de variação linguística abaixo do nível da consciência.

Essa comparação entre Vitória (ES) e Martha's Vineyard, embora careça de melhor fundamentação, é minimamente interessante. Vale destacar que apenas o estudo mais aprofundado da história local, bem como do seu contexto socioeconômico, acompanhado de testes de reação subjetiva etc., permitirá, em pesquisa ulterior, validar ou refutar esta hipótese. Por ora, nos deteremos na análise dos resultados obtidos a partir do tratamento estatístico dos dados.

⁶ Vale ressaltar que a forma pronominal preferida pelos mineiros no contexto de 2ª pessoa é a forma *cê* (RAMOS, 1997; COELHO, 1999; GONÇALVES, 2008, *apud* CALMON, 2010).

Na primeira etapa de testes, que diz respeito aos antropônimos, num conjunto total de 300 ocorrências e um percentual global de aplicação do artigo definido em torno de 39%, o programa apontou quatro grupos como sendo os mais significativos do ponto de vista probabilístico, na seguinte ordem de seleção: *gênero do antropônimo*, *traços supra-segmentais*, *faixa etária* e *gênero do falante*.

É interessante notar como o percentual global de uso do artigo diante de antropônimos se revelou baixo (39%), o que corroborou nossa intuição de que a comunidade de fala capixaba em análise tenderia a usar pouco artigo nesse contexto.

O gênero se mostrou duplamente relevante nesta amostra: o *gênero do antropônimo*, selecionado em primeiro lugar, e o *gênero do falante*, selecionado em quarto lugar. Sobre o *gênero do antropônimo*, como se pode ver na TAB. 3, apesar de não termos distinções polarizadas, parece que o capixaba da capital do Estado tende levemente a usar mais artigo – quando usa – diante de nomes femininos do que de nomes masculinos, o que contraria nossa intuição impressionística inicial. Até o presente momento, vale dizer, não foram identificadas evidências que justificassem essa distinção.

TABELA 3
Uso do artigo definido diante de antropônimos na cidade de Vitória (ES),
de acordo com o gênero do antropônimo

Gênero do antropônimo	Frequência		Peso relativo
Masculino	78/206	38%	0,44
Feminino	40/94	43%	0,61
TOTAL	118/300	39%	

Fonte: PORTVIX, 2002.

Em relação ao gênero do falante, o resultado é inverso em termos de peso relativo quanto ao uso do artigo no nível da natureza do gênero: os homens usam mais artigo definido diante de antropônimos do que as mulheres, como consta na TAB. 4:

TABELA 4
Uso do artigo definido diante de antropônimos na cidade de Vitória (ES),
de acordo com o gênero do falante

Gênero do falante⁷	Frequência		Peso relativo
Homens	62/115	54%	0,62
Mulheres	56/185	30%	0,42
TOTAL	118/300	39%	

⁷ Embora haja na literatura sociolinguística uma preferência pelos termos *masculino* e *feminino* quando nomeamos a categoria *gênero* em oposição a *homens* e *mulheres* para designar simplesmente o sexo biológico, aqui não tomamos parte nesta discussão e adotamos estes últimos termos apenas para diferenciá-los do gênero do antropônimo, o que permite uma melhor visualização gráfica.

No caso do gênero do falante, podemos inferir que os resultados apontam e corroboram duas hipóteses. A primeira é que as mulheres são mais conservadoras, já que consideramos que o padrão da comunidade capixaba é a tendência à ausência do artigo definido neste contexto. A segunda hipótese, conforme aventada por Callou e Silva (1997, p. 22), refere-se ao fato de o uso do artigo ser menos frequente em comunidades cuja colonização foi mais antiga, já que o percentual global de aplicação do artigo não chegou a 40%. Talvez seja possível afirmar que a ausência do artigo seria um traço arcaizante e, mesmo que inconscientemente, propagado pelas mulheres.

Todavia, a questão que mais nos intrigou foi entender como um fenômeno linguístico variável que não é objeto de estigma social pôde apresentar resultados sociais tão contundentes. Por ora, podemos propor duas linhas de análise. Com esta amostra, a primeira interpretação seria que esses resultados poderiam estar atrelados a uma questão de ordem maior: o processo de mudança linguística. Essa proposição fica mais latente quando observamos, isoladamente, os resultados do grupo *faixa etária*, dispostos na TAB. 5:

TABELA 5
Uso do artigo definido diante de antropônimos na cidade de Vitória (ES), de acordo com a faixa etária

Faixa etária	Frequência		Peso relativo
07-14 anos	22/40	55%	0,54
15-25 anos	56/103	54%	0,67
26-49 anos	20/59	34%	0,38
50 anos em diante	20/98	20%	0,36
TOTAL	118/300	39%	

Fonte: PORTVIX, 2002.

Labov (1994) chama a atenção para alguns aspectos que devem ser considerados em estudos de mudança em progresso. Embora não tenhamos codificado todo o *corpus* PORTVIX, o que poderia nos permitir deduções mais consistentes, o fato é que, no fenômeno em análise, o comportamento do grupo *faixa etária* aponta indícios de um processo de mudança linguística e reclama alguma consideração nesse âmbito. De acordo com Labov (1994, p. 45-46),

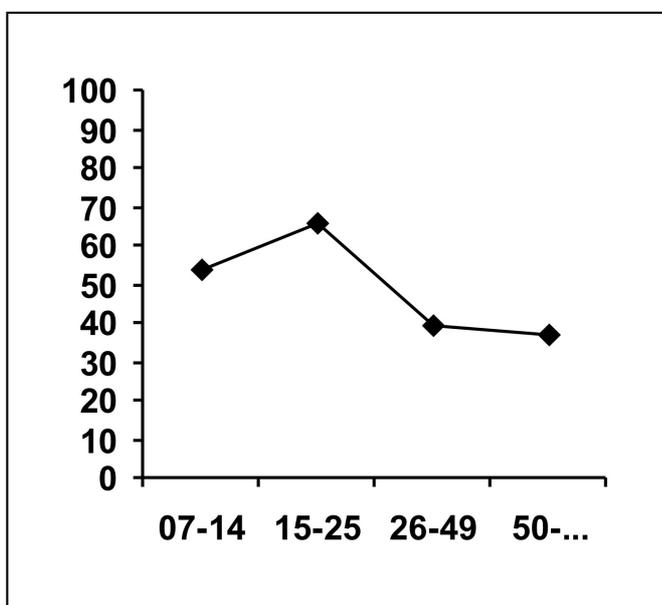
A primeira e mais simples abordagem para estudar a mudança linguística em progresso é traçar a mudança no tempo aparente, isto é, a distribuição das variáveis linguísticas entre os diferentes níveis de idade. Se nós descobrirmos uma relação uniforme

entre idade e variáveis lingüísticas, ou uma correlação significativa entre as duas, então a questão é decidir se estamos lidando com uma verdadeira mudança em progresso ou com gradação etária (Hockett 1950), uma mudança regular de comportamento lingüístico com idade que se repete em cada geração.⁸

Decidir se estamos lidando com um caso de mudança em progresso ou uma simples mudança regular relacionada à idade, nos termos labovianos, não foi uma ostentação válida nesta pesquisa, dado que não dispomos do intervalo de tempo necessário para empreender uma análise em tempo real. De qualquer modo, esta análise em tempo aparente nos permitiu fazer algumas inferências. É interessante apontar, por exemplo, como os resultados encontrados se alinham à suposição de Labov (1994, p. 47) sobre o papel do grupo de falantes mais jovens no processo de mudança linguística: os adolescentes e pré-adolescentes estariam na vanguarda do processo.

Essa asserção do autor é fundamentada em seu próprio estudo em Nova York (1966), em que constatou que a elevação de (eh) na palavra *man* e (oh) em *lost* estava mais avançada no grupo de falantes mais jovens, de 08 a 19 anos, entre outros trabalhos (CEDERGREN, 1973; TRUDGILL, 1974, *apud* LABOV, 1994). O ponto mais interessante a ser observado no âmbito desta discussão, vale destacar, é que caso, em etapa ulterior da pesquisa, seja confirmado que se trata de uma mudança em progresso, será curioso constatar que os princípios de mudança linguística apontados por Labov (1994) no campo da fonologia podem ser aplicados em fenômenos morfossintáticos, como é o caso deste estudo.

Nessa perspectiva, pode-se observar que no GRAF. 3, esboço dos resultados encontrados para o grupo *faixa etária* no contexto dos antropônimos, temos reproduzido o que Labov (1994, p. 65) denomina como a *curva em forma de S*.



⁸ *The first and most straightforward approach to studying linguistic change in progress is to trace change in apparent time: that is, the distribution of linguistic variables across age levels. If we discover a monotonic relationship between age and linguistic variable, or a significant correlation between the two, then the issue is to decide whether we are dealing with a true change in progress or with age-grading (Hockett 1950), a regular change of linguistic behavior with age that repeats in each generation.*

GRÁFICO 3 - Uso do artigo definido diante de antropônimos na cidade de Vitória (ES), de acordo com a faixa etária

Fonte: PORTVIX, 2002.

Segundo Labov (1994, p. 65), a ascensão e queda dos coeficientes de idade refletem a observação geral de que as mudanças sonoras começam em um ritmo lento, depois avançam rapidamente no meio do percurso e mitigam em seus últimos estágios. Destarte, a taxa de mudança perfaz uma curva em forma de S ou ogiva⁹ a partir de frequências cumulativas de uma distribuição binomial. A esse respeito, o autor ainda esclarece que distribuições como esta

[...] descrevem a competição entre duas formas instáveis e podem ser geradas por um modelo no qual a probabilidade de contato entre as duas governa a taxa de mudança. Se seguirmos Bloomfield (1933: 46) na construção de um mapa de todas as trocas linguísticas que ocorrem em uma comunidade, então a probabilidade global de uma troca envolvendo as duas formas é baixa no início da mudança, máxima no ponto médio e mínima no final¹⁰ (LABOV, 1994, p. 66).

Portanto, vale reiterar que, embora as colocações de Labov (1994) estejam circunscritas em torno de processos de mudança sonora (estritamente), seus pressupostos se encaixam sistematicamente na variação morfossintática em análise neste estudo, o que sinaliza a possibilidade de se tratar, em uma instância maior de análise, de um caso de mudança linguística em progresso.

Caso esta hipótese venha a se confirmar em estudos posteriores, teríamos de assumir que o capixaba estaria em fase de aquisição do artigo definido no contexto dos antropônimos. Contudo, esta suposição não parece pertinente na medida em que registramos uma taxa percentual de uso inferior a 50%. Inclusive, a faixa etária 1 apresenta um índice próximo da neutralidade.

Outra hipótese, então, que pode ser considerada em função da configuração destes resultados – e que igualmente poderá ser revista em pesquisa ulterior com a análise de toda a amostra PORTVIX – é que estaríamos lidando com um caso de gradação etária, isto é, um comportamento de uso linguístico regular que se repete nos segmentos etários a cada geração (LABOV 1994, p. 46). Mendes (2000, p. 149), em seu estudo sobre o uso do artigo definido diante de antropônimos na fala dos habitantes de Barra longa (MG), aceita esta hipótese ao concluir que “a língua pretérita e a língua oral do português contemporâneo desta comunidade

⁹ Conforme o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2009), o termo *ogiva*, no campo da estatística, diz respeito ao gráfico que apresenta a frequência acumulada.

¹⁰ *Such distributions describe the unstable competition between two forms, and can be generated by a model in which the probability of contact between the two governs the rate of change. If we follow Bloomfield (1933: 46) in constructing a map of all the speech exchanges that take place in a community, then the overall probability of an exchange involving the two forms is low at the beginning of the change, maximal at midpoint, and minimal at the end.*

retiveram uma estrutura pretérita da língua latina”, que seria a manutenção da ausência do artigo.

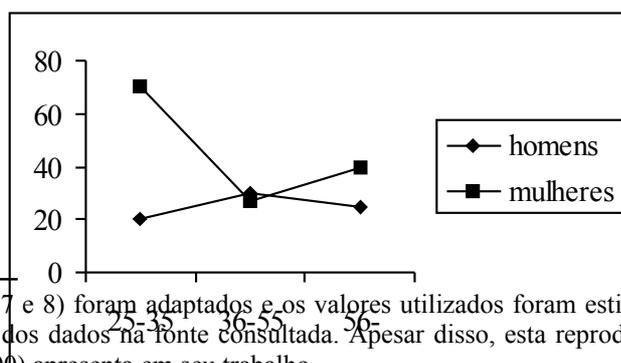
Os resultados encontrados por Silva (1987, *apud* CALLOU, 2000) com dados coletados há cerca de três décadas nos condicionam a pensar que a hipótese mais plausível seria a da gradação etária, já que tanto nos dados da fala não-culta do Rio de Janeiro (SILVA, 1987, *apud* CALLOU, 2000) como nos dados do Projeto PORTVIX, que datam do ano de 2002, temos comportamento similar ao longo das faixas etárias:

TABELA 6
Atuação da faixa etária sobre o gênero no uso do artigo definido diante de antropônimos:
Rio de Janeiro (RJ) *versus* Vitória (ES)

Faixa etária	Rio de Janeiro (SILVA, 1996b)		Vitória (PORTVIX, 2002)	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
07-14	74% (432/581)	64% (287/448)	75% (18/24)	25% (04/16)
15-25	73% (54/74)	73% (92/126)	52% (24/46)	56% (32/57)
26-49	70% (130/185)	79% (98/124)	32% (10/31)	36% (10/28)
50-...	53% (102/191)	85% (112/132)	71% (10/14)	12% (10/84)

Fonte: SILVA, 1996b, p. 276; PORTVIX, 2002.

Como se pode observar na TAB. 6, os falantes da faixa intermediária de ambos os sexos apresentam um padrão de uso semelhante, enquanto os falantes das duas faixas extremas divergem. O diferencial maior entre este trabalho e o de Silva (1987, *apud* CALLOU, 2000, 1996b) é que enquanto as mulheres mais velhas empregam mais artigos do que os homens em sua pesquisa, neste trabalho, tanto os homens mais velhos como os mais jovens utilizam mais artigo do que os seus pares femininos. Além disso, conforme registra Callou (2000), esse padrão geral de convergência na faixa média, e de distinção nas faixas extremas, se repete nas cinco capitais brasileiras do Projeto NURC (Projeto da Norma Urbana Oral Culta), como se pode ver no GRAF. 4¹¹:



¹¹ Estes gráficos (4, 5, 6, 7 e 8) foram adaptados e os valores utilizados foram estimados, uma vez que não há detalhamento numérico dos dados na fonte consultada. Apesar disso, esta reprodução reflete globalmente os gráficos que Callou (2000) apresenta em seu trabalho.

De acordo com Callou (2000, p. 23), “observando-se as curvas das frequências de uso do artigo frente a nomes próprios, por mulheres e homens, nota-se que caminham no sentido inverso, embora ambas apresentem o mesmo padrão curvilíneo, característico, em geral, de variação estável”. É preciso salientar que este cotejo deve ser feito com cautela e ressalvas. Primeiro, porque a própria divisão etária foi diferente: enquanto neste trabalho e no de Silva (1987, 1996b) consideraram-se 4 faixas, no de Callou (2000) foram utilizadas apenas três, como se pode constatar no GRAF. 4. Em segundo lugar, os dados de Callou (2000), oriundos do Projeto NURC, são apenas de falantes universitários.

Retomando os dados da comunidade capixaba, poderíamos argumentar, por esta linha, como previsto na literatura sociolinguística, que as mulheres, sobretudo as da última faixa etária, seriam as difusoras dessa preferência local pelo não-uso do artigo definido junto aos antropônimos, já que, normalmente, são as responsáveis pela educação dos filhos. A maior frequência desse uso nas faixas etárias mais jovens, então, poderia ser justificada por influência de forças externas, como a pressão do mercado profissional e o efeito dos anos de escolarização, sobretudo entre os falantes de 15 a 25 anos, já que há uma tendência ao aumento do uso do artigo conforme a elevação do grau de escolaridade. A faixa etária de 07 a 14 anos, por seu turno, sendo instável, estaria oscilando. Contudo, ainda permanecem obscuras as razões que distanciariam o comportamento masculino do feminino entre os diferentes níveis etários.

Em suma, só a codificação de toda a amostra PORTVIX em uma futura pesquisa nos permitirá conclusões mais consistentes. O fato é que, caso este padrão fornecido pela análise estatística permaneça, teremos de refinar e elencar outras variáveis que possam lançar novas perspectivas para o entendimento do fenômeno em pauta. Por ora, chegamos à mesma conclusão de Silva (1996b, p. 278): “É inexplicável este comportamento invertido entre os dois sexos”.

Nesse ponto, é interessante notar como os princípios postulados por Labov (1990) para a diferenciação linguística entre homens e mulheres, a partir de mais de 30 anos de pesquisa sociolinguística – como exaltou Cheshire (2003) – não puderam ser aplicados no fenômeno em análise. Em síntese, nós temos dois princípios nucleares que são sumarizados por Labov (1990, p. 210-215) como *change from above* e *change from below*. No primeiro caso (*change*

from above), isto é, mudanças que envolvem fenômenos que são objeto de avaliação social, as mulheres favoreceriam as formas de prestígio mais do que os homens. Por outro lado, nas mudanças vindas de baixo (*change from below*), ou seja, que estão abaixo do nível da consciência, as mulheres normalmente são as inovadoras. Este último é o caso do objeto de estudo desta pesquisa.

Entretanto, como pudemos observar, na comunidade capixaba, esse padrão parece ser inverso: os homens têm liderado o maior uso da forma “inovadora”, que seria a presença do artigo definido diante de antropônimos, já que a marca local seria a tendência ao não-uso do artigo. Assim, em consonância com Callou (2000, p. 22), observamos que, nesse âmbito, muitas questões continuam não esclarecidas, como a relação entre a fala de homens e mulheres numa comunidade de fala e a sua independência em relação a outras variáveis sociais. De qualquer forma, temos de ponderar esta ressalva, pois os estudos de Labov frequentemente se orientam na interseção entre classe social e demais variáveis sociais. Neste estudo, a classe socioeconômica dos falantes não foi controlada.

No que atine à variável selecionada em segundo lugar, *traços supra-segmentais*, verifica-se na TAB. 7 que, de fato, o ambiente prosódico parece ter papel relevante no condicionamento do uso do artigo definido diante de antropônimos.

TABELA 7
Uso do artigo definido diante de antropônimos na cidade de Vitória (ES),
de acordo com os traços supra-segmentais

Traços supra-segmentais	Frequência		Peso relativo
Pausa silenciosa	22/111	20%	0,29
Pausa preenchida	02/08	25%	0,41
Sequência contínua	84/168	50%	0,61
Alongamento	10/13	77%	0,78
TOTAL	118/300	39%	

Fonte: PORTVIX, 2002.

Corroborando os resultados apontados por Callou e Silva (1997, p. 22), a pausa realmente é o fator deste grupo que mais inibe a utilização do artigo. O uso do artigo parece ser favorecido em segmentos fonológicos ininterruptos.

No que concerne ao contexto dos pronomes possessivos, em um total de 1016 ocorrências e um percentual global de uso do artigo em torno de 33%, o programa selecionou os grupos *ausência/presença e tipo de preposição, tipo do possessivo e outras formas, natureza do possuído, nível de escolaridade e gênero do falante* como os mais significativos.

Interessante notar que o percentual global de uso do artigo diante de possessivos é similar ao percentual identificado no contexto dos antropônimos (39%).

Nesses resultados, nos interessou em particular o comportamento das variáveis sociais: *nível de escolaridade* e *gênero*. Embora as diferenças entre as frequências percentuais e os pesos relativos não sejam drásticas, verifica-se na TAB. 8 que os falantes de nível médio lideram o uso do artigo, assim como constatado em Silva (1982, 1996b).

TABELA 8
Uso do artigo definido diante de possessivos na cidade de Vitória (ES),
de acordo com o nível de escolaridade

Nível de escolaridade	Frequência		Peso relativo
Ensino Fundamental	140/507	28%	0,48
Ensino Médio	98/256	38%	0,59
Ensino Universitário	93/253	37%	0,43
TOTAL	331/1016	33%	

Fonte: PORTVIX, 2002.

Em relação ao gênero, temos um resultado também convergente com a pesquisa de Silva (1996b) em termos de frequência de uso. Como se pode observar na TAB. 9, embora tenha sido selecionado nesta pesquisa, o gênero, por si só, não atuou de modo expressivo.

TABELA 9
Uso do artigo definido diante de possessivos na cidade de Vitória (ES),
de acordo com o gênero do falante

Gênero do falante	Frequência		Peso relativo
Homens	123/391	31%	0,44
Mulheres	208/625	33%	0,53
TOTAL	331/1016	33%	

Fonte: PORTVIX, 2002.

Neste caso, o princípio *change from below* de LABOV (1990), ao contrário do constatado no contexto dos antropônimos, seria pertinente: as mulheres estão utilizando mais a forma inovadora. E, caso estivéssemos lidando com um caso de mudança em progresso, estariam liderando o processo de aquisição. Contudo, é preciso salientar que, com estes dados, ainda não é possível levar a efeito estas suposições, sobretudo porque a taxa percentual de uso não chega a 50% em nenhuma das faixas etárias.

Sobre o efeito da escolarização no uso do artigo diante de possessivos é preciso abrir um parêntese. Estudos anteriores (SILVA, 1982, 1996b; NAZÁRIO, 2007), conforme já sugerido, destacam que existe uma relação significativa entre o nível de escolaridade e o uso do artigo

diante de possessivos: quanto maior a instrução escolar, maior o uso de artigo. Embora seja fato que também na comunidade capixaba esta variável tenha se mostrado significativa, tendo sido selecionada nas duas rodadas (com e sem preposições), é interessante notar que o papel desempenhado por ela neste estudo apresenta maiores restrições, sobretudo porque no nível mais alto de escolarização, ao contrário das outras pesquisas, há uma retenção deste uso.

Destarte, a despeito da influência dos anos de escolarização sobre o uso do artigo definido, a comunidade capixaba mantém a sua marca: favorecimento da ausência de artigo definido. Uma marca identitária, ainda que inconsciente. Ao contrário das referidas pesquisas, em que há o aumento gradativo de uso, em Vitória (ES), os falantes retêm esse avanço.

Os resultados encontrados, grosso modo, corroboram todas as hipóteses previamente levantadas na pesquisa: a tendência à ausência do artigo definido diante de antropônimos e possessivos pode se configurar com um traço de identidade linguística do capixaba; os casos em que os artigos são precedidos por preposições com as quais podem se contrair não são categóricos diante de antropônimos; e o percentual de uso do artigo na cidade de Vitória (ES) é bem menor do que o de outras capitais brasileiras de colonização posterior, como Porto Alegre, o que denota um aspecto linguístico conservador à capital capixaba.

A questão do movimento identitário que parece subsidiar a língua falada em Vitória (ES) é uma hipótese instigante e merece maior atenção em pesquisas ulteriores, assim como o entendimento acerca do processo de mudança linguística que, possivelmente, poderia estar ocorrendo. De qualquer modo, vale destacar que, independente da linha em que esteja a variação morfossintática ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos e possessivos na capital capixaba – mudança em progresso ou gradação etária – acreditamos que subjacente a este processo existe um movimento identitário relevante.

Por ora, nossa conclusão é que cada contexto manifesta um comportamento diferenciado e similar ao mesmo tempo: enquanto no contexto dos possessivos observamos um caso de retenção, considerando que a história do português nos mostra que a tendência nos últimos séculos foi o aumento gradativo de uso do artigo e Vitória (ES) não acompanhou esse padrão nacional, revelando uma baixa frequência de uso, no contexto dos antropônimos, apesar de haver uma taxa percentual de uso um pouco maior, visualizamos um quadro de gradação etária. Assim, em ambos os contextos, temos a marca identitária inconsciente: a tendência à ausência de artigo definido diante de antropônimos e possessivos.

Referências

ALVES, Ana Paula Mendes. **Um estudo sociolinguístico da variação sintática ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos jovens de Barra Longa/MG que residem em Belo Horizonte**. 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. **A ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos em três localidades de Minas Gerais: Campanha, Minas Novas e Paracatu**. 2003. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

CALLOU, Dinah. **A variação no português do Brasil: o uso do artigo definido diante de antropônimos**. Faculdade de Letras da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. (Série Conferências).

CALLOU, Dinah *et al.* Dinâmica do específico e do genérico: artigo definido e construções existenciais. **Veredas: Revista de Estudos Linguísticos**, Juiz de Fora: Editora UFJF, v. 4, n. 2, p. 81-88, jul./dez. 2000.

CALLOU, Dinah; SILVA, Giselle M. Oliveira e. O uso do artigo definido em contextos específicos. In: HORA, Dermeval da (Org.). **Diversidade Linguística no Brasil**. João Pessoa: Idéia, 1997.

CALMON, Elba Nusa. **Ponte da passagem: você e cê transitando na fala de Vitória (ES)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Departamento de Línguas e Letras, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolinguística: Parte II. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). **Introdução à linguística: domínio e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2008. v. 1.

CHESHIRE, Jenny. Sex and Gender in Variationist Research. In: **The Handbook of Language Variation and Change**. Cambridge: Blackwell, 2003.

CINTRA, Luís F. Lindley; CUNHA, Celso. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

COSTA, Iraneide. O uso do artigo definido diante de nome próprio de pessoa e possessivo do século XIII ao século XVI. In: SILVA, R. V. M. e; MACHADO FILHO, A. V. L. (Org.). **O português quinhentista: estudos linguísticos**. Salvador: EDUFBA/UEFS, 2002.

GUY, Gregory R.; ZILLES, Ana. **Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

INFANTE, Ulisses. **Curso de gramática aplicada aos textos**. São Paulo: Scipione, 2001.
LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. **Principles of linguistic change: internal factors**. Cambridge: Blackwell, 1994.

_____. The intersection of sex and social class in the course of linguistic change. In: **Language Variation and Change**. USA: Cambridge University, 1990, p. 205-254.

LIMA, Maria Auxiliadora Ferreira. O artigo sob uma perspectiva filosófica, gramatical e lingüística. In: LIMA, M. A. Ferreira; FROTA, Wander Nunes (Org.). **Phoros: Estudos Lingüísticos e Literários**. Rio de Janeiro: Caetés, 2006. v. 1.

MENDES, Soélis Teixeira do Prado. **A ausência de artigo definido antes de nomes próprios no português mineiro de Barra Longa: um caso de retenção?** 2000. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: FALE/UFMG.

MENDES, Andréia Almeida. **A ausência ou a presença de artigo definido diante de nomes próprios na fala dos moradores da zona rural de Abre Campo e Matipó – M.G.** 2009. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MOISÉS, Juliana de Assis. **O “lugar” do artigo no discurso: considerações sobre o uso do artigo no português culto falado em Belo Horizonte.** 1995. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: BRAGA, Maria Luiza; MOLLICA, Maria Cecília (Org.). **Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação.** São Paulo: Contexto, 2008.

NARO, Anthony Julius. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: BRAGA, Maria Luiza; MOLLICA, Maria Cecília (Org.). **Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação.** São Paulo: Contexto, 2008.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Análise quantitativa e tópicos de interpretação do Varbrul. In: BRAGA, Maria Luiza; MOLLICA, Maria Cecília (Org.). **Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação.** São Paulo: Contexto, 2008.

NAZÁRIO, Maria de Lurdes. **Uso variável do artigo definido diante de pronome possessivo na variedade lingüística da comunidade de fala dos Almeidas.** 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática Normativa de Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

SANKOFF, David; SMITH, Eric; TAGLIAMONTE, Sali. **Goldvarb X: a variable rule application for Macintosh and Windows.** Department of Linguistics, University of Toronto, 2005.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Pressupostos teóricos e suporte quantitativo. In: SILVA, Giselle Machline de Oliveira e; SCHERRE, Maria Marta Pereira (Org.). **Padrões sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. Realização facultativa do artigo definido diante de possessivo e de patronímico. In: SILVA, Giselle Machline de Oliveira e; SCHERRE, Maria Marta Pereira (Org.). **Padrões sociolingüísticos**: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996a.

_____. Emprego do artigo diante de possessivo e de patronímico: resultados sociais. In: SILVA, Giselle Machline de Oliveira e; SCHERRE, Maria Marta Pereira (Org.). **Padrões sociolingüísticos**: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996b.

_____. **Estudo da regularidade na variação dos possessivos no português do Rio de Janeiro**. 1982. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.

YACOVENCO, Lilian Coutinho. O “Projeto falado na cidade de Vitória”: coleta de dados. In: YACOVENCO, Lilian Coutinho; LINS, Maria da Penha Pereira (Org.). **Caminhos em lingüística**. Vitória: NUPLES, 2002.

UM ESTUDO SOBRE A METONÍMIA COMO UM PROCESSO COGNITIVO

Ione Aires Santos*

Resumo: Procurando desvendar a metonímia bem como entendê-la, apresenta-se um estudo acerca da linguagem figurada sob um olhar qualitativo, desde a Retórica até se chegar ao percurso investigativo acerca dos pressupostos teóricos da Linguística Cognitiva. Para isso, a linguagem figurada foi observada na retórica aristotélica e nas gramáticas tradicionais. Fez-se uma comparação entre a metáfora e a metonímia sob o enfoque tradicional. Verificou-se ainda, como se deu a taxonomia da metonímia, como ela é apresentada nos livros didáticos e quais as consequências da abordagem taxonômica tradicional. Conhecidas as implicações do estudo tradicional sobre a metonímia, apresentou-se a Linguística Cognitiva, uma disciplina que trouxe um novo olhar epistemológico sobre o modo como as coisas são experienciadas e categorizadas. Apresentaram-se a metáfora e a metonímia sob a ótica da cognição e, por fim, fez-se o estudo da metonímia com relevância para a sua natureza inferencial. A análise constituiu-se de um estudo de caso com vistas a observar a face inferencial da metonímia conceptual e como se constitui o processo de construção de um determinado conceito via processo metonímico. Os resultados demonstraram que a metonímia conceptual tem um alcance sociocultural.

Palavras-chave: Semântica Cognitiva. Metonímia. Referência. Inferência.

Abstract: Trying to understand and unravel the metonymy, this work is presented a study on the figurative language in a quality look, from rhetoric to get to the investigative course on the theoretical assumptions of Cognitive Linguistics. For this, the imagery was observed in Aristotelian rhetoric and in traditional grammars. A comparasion was made between metaphor and metonymy in the traditional approach, and verify how the taxonomy of metonymy, as it is presented in textbooks and what the consequences of traditional taxonomic approach. Yet been verified the implications of the study on traditional metonymy, presents the cognitive linguistics, a discipline that has brought a new perspective on the epistemological way things are experienced and categorized. the metaphor and metonymy were presented from the viewpoint of cognition and, finally was held study of metonymy with relevance to its nature inferential. The analysis consisted of a case study in order to observe the inferential face of the conceptual metonymy as is the process of building a particular concept through metonymic process. The results showed that conceptual metonymy has a range of socio-cultural.

Keywords: Cognitive Semantics. Metonymy. Reference. Inference.

Introdução

*Mestre em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória – ES, Brasil, letrasione@gmail.com.

Apoiando-se na perspectiva teórica da Linguística Cognitiva, defende-se a metonímia como um fenômeno conceptual. Para Lakoff & Johnson (2002, p.93) a metonímia “não é um mero recurso referencial. Ela também tem a função de propiciar o entendimento”.

Nessa direção, este artigo associa-se a estudos que expandiram a função da metonímia para além do seu conceito tradicional enquanto figura de linguagem. Adota-se aqui a concepção de metonímia conforme apresentada por Panther & Thornburg (1999) que denominam as metonímias de esquemas naturais de inferência, considerando-as como associações entre conceitos, facilmente ativáveis, que podem ser usados para finalidades inferenciais. Supõe-se, então, que a metonímia é muito mais que um processo de deslocamento de referência. É nessa possibilidade de diferenciação de tratamento que se apoia este trabalho.

A linguagem figurada na retórica aristotélica: a superioridade da metáfora em relação à metonímia

A Retórica tem em Aristóteles seu maior representante, no que diz respeito aos postulados relativos à linguagem figurada. Considerada a linguagem da emoção e das paixões, a linguagem figurada ocupa um papel de destaque, tanto na poesia, quanto no discurso, e os retóricos defendem que essa linguagem possui dupla função, pois exerce o papel, tanto de artifício de embelezamento, quanto de artifício de persuasão.

Embora a expressão ornada caracterize o discurso “bem elaborado”, apreciado por poetas e retóricos, houve o reconhecimento de que o uso das figuras é também encontrado na linguagem cotidiana. Aristóteles ([199-], p.176) declara que “não há ninguém que na significação corrente não se sirva de metáforas, dos termos próprios e dos vocábulos usuais”. Essa é uma afirmativa bastante singular, considerando-se a longa tradição de estudos posteriores que sediará a metáfora no interior da linguagem literária, restringindo-a a tal lugar.

Mas, se a metáfora exerce uma grande atração em diversos pesquisadores, não se pode afirmar o mesmo sobre a metonímia que, geralmente, aparece como pano de fundo de declarações relacionadas à metáfora, como se pode observar em Ullmann (1970) que apresenta a metonímia, como recurso estilístico, dispondo ela de um interesse limitado para o estudioso do estilo uma vez que ela surge apenas entre as palavras além de não revelar relações novas entre os termos. Imbuído desse posicionamento, Filipak (1983, p.135) declara que o “emissor e o receptor facilmente percebem a metáfora como um desvio lingüístico. A metonímia, por sua vez, é mais sorrateira, dissimulada e passa despercebida, detectável apenas pela análise linguística ou estilística”.

Esse caráter sub-reptício da metonímia talvez seja a justificativa para sua aparência de sombra em relação ao fulgor da metáfora e, mais ainda, talvez seja devido a tal característica o fato de a metonímia ter sido sempre muito menos estudada. Assim como foi observado na abordagem tradicional, a escassez dos estudos relacionados à metonímia, também é notada na abordagem da Linguística Cognitiva.

Abrahão (2008) compreende a metonímia sob a perspectiva da Produção de Sentido em destaque para a importância dos processos histórico-sociais e culturais que sustentam a significação da metonímia para além de uma questão de estilo. Põe-se em relevo também a influência da experiência física na representação de processos de significação fomentados pela metonímia. A autora exemplifica isso por meio das metonímias “*Suor, sangue e lágrimas.*”, proferidas em 1939, por Wiston Churchill à população inglesa, em reação à situação de domínio e opressão. Para a autora as metonímias *suor, sangue e lágrimas*, expressam a situação de um modo bem realista provocando no povo o efeito de sentido de busca de resistência.

Os estudos de Jakobson também sustentaram a importância da metonímia e da metáfora na constituição da linguagem. Jakobson (1973) ressaltou a relação da metáfora e da metonímia com os processos de seleção e de combinação e expôs que ambos os tropos opostos, metáfora e metonímia, oferecem a expressão mais condensada de dois modos básicos de relação: a relação interna de similaridade (e contraste) serve de base à metáfora enquanto que a relação externa de contiguidade (e afastamento) determina a metonímia. Dessa forma, concordamos com Niemeier (2003), que, citando Dirven (apud NIEMEIER, 2003, p.196), afirma ter Jakobson desde sempre percebido a condição da metonímia em seu efeito de conceptualização, pois a linguagem apresenta-se com um duplo caráter que pode ser explicado por duas formas de arranjo: a combinação e a seleção. Ao comentar os distúrbios da afasia na linguagem, Jakobson (1970), também ressaltou o caráter cognitivo da metonímia. Soma-se a isso o pensamento de Radden (2005), que aponta o fato de a retórica tradicional já ter lidado com aspectos conceptuais na medida em se referia a noções tais como a *parte todo*, *causa efeito*, *contêiner continente* etc.

Embora a metáfora seja apresentada numa posição de destaque, percebe-se que ela tem com a metonímia mais afinidades do que discrepâncias. A metáfora e a metonímia atuam no estudo estilístico e em mudanças semânticas na história das línguas. Ullmann (1970, p. 455) declarou que “[...] uma língua sem metáfora e sem metonímia é inconcebível: estas duas forças são inerentes à estrutura básica da fala humana”.

Nos estudos em Semântica Cognitiva, a metáfora e a metonímia trabalham no mesmo nível cognitivo, por isso não há superioridade de uma em relação à outra. Em seguida, o

próximo item aborda brevemente o tratamento dispensado à metonímia ainda sob uma abordagem tradicional.

Metonímia e tradição

Etimologicamente, o termo *metonímia*, em grego *μετωνομία* (*metonymía*), significa mudança (*μετα* - *meta*) de nome (*ὄνομα* - *ónoma*) e, em latim à denominação (*denominatio*), conforme registrado por Massaud Moisés (2004). Lausberg (apud MOISÉS, 2004, p.290-291), declara que a delimitação da metonímia à esfera dos nomes é equivocada, isto é, a metonímia não é uma mera relação entre nomes. Em outras palavras, a definição de metonímia, considerada apenas como o uso do nome de uma coisa por outra com a qual está associada, oferece apenas uma visão geral de sua essência.

Nota-se, contudo, em gramáticas tradicionais uma visão restrita acerca das características da metonímia, pois essa visão não ultrapassa a substituição de palavras entre si. Barros (1985, p. 361), por exemplo, registra que a metonímia consiste na troca de palavras, isto é, emprega-se uma palavra por outra, e a primeira *lembra* a segunda, que fora omitida. Segundo o autor, a metonímia revela íntima relação entre o significado que se deseja transmitir e o significante usado para expressá-lo. Para Cegalla (2008), na metonímia uma palavra evoca a outra. Rocha Lima (1974) também havia considerado que a metonímia origina-se das ideias evocadas por outra com a qual apresentam certa interdependência.

Para Câmara Júnior (1968, p.239) a metonímia é um processo sincrônico pelo qual se multiplicam as ocasiões de emprego de uma palavra, além do seu campo semântico específico. A metonímia “coloca uma palavra num campo semântico que não é o seu, na base de agrupamentos onomasiológicos das coisas extralinguísticas que não coincidem com os agrupamentos semânticos das formas linguísticas”.

Guern (1973) alertou para o fato de a relação metonímica apresentar-se como uma relação entre objetos, num deslize de sentido (ou apenas deslize de referência) entre dois objetos ligados por uma relação extralinguística. O autor sustenta que:

A metonímia não cria uma relação completamente nova entre os dois termos que associa, visto que os objectos que estes termos designam no seu sentido próprio estão já em relação com a realidade exterior, mesmo antes de serem nomeados, e independentemente da maneira como são nomeados (GUERN, 1973, p.136-137).

A citação acima permite afirmar que tais considerações acerca da metonímia estão condizentes com a concepção de que, para cada nome, há um correspondente no mundo e que, quando esse mesmo nome é usado para indicar outro referente, há conseqüentemente um

“desvio de referência” (GUERN, 1973, p.154), uma “translação de sentido” (BECHARA, 1977, p.341), a colocação de “uma palavra num campo semântico que não é o seu” (CÂMARA JÚNIOR, 1968, p.239). Dessa forma, a possibilidade de se fazer uso de uma palavra para se referir a outra, perpassa pela observância das duas entidades envolvidas, que precisam, necessariamente, ter alguma relação de contiguidade, externa à linguagem. Esse “quesito” remete ao que Filipak (1983) defendeu ao declarar que a metonímia se resolve nas realidades ontológicas do mundo exterior, em consonância com a crença de que a realidade está discretizada independentemente das experiências corpóreas e sociais.

Nos termos postos, esses posicionamentos pautam-se nas seguintes características atribuídas à metonímia: ela não depende exclusivamente do sujeito, é tida como um deslize de referência e baseia-se numa relação objetiva entre objetos. A função referencial da linguagem se mostra extremamente produtiva em relação à substituição de um termo pelo outro, sobretudo em relação ao processo de transferência de referência entre objetos. Por isso os estudos tradicionais têm sua compatibilidade a essa visão de linguagem e de referência. Contudo, se há, neste trabalho, o reconhecimento do longo e do produtivo trabalho da tradição na caracterização da metonímia, reconhece-se também, aqui, que a concepção que vigorou até o momento não foi suficiente para abranger as ilimitadas possibilidades de ocorrências desse fenômeno que apresenta as filigranas de seus sentidos para além da substituição de palavras. Faraco (2003, p.85) em sua gramática, ainda que não faça menção a Lakoff & Johnson, aparentemente, baseia-se nesses autores para explicar que “a metonímia nasce de um mecanismo cognitivo”. O autor lança mão de termos como *percepção* e *implicatura*, conceitos caros à compreensão do modo metonímico de se fazer linguagem. Embora Faraco talvez reconheça a emergência da Semântica Cognitiva no estudo da metonímia, ele ainda mantém uma listagem tradicional como mecanismo de explicação do fenômeno.

Por uma taxonomia da metonímia

Fontanier (apud GUERN, 1968, p.30) já havia situado a metonímia no campo da relação de *correspondência* que foi compreendida pela relação que aproxima dois objetos dois quais cada um forma ‘um todo absolutamente à parte’. Por *correspondência*, o retórico oitocentista entende algo bem diferente da *contiguidade* à qual a posterioridade reduziria o funcionamento da metonímia. Genette (1972) e Filipak (1983) fornecem a seguinte classificação da metonímia aos moldes da classificação defendida pelo retórico oitocentista:

(A) METONÍMIA DE CAUSA. (1) De causa suprema e divina: Os antigos empregavam o nome de Júpiter, pelo ar; de Baco, pelo vinho; de Marte, pela guerra; de Netuno, pelo mar. (2) De causa ativa, inteligente e moral: Ocorre esta metonímia quando dizemos que vamos ler Camões, Castro Alves, Dalton Trevisan, em lugar de suas obras. (3) De causa instrumental e passiva: Esse tipo de metonímia ocorre quando empregamos uma pena de ouro, uma pena brilhante ao aludirmos a um escritor de nomeada; um pincel de mestre, um pincel delicado ao evocarmos um pintor de renome. (4) De causa física e natural: Ocorre quando alguém diz que não gosta do sol e do inverno, quando na realidade ele não gosta do calor e do frio. Dizemos: ter bons olhos, ter olho clínico, por ter bom gosto; ter ouvido fino, por gostar de música; ter bom paladar, por gostar de comer; ter bom faro, pela acuidade em perceber odores. (5) De causa abstrata e metafísica: Esta ocorre quando se diz as bondades, as ternuras, as injustiças, as amizades pelos atos ou traços que partem da bondade, da amizade, da injustiça.

(B) METONÍMIA DE INSTRUMENTO. O pincel do pintor, a pena do escritor origina as metonímias: ele é um grande pincel, ele é um excelente pena.

(C) METONÍMIA DE EFEITO. Ocorre em os filhos de Marte, em lugar de guerreiros; os filhos do exílio, em lugar de desterrados; os filhos de Eva, em lugar de homens.

(D) METONÍMIA DE CONTINENTE. Empregam-se os lexemas o vaso, o copo, o cálice pelo líquido contido nos mesmos, como: cálice de vinho. Emprega-se o nome do país, da cidade, da vila, da terra, ou lugar pelos seus habitantes. Ex.: A Argentina (os argentinos) vende trigo ao Brasil (aos brasileiros). O Vaticano (o Papa) condena o aborto. A Casa Branca (o governo americano). Emprega-se também céu e inferno em lugar de Deus e o Diabo (o céu luta contra o inferno).

(E) METONÍMIA DE LUGAR. Emprega-se o nome do lugar onde a coisa se fabrica ou produz pelo produto ou artefato. Assim se diz: fumar um Havana, tomar um Porto, tomar um morreteana (aguardente de Morretes).

(F) METONÍMIA DO SIGNO PELA COISA SIGNIFICADA. Emprega-se o trono pelo poder real; o altar pela dignidade sacerdotal; a tiara pelo papado, a toga pela magistratura; a espada pelas armas; a águia branca pela Polônia; a cruz pelo cristianismo, a bandeira pela Pátria, o verde-amarelo pelo Brasil.

(G) METONÍMIA DO FÍSICO. Designam-se afetos, sentimentos, hábitos, qualidades morais pelas partes físicas do corpo. Ex.: ter coração (ter sentimentos, piedade e amor ao próximo); ter cabeça (ser inteligente, prudente, sagaz e esperto); ter ouvidos (ter compaixão, piedade de alguém); ter muque (ter força, ânimo e coragem); ter raça (ter força, resistência e coragem).

(H) METONÍMIA DA COISA. Designa-se o sexo das pessoas pelas coisas que são próprias do seu uso. Assim, nos banheiros de repartições públicas pinta-se um chapéu, uma cartola, uma bengala, um charuto para designar o reservado dos homens. Pinta-se batom, bolsas, luvas, sombrinha ou sapato de salto para denotar o banheiro de senhoras (FILIPAK, 1983, p.144).

Segundo Filipak (1983, p.142), a atividade referencial da metonímia foi antevista por Fontanier. Nesse sentido, Ricoeur (2003) notou que a relação de correspondência aos moldes de Fontanier liga objetos antes de idéias, e que o deslocamento das designações de nomes regula-se sobre a relação objetiva. Aparentemente simplificada, a classificação da metonímia por Fontanier serviu, no entanto, de base para a apresentação da metonímia em gramáticas tradicionais e livros didáticos. A divisão da metonímia, expressa na forma de imensa lista de ocorrências, refletiu-se nos manuais de ensino. Conforme Genette (1972, p. 208), essa é uma divisão lógica, baseada em fatos lógicos, o que, de certa forma, não se pode negar. No entanto, aquela listagem retórica, reflete também, como já o disse Radden (2005), operações com noções conceptuais e não meramente lógicas.

Consequências da tradição no ensino moderno

Embora esta pesquisa não esteja voltada especialmente ao ensino, é pertinente observar como a metonímia é apresentada em manuais didáticos, pois isso se reflete na maneira como o alunado se orienta em relação ao fenômeno.

A metonímia é descrita por Rodella et al. (2005, p.91), como uma forma de inclusão entre as palavras, com base na explicação de que o conceito que uma palavra exprime está incluído no conceito que outra palavra representa. Nesses termos, substituir o autor pela obra, o continente pelo conteúdo, a causa pelo efeito e vice-versa, a matéria pelo objeto, a marca pelo produto, o concreto pelo abstrato e vice-versa, o singular pelo plural e vice-versa, são, conforme Rodella et al. (2005), formas comuns de uso da metonímia.

Nessa mesma via, Griffi (2007, p.312), analisa a metonímia como uma figura de linguagem que se usa quando uma palavra substitui outra que tem com ela uma relação de inclusão, considerando-se que “[...] na metonímia existe uma relação real entre o que se quer dizer e o que efetivamente se diz. Não é um simples uso arbitrário, como na metáfora.” Nesse livro didático, não são listadas as taxonomias.

Mediante o exposto, na maioria dos livros didáticos há apenas o enfoque da substituição de palavras, o que culmina numa visão redutora. O próprio Fontanier (e outros já citados) já havia deixado transparecer que a metonímia ultrapassa o âmbito da substituição. Entretanto, a apresentação da metonímia em gramáticas e livros didáticos se expressa em forma de listas prontas que geralmente induzem o estudante a decorar as relações, e meramente identificá-las em expressões linguísticas, que em sua maioria são retiradas de textos literários.

As relações de contiguidade acerca da metonímia, que foram incansavelmente listadas e reproduzidas por manuais tradicionais, são compreendidas pela Semântica Cognitiva como fruto de uma sistematicidade concernente ao nosso modo de pensar e de agir. Por meio de esquemas de imagem e de motivações pragmáticas, as pessoas fazem distinção conceptual entre as entidades envolvidas. Trata-se de uma manifestação de um tipo de raciocínio (raciocínio inferencial, ou metonímico, ou metonímico inferencial) quando se produz ou se compreende uma expressão ou termo linguístico que propaga uma metonímia.

Vale destacar que diversos livros didáticos silenciam sobre a metonímia. Os livros didáticos de Cereja & Magalhães (2003); Infante (2001); Landeira & Bittencourt (2004) não trazem conteúdos referentes ao estudo da metonímia. Da mesma forma o fazem as gramáticas de Cunha & Cintra (2001) e de Melo (1970). Isso se explica pela proposta própria desses autores que focam suas abordagens nos aspectos descritivos e formais da língua. Entretanto, a

importância da metonímia liga-se tanto a sua natureza referencial e inferencial, sendo esta última importantíssima para a leitura e compreensão do texto quanto aos aspectos da tessitura textual no que concerne à coesão.

Metonímia e Coesão Textual

Num contexto em que a maioria dos concursos seletivos utiliza a redação como um dos requisitos para aprovação do candidato, este precisa ter competência textual para expressar opiniões e posicionar-se, por meio da escrita, diante dos temas transversais que lhe serão apresentados não apenas nos concursos, mas ao longo da vida. Atualmente, “a escrita recebe uma avaliação social bastante saliente e sua relevância na sociedade contemporânea é indiscutível” (MARCUSCHI & HOFFNAGEL, 2007, p.85). Entretanto, há um descompasso entre o que é ensinado na escola e o que é pedido nos concursos. Geralmente, o aluno pouca presença a prática do exercício da leitura e da escrita no ensino médio, e, quando se depara com a redação, sente-se impotente e com pouca competência discursiva para escrever o que se pede, atribuindo à redação o mito de ser um “monstro de sete cabeças”.

Diferentemente dessa concepção, o uso do texto é uma forma de se valorizar a leitura e a escrita. Mas, qual o segredo para a construção do texto? “[...] A construção de um texto exige a realização de atividades cognitivo-discursivas que vão dotá-lo de certos elementos, propriedades ou marcas, os quais, em seu inter-relacionamento, serão responsáveis pela produção de sentidos” (KOCH, 2008, p.7).

É assim que a metonímia é considerada um recurso fino de coesão...

“Obama retirou as tropas do Iraque. A Casa Branca, no entanto, mantém a carnificina no Afeganistão”.

na medida em que é capaz de ligar conceptualmente conceitos em torno de um domínio cognitivo, como o domínio de *Governo Americano*, no exemplo acima.

A metonímia como um processo cognitivo

O hábito de percepção que se tem na escolha de partes mais representativas para significar um todo perpassa pelos conceitos metonímicos que organizam o pensamento e as ações, permitindo a conceptualização de uma coisa por sua relação com outra. Ou seja,

atribui-se ao uso da metonímia a possibilidade de se colocar em evidência certas características da entidade a que se faz referência. Desse modo, a metonímia:

[...] tem, pelo menos em parte, o mesmo uso que a metáfora, mas ela permite-nos focalizar mais especificamente certos aspectos da entidade a que estamos nos referindo. Assemelha-se também à metáfora no sentido de que não é somente um recurso poético ou retórico, nem é somente uma questão de linguagem. Conceitos metonímicos (como PARTE PELO TODO) fazem parte da maneira como agimos, pensamos, e falamos no dia-a-dia (LAKOFF & JOHNSON, 2002, p.93).

Para se entender a metonímia como um processo cognitivo, é preciso pensá-la não como uma entidade no lugar de outra, mas entender que as entidades inter-relacionadas constituem sentido por meio de processos complexos que vão explicitar não o mero resultado de relação das partes, mas da possibilidade de insuflar o surgimento de uma forma nova, resultante de um processo de pensamento.

Modelos Cognitivos Idealizados

Para Lakoff (1987) uma importante habilidade que o ser humano tem é a capacidade geral de formar modelos cognitivos idealizados, doravante MCIs que são compreendidos como estruturadores da experiência humana. Eles são construídos socialmente e estão disponíveis na cultura. Dessa forma, uma estrutura conceptual se fundamenta na experiência física e cultural e somente pode ser descrita por meio de MCIs e não por meio de valores de verdade como utilizados na lógica proposicional. E isso vale para a metonímia por ser considerada a relação entre entidades conceptuais presentes no sistema de conceptualização por meio dos MCIs, ela é um mecanismo não-proposicional, o que a caracteriza para além do seu uso referencial.

Os MCIs subdividem-se, de acordo com Lakoff (1987, p.113-114), em quatro tipos básicos de modelos cognitivos: (i) modelos cognitivos de *esquema de Imagem*, (ii) modelos cognitivos *proposicionais*, (iv) modelos cognitivos *metafóricos* e (v) modelos cognitivos *metonímicos*.

Os modelos cognitivos *metonímicos* apresentam fontes metonímicas de efeitos prototípicos que se caracterizam pelos *estereótipos sociais*, pelos *exemplos típicos*, pelos *ideais*, pelos *padrões*, pelos *geradores*, pelos *submodelos* e pelos *exemplos salientes*. Os

modelos cognitivos *metonímicos* representam uma estrutura *parte-todo*¹, podendo haver, assim, uma função de uma parte que esteja representando uma totalidade.

No sistema conceptual humano, existem vários modelos metonímicos, que são fontes de efeitos prototípicos. Conforme Lakoff (1987), modelos metonímicos têm um *status* cognitivo, porque fazem parte do raciocínio para os mais variados propósitos, como aqueles em que um membro ou subcategoria pode representar metonimicamente uma categoria inteira, para fazer *inferências, cálculos, aproximações, planos, comparações e julgamentos*, que são práticas recorrentes do cotidiano. Por isso, conforme o autor, as fontes metonímicas de efeitos prototípicos estão em desacordo com a visão objetivista de mundo. Diversos casos de fenômenos prototípicos simplesmente não são usados para uma mera identificação de coisas.

Mapeamentos metonímicos

A metonímia é um acontecimento básico no processamento das línguas naturais. Isso porque, cognitivamente, a metonímia é um mecanismo pelo qual um domínio de experiência é entendido parcialmente em termos de um mesmo domínio. A metonímia, tanto quanto a metáfora, é um processo conceptual que relaciona entidades. Nesse mesmo sentido, Radden & Kovecses (1999, p.21, tradução nossa) descrevem a metonímia como “um processo cognitivo no qual uma entidade conceptual, o veículo, fornece acesso mental à outra entidade conceptual, o alvo, dentro do mesmo modelo cognitivo idealizado”. Langacker (1987) descreve o mapeamento metonímico pela noção de Ponto de Referência (PR) e de Zona Ativa (ZA), que assim podem ser representados:



Figura 01 – Mapeamento metonímico

¹ Não há necessidade de se fazer distinção entre metonímia e sinédoque. “[...] Estamos incluindo como um caso especial de metonímia o que retóricos tradicionais chamaram de sinédoque, em que a parte representa o todo [...]” (LAKOFF & JOHNSON, 2002, p. 92).

As entidades que se ligam nos esquemas são entidades conceptuais. Na representação da figura 01, identifica-se a metonímia como um fenômeno de ponto de referência em que uma entidade conceptual (veículo / ponto de referência / fonte) permite o acesso mental a outra entidade conceptual (zona ativa/ alvo). O ponto de referência é visto com um veículo capaz de acessar um alvo.

Barcelona (2003) explica que, dentro de um mesmo domínio funcional, há vários subdomínios (alvos), entretanto, apenas um deles será ativado conforme o contexto. Assim, o enunciado apresentado por Barcelona (2003, p. 215): (Ex. 21a) “*Washington* é insensível à necessidade das pessoas”, pode ser esquematizado da seguinte forma:

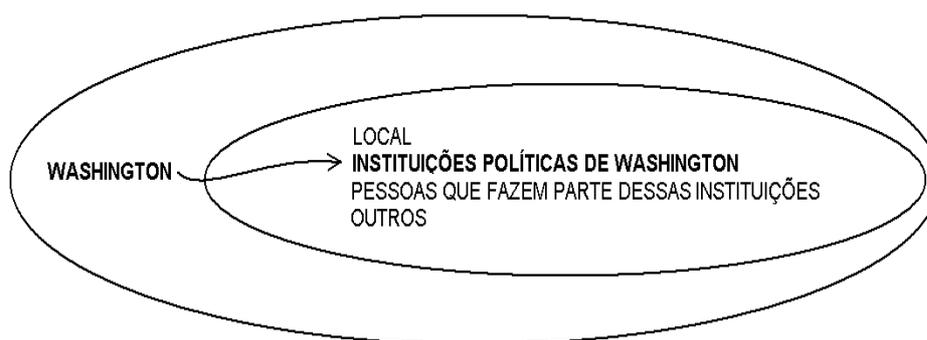


Figura 02 - Ativação de um alvo específico

Segundo o mesmo autor, dentro do domínio (fonte) de Washington, capital dos Estados Unidos, há vários subdomínios: a cidade como uma localização; as instituições políticas sediadas ali, as pessoas que tomam decisões naquelas instituições políticas (o Presidente, o departamento de secretários senadores e congressistas, etc.).

Constata-se que as pessoas fazem inferências por meio de processos metonímicos. Graças a eles é que são ativadas bases de conhecimentos. Portanto, é natural fazer-se alusão a certos aspectos de um evento por meio de uma parte dele, em relação à totalidade do evento.

O pensamento metonímico é tão abrangente que se acha, segundo Lakoff & Johnson (2002), em áreas tais como no simbolismo cultural, nos gestos humanos, e na iconicidade, de um modo geral. De acordo com Radden (2005, p. 26) as metonímias aparecem também em representações visuais, de modo semelhante e como acontecem na linguagem. Há ainda representações metonímicas de nossos sentidos olfativos e gustativos, por meio de evocações de cheiros e de sabores.

A abrangência da metonímia também perpassa pelos contos de fada. A temática de mistério e magia presentes nos contos é explorada por Rocha (2005) ao defender que a metonímia, enquanto, processo mental, está subjacente ao passe de mágica: “O encantamento não é aleatório. Não é produto de uma mente suprema e distinta das demais. Nós só o

entendemos ou o admitimos porque somos dotados de processos metonímicos que auxiliam na conceptualização de nossas experiências”, declara o autor.

Um Estudo de caso

O texto analisado aqui se trata do excerto de uma reportagem publicada em revista sobre uma fraude ocorrida no cenário futebolístico no ano de 2005. Pretende-se observar a face inferencial da metonímia conceptual e como se constitui o processo de construção de um determinado conceito via processo metonímico.

Abaixo a transcrição da reportagem:

PEGAMOS O JUIZ LADRÃO

[...] Não era folclore. O juiz ladrão de carteirinha – que por muito tempo ocupou o panteão consagrado a personagens do imaginário popular, como a mula sem-cabeça e o saci pererê – revelou-se, no Brasil, de carne e osso. Uma reportagem publicada por *Veja* em setembro deste ano mostrou como os árbitros Edilson Pereira de Carvalho e Paulo José Danelon se associaram a uma quadrilha de apostadores de loterias eletrônicas para fraudar resultados de jogos com o objetivo de lucrar com as apostas. A descoberta da máfia do apito ganhou manchetes de jornais do mundo inteiro e resultou no banimento dos árbitros, na anulação de onze partidas disputadas no Campeonato Brasileiro e no surgimento de uma metonímia: virou moda gritar: “Edilson” na arquibancada toda vez que o juiz apita mal. O escândalo serviu para escancarar o amadorismo com que é administrado o futebol pentacampeão mundial [...] (FONTENELLE, 2005, p.92-93).

Num país em que grande parte da população é apaixonada por futebol, os campeonatos promovidos pelo esporte reúnem multidões nos estádios o que torna uma partida de futebol um evento especial para as torcidas de cada time participante. No Brasil, a figura do árbitro de futebol, mais conhecido por *juiz*, tem grande importância no imaginário popular associando-o, muitas vezes, à decisão dos resultados “[...] é uma actividade de grande responsabilidade, seguida atentamente pelos meios de comunicação social e por todos quantos acompanham o futebol” (Liga Portuguesa de futebol, 2010).

As torcidas, observadoras da atuação dos árbitros quanto à aplicação de impedimentos de gol, ou de penalidades como faltas, cartões, expulsões, geralmente manifestam da arquibancada seu descontentamento por meio de vocativos direcionados ao juiz em serviço. Essa prática, comum às torcidas brasileiras no cenário futebolístico, aconteceu com o árbitro Edilson de Carvalho que fora chamado de *ladrão* em várias partidas da qual foi juiz.

Em 2005, ficou comprovado que Edilson participou diretamente da manipulação de resultados de jogos dos Campeonatos Paulista e Brasileiro daquele ano. O referido árbitro recebia propina para alterar os resultados das partidas de futebol. A comprovação da fraude

repercutiu, principalmente, em anulação de jogos, alteração na contagem de pontos dos times envolvidos, etc.

O escândalo, que na época, tornou-se público em âmbito nacional e internacional, contribuiu para que algumas torcidas brasileiras passassem a chamar de *Edilson* os demais juízes que não apresentassem um bom desempenho no andamento das partidas e no placar dos jogos. Independentemente do nome do profissional e do não-vínculo a condutas ilícitas, a insatisfação das torcidas passou a ser manifestada dessa forma, ao lado da já conhecida forma de xingamento, *ladrão*.

Por fatores éticos e morais, dirigir-se a uma pessoa com xingamentos em seu exercício profissional, não é considerada uma forma respeitável de tratamento. Entretanto, no contexto do futebol (no Brasil), isso é aceitável em certa medida, embora a relação entre torcidas e juízes não seja plenamente cordial.

Por fatores culturais, está embutido na mente da maioria das pessoas que todo juiz de futebol é ladrão, como se o fato de ser ladrão fosse próprio dessa profissão, o que pode ser confirmado pelo excerto a seguir “[...] *Não era folclore. O juiz ladrão de carteirinha – que por muito tempo ocupou o panteão consagrado a personagens do imaginário popular, como a mula sem-cabeça e o saci pererê – revelou-se, no Brasil, de carne e osso [...]*” (FONTENELLE, 2005, p.92).

O texto acima traduz bem como um MCI se constitui: “[...] os elementos que compõem os arquivos permanentes são acessados e ativados, tal qual a um arquivo de computador, por formas gramaticais ou inferências”, conforme posto por Salomão.

Por inferência, o que estava presente na memória e intuição das pessoas se materializa e se corporifica prototipicamente na pessoa de Edilson, com base no modelo cognitivo metonímico *estereótipo social* (de sentido negativo), presente no sistema conceptual das pessoas. Pode-se entender que a categoria árbitro de futebol funda-se nos mais diversos conceitos, dentre os quais (aquele que arbitra; autoridade suprema, sem parcialidade; que é destacado; que tem preparo físico; que foi aprovado pela FIFA, etc). Por meio de valores e crenças, em torno do conceito juiz de futebol, emerge o conceito Edilson e tudo o que ele implica.

Nesse contexto, o signo *Edilson* é ressignificado passando a integrar o MCI de árbitro de futebol, por extensão do conceito *ladrão*. As torcidas, já não se restringiam a gritar “ladrão... ladrão... ladrão...”, mas criativamente: “Edilson..., Edilson..., Edilson...”. Dentre os membros que formam a categoria árbitro de futebol, o conceito *Edilson* é tido como um dos membros mais prototípicos para a designação do profissional em questão. Embora existam juízes honestos que, nas partidas de futebol, cometam equívocos naturalmente, um

determinado árbitro de futebol (parte) representa e caracteriza o conceito árbitro de futebol (todo) na intenção de se inferir e julgar o comportamento de um juiz no cenário futebolístico.

Há um delicado processo de construção de sentidos por meio de inferência metonímica: aquele que deveria fazer justiça, rouba. O texto de análise demonstra e corrobora a ideia de que a metonímia não se constitui pela noção de condições de verdade ou por mera substituição de termos, mas envolve refinado processo cognitivo conduzindo inferências tal como demonstrou Barcelona.

Abaixo, verifica-se o MCI de árbitro de futebol:

MCI de árbitro de futebol
<i>que arbitra</i>
<i>autoridade suprema, imparcial</i>
<i>destacado em campo</i>
<i>tem preparo físico</i>
<i>aprovado pela FIFA</i>
<i>que rouba, ladrão (Edilson)</i>

Figura 03– MCI de árbitro de futebol

Por meio da fonte metonímica *estereótipo social*, o juiz prototípico é aquele que rouba, sintetizado pela figura do árbitro Edilson.

Constata-se, ainda, no texto, outra metonímia interessante: “*A descoberta da máfia do apito ganhou manchetes de jornais do mundo inteiro*” (FONTENELLE, 2005, p.92), em que apito, enquanto instrumento de trabalho, é tido como ponto de referência cognitivo usado para fazer referência à classe de árbitro de futebol. Verifica-se por meio do texto, uma relação conceptual de base metonímica, que se configura por *objeto usado pelo usuário*.

Pode-se de fato saber que o conhecimento do mundo leva as pessoas a fazerem inferências e a formar expectativas. Têm-se vários esquemas e conceitos que funcionam como histórias na memória das pessoas permitindo que elas compreendam as complexas relações que acontecem em suas experiências do dia-a-dia. Na verdade, são muitas histórias como a do juiz que por metonímia, representa a totalidade de uma categoria, a da *mãe dona de casa* considerada o membro mais representativo da categoria *mãe*. Todas essas histórias se ligam (fator da memória em ação). Verifica-se, assim, a prova circunstanciada do alcance sócio-cultural da metonímia conceptual.

Conclusão

A tradição de estudos sobre o sentido formou base sólida por sobre a noção de referência estendida à função referencial da linguagem e expressa por intermédio de proposições linguísticas. A tradição linguística, que no nascedouro foi comparativista, amadureceu valorizando a referência no sentido proposicional.

Na história dos estudos da metonímia consta, antes de tudo, a visão de que a linguagem corresponde a uma relação direta entre os objetos e as coisas. Visão que está presente nas abordagens tradicionais acerca da metonímia e dos processos figurativos, em geral. A substituição de um nome por outro, por exemplo, enquadra-se nas considerações que defendem a linguagem enquanto um espelho da realidade, como se a significação fosse restrita a uma troca de palavras.

Entretanto, constatou-se que temos um sistema conceptual metafórico e metonímico complexo que está subjacente ao nosso modo de categorização e que perpassa pelas nossas experiências corpóreas, pela nossa racionalidade imaginativa. A metonímia afasta-se, portanto, do referencialismo da linguagem para se aproximar do modo como se pensa o mundo, tendo como base a própria experiência humana. Admite-se, assim, que a metonímia tem base referencial, mas ela é, sobretudo, de natureza inferencial. Ao se mudar a concepção, muda-se a consideração sobre o objeto: a linguagem é considerada um processo, e a metonímia, base de pensamento.

Consequentemente, o foco sai da função referencial da linguagem e recai na possibilidade inferencial, demonstrando que a metonímia é um fato de compreensão/entendimento da linguagem/ cognição humana em seu aspecto inferencial.

Sendo assim, a função referencial da linguagem é suficiente para explicar a metonímia considerada sob os moldes tradicionais cuja abordagem se limita à relação entre termos produzindo um quadro taxonômico de tais realizações. No entanto, a relação entre linguagem e referência é insuficiente para as nuances do processo metonímico em sua rica abrangência.

Referências

ABRAHÃO, Virgínia Beatriz B. A metonímia em London London, conto de Caio Fernando. Abreu. **Revista do SELL**, v.1, n.1, p.07, 2008. Disponível em: <<http://www.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/sell/article/view/11>> Acesso em: 23 de janeiro de 2010.

BARCELONA, Sánchez Antonio. Clarifying and metaphor and metonymy. In: DIRVEN, René, PORINGS, Ralf (orgs.). **Metaphor and metonymy in comparison and contrast**. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2003. p.207-276.

- BARROS, Enéias Martins de. **Nova gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Atlas, 1985.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática da língua portuguesa**. 22.ed. São Paulo: Nacional, 1977.
- CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Dicionário de filologia e gramática**: referente à língua portuguesa. 3.ed. São Paulo: J. Ozon, 1968.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 48.ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Tereza Cochar. **Português: linguagens**. São Paulo: Atual, 2003.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FARACO, Carlos Alberto. **Português: língua e cultura**. Curitiba: Base Editora, 2003.
- FILIPAK, Francisco. **Teoria da Metáfora**. Curitiba: HDV, 1983.
- FONTENELLE, André. Pegamos o juiz ladrão. **Veja**. São Paulo, n.52, p. 92-97, dez. 2005.
- GENETTE, Gerard. **Figuras**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- GRIFFI, Elizabeth. et al. **Fundamentos práticos de gramática**. Ens. Méd. São Paulo: Escala Fundamental, 2007.
- GUERN, Michel Le. **Semântica da metáfora e da metonímia**. Porto: Telos, 1973.
- INFANTE, Ulisses. **Curso de gramática**: aplicada aos textos. Ens. Méd. São Paulo: Scipione, 2001.
- JAKOBSON, Roman. A afasia como um problema linguístico. In: LEMPLE, Miriam; LEITE, Yonne (orgs.). **Novas perspectivas linguísticas**. Petrópolis: Vozes, 1973. p.43-54.
- JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. 4.ed. rev. São Paulo: Cultrix, 1970.
- KOCH, Ingedore Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2008.
- LAKOFF, George. **Women, fire and dangerous things**: what categories reveal about the mind. London: The University Chicago Press, 1987.
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metáforas da vida cotidiana**. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Educ, 2002. Tradução de: Maria Sofia Zanotto.
- LANDEIRA, José Luís Marques Lopes; BITTENCOURT, Sylvia Homem de. **Língua Portuguesa**: Ensino Médio, 1ª série. Brasília: CIB - Cisbrasil, 2004.
- LANGACKER, Ronald. **Foundations cognitive grammar**: theoretical prerequisites. California: Standford University Press, 1987, v.1.

- MARCUSCHI, Luiz Antonio; HOFFNAGEL, Judith. A escrita no contexto dos usos linguísticos: caracterizando a escrita. In: MARCUSCHI, Luiz Antonio; DIONISIO, Ângela (orgs.). **Fala e escrita**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p.85-104.
- MELO, Gladstone Chaves de. **Gramática fundamental da língua portuguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970.
- MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. 12.ed. rev. e ampl. São Paulo: Cultrix, 2004.
- NIEMEIER, Susanne. Straight from the heart: metonymic and metaphorical explorations. In: BARCELONA, Antonio (org.). **Metaphor and metonymy at the crossroads: a cognitive perspective**. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2003. 2003, p.195-214.
- PANTHER, Klaus-Uwe; THORNBURG, Linda. The potentiality for actuality metonymy in English and Hungarian. In: PANTHER, Klaus-Uwe; RADDEN, Gunter (orgs.) **Metonymy in Language and Thought** (Human Cognitive Processing). Amsterdam; Philadelphia: Benjamins, 1999. p.333-360.
- RADDEN, Gunter. The ubiquity of metonymy. In: CAMPO, José Luis Otal; FERRANDO, Ignasi Navarro i; FORTUÑO, Begoña Bellés. **Cognitive and discourse approaches to metaphor and metonymy**. Castelló de La Plana: Publicacions de la Universitat Jaume I, 2005. p.11-28.
- RICOEUR, Paul. **A Metáfora Viva**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- ROCHA LIMA, C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 17 ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1974.
- ROCHA, Luiz Fernando Matos. O condão cognitivo: passe de mágica como metonímia. In: **Recorte**: revista de linguagem, cultura e discurso, v. 2, 2005. Minas Gerais: Três corações, 2005.
- RODELLA, G. et al. **Português, a sua língua**. Ens. Méd. São Paulo: Nova Geração, 2005.
- SER árbitro de futebol. **Liga Portuguesa de Futebol Profissional**. Disponível em: <http://www.lfp.pt/arbitragem/Pages/ser_arbitro_de_futebol.aspx> Acesso em: 20 dez. 2010.
- ULLMANN, Stephen. **Semântica: uma introdução à ciência do significado**. 2.ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1970.

AS ESTRATÉGIAS TEXTUAIS DE ELABORAÇÃO DE IMAGEM SOCIAL EM DEPOIMENTOS DE ORKUT

*Lorena Santana Gonçalves**

Resumo: Nesta pesquisa, tratamos da relação entre a (re)categorização de objeto de discurso e a construção de imagem social em depoimentos de Orkut. Nesse contexto, a categorização é entendida como um importante elemento da linguagem, que contribui com a representação da imagem social. Para entender questões relacionadas à imagem pública, nos apoiamos em teorias pragmáticas que desenvolvem esse tema a partir da noção de face e polidez linguística. Autores fundamentais para nós são Goffman (1980, 1992), Lakoff (1973, 1975), Leech (1983) e Brown & Levinson (1975). Na esteira desse estudo, para entender questões relacionadas à referenciação e à construção de objeto de discurso, damos enfoque a Mondada & Dubois (2003), Koch (2004, 2005b, 2008a, 2008b), Marcuschi (2007, 2008) e Cavalcante (2011). A partir da interface desses dois campos de estudo, propomos a análise da construção de face positiva em depoimentos de Orkut.

Palavras-chave: Construção de face; Categorização de objeto de discurso; Gênero textual; Depoimentos de Orkut.

Abstract: This paper focuses on the relationship between the (re)categorization of the object of the discourse and the social image building in Orkut testimonials, in which the categorization is considered an important language feature that contributes to the representation of the social image. To understand the issues related to public image, this study presents an overview of some literature regarding Pragmatic theories which deal with this theme considering the face claim and linguistic politeness, such as Goffman (1980, 1992), Lakoff (1973, 1975), Leech (1983) and Brown & Levinson (1975). It is also highlighted some authors who has provided the field of Textual Linguistic research with remarkable insights into the concepts of referral and the construction of the discourse object: Mondada & Dubois (2003), Koch (2004, 2005b, 2008a, 2008b), Marcuschi (2007, 2008) and Cavalcante (2011).

Keywords: Face claim; Categorization of the discourse object; Text genre; Orkut testimonials.

Para estudiosos da linguística textual, como Marcuschi (2007), as palavras não possuem por si só uma dimensão semântica, pelo contrário, seus sentidos apenas são possíveis a partir de um entorno sociocognitivo-pragmático. Nesse sentido, “o mundo comunicado é sempre fruto de uma ação cognitiva e não de uma identificação de realidades discretas apreendidas diretamente”. (MARCUSCHI, 2007, P. 64). É nessa perspectiva que

* Mestre em Estudos Linguísticos, UFES, Vitória, Espírito Santo, Brasil. E-mail: ls.goncalves@hotmail.com

Cavalcante et al. (2010) defendem o abandono da visão de texto como uma superfície que conduz ao discurso, em favor do texto indissociável ao discurso, definido pelo uso. Conseqüentemente, “são também indissociáveis do texto as relações culturais, sócio-históricas, em processos intercognitivos, considerados sob uma perspectiva de cognição interacionalmente situada” (CAVALCANTE et al., 2010, p. 227).

Dado que o texto é definido pelo uso, acompanhamos o postulado textual-discursivo de linguagem não referencial em que se admite uma instabilidade na relação entre palavras e coisas resultante das ações de sujeitos em determinados contextos interacionais: os sujeitos categorizam o mundo de acordo com suas formas de percepção e reação; portanto, ao enunciar, eles fornecem informações a seu próprio respeito.

Nessa perspectiva, delineamos o nosso pressuposto neste artigo: acreditamos que a (re)categorização é um importante elemento da linguagem que contribui com a representação da imagem social. Ao categorizar um objeto de discurso, o indivíduo age de forma subjetiva, portanto oferece informações de si mesmo, que corroboram com a formação de sua imagem social.

No que se refere à imagem social, sabe-se que seu estudo foi abordado por diversos campos – dentre eles, a Retórica, a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia e a Linguística –, e foi absorvido da Filosofia da Linguagem pela Pragmática a partir do trabalho do sociólogo Erving Goffman, na linha da etnografia da fala, dando origem à Teoria da Polidez.

Para Goffman (1980, 1992), os indivíduos, quando interagem, emitem um conjunto de atos verbais e não verbais para manifestarem um ponto de vista acerca de determinado assunto; com isso, fornecem impressões de si mesmos, de modo a construir junto de seus parceiros uma imagem pública. No entanto, pelo fato de ter sido desenvolvido com base numa relação face a face, tal estudo não inclui um fenômeno sociolinguístico bastante atual: a Internet, que, com seu surgimento, proporcionou o aparecimento de novos meios de interação e, por consequência, novos gêneros textuais.

De acordo com Crystal (2005, p. 76), “a aquisição da Internet pelo público foi o terceiro elemento que contribuiu para o caráter linguístico revolucionário da década de 1990”, visto que proporcionou uma alternativa nova à comunicação humana: permite a interação entre mais de uma pessoa, por meio não concreto, em tempo real. Essa virtualização das interações é uma forma de “*desterritorializar* o presente, de trazer uma

unidade de tempo sem uma unidade de lugar” (LÉVY, 2000, p. 11). Nesse sentido, podemos entender a Internet como um veículo eletrônico, global e interativo que, devido a essas características, em especial pelo caráter eletrônico (Cf. CRYSTAL, 2005), apresenta consequências em seu tipo de linguagem, cuja

escrita continua essencial apesar da integração de imagens e som. Por outro lado, a idéia que hoje prolifera quanto a haver uma “fala por escrito” deve ser vista com cautela, pois o que se nota é um hibridismo mais acentuado, algo nunca visto antes, inclusive com o acúmulo de representações semióticas. (MARCUSCHI, 2002b, p. 6).

Nesse contexto, entendemos a Internet como um novo enquadre sociocognitivo, com impactos tanto na vida social, quanto na linguagem, devido às diversas possibilidades de interação e às novas formas de organizar e administrar os relacionamentos interpessoais. Assim, o meio eletrônico oferece diferentes especificidades sociocomunicativas que uma interação face a face não oferece, como a participação em *websites* sociais, como os *blogs* e os *chats* virtuais, redes de relacionamentos, etc.

Dentre esse amplo leque de gêneros presentes na Internet, damos enfoque ao depoimento, veiculado no site de relacionamentos Orkut. Para isso, deixamos claro aqui que, a partir da definição de Marcuschi (2003), adotamos o Orkut como um suporte, uma vez que “abriga” vários gêneros, dentre eles, o depoimento. Nas palavras do autor, o suporte de um gênero é

um *locus* físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto. Numa definição sumária, pode-se dizer que suporte de um gênero é uma superfície física em formato específico que suporta, fixa e mostra um texto. (MARCUSCHI, 2003, p. 7).

De forma geral, os depoimentos de Orkut são uma forma de interação em que amigos do dono do perfil, por vontade própria, criam textos cuja construção se dá por atos de salvamento de face (BROWN & LEVINSON, 1987), sem que antes tenha havido uma ameaça à face. Para isso, recorrem a estratégias de processamento textual em que predominam as categorizações de objetos de discurso.

Partimos então do pressuposto de que, em depoimentos de Orkut, há uma construção bidirecional de face: o amigo, entendido aqui como falante (F), não só constrói

a imagem do dono do perfil, seu objeto de discurso (OD), como também constrói a de si mesmo.

Para compreender como se dá a construção de imagem social, dividimos a nossa análise em três categorias, totalizando nove depoimentos: Elogio, Lembranças e Agradecimento. Por questões de espaço, neste artigo apresentaremos a categoria Elogio.

A categoria elogio é composta por depoimentos que exaltam as qualidades consideradas socialmente positivas do dono do perfil. Essas qualidades devem ser condizentes com a representação social do indivíduo, ou seja, com a “atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência” (GOFFMAN, 1992, p. 29). Neste caso, a forma como o dono do perfil é reconhecido pela sua rede de amizades virtual.

Quem cria essa modalidade de depoimento, geralmente, visa mostrar que o dono do perfil mantém sua face, que ele é o que apresenta ser; designado, por isso, segundo Goffman (1992), como sincero, pois acredita na impressão criada por sua representação, que condiz com os padrões sociais comuns. Nesse sentido, qualidades e virtudes projetadas pelo dono do perfil são ressaltadas, uma vez que esses atributos são o que definem esse indivíduo socialmente e o fazem ser aceito.

Alguém que demonstra pertencer a uma categoria com atributos incomuns ou diferentes é pouco aceito pelo grupo social, que não consegue lidar com o diferente e, em situações extremas, o converte em uma pessoa má e perigosa, que deixa de ser vista como pessoa na sua totalidade, na sua capacidade de ação e transforma-se em um ser desprovido de potencialidades. Esse sujeito é estigmatizado socialmente e anulado no contexto da produção técnica, científica e humana. (MELO, 2005, p. 1).

Uma vez que o dono do perfil não é estigmatizado, o criador do depoimento utiliza estratégias de polidez, elaboradas por meio de categorizações, para compartilhar no Orkut a imagem que ele construiu do dono do perfil.

Os depoimentos 1, 2 e 3 foram categorizados como Elogio. Note que sua estruturação textual tem como tópico principal descrever de forma laudatória o dono do perfil em terceira pessoa “Ele” ou “Ela”.

Nayara é a pessoa mais inverossímil que já conheci. Às vezes, penso que ela nem existe, que não passa de uma fantasia minha, um delírio. Cinco anos atrás, quando ainda não a conhecia, se me dissessem dela, de como é, de como age e de como pensa; de sua doçura contagiante, visível na meiguice do olhar e na suavidade do sorriso; da sabedoria despretensiosa que tem dentro de si e nem sabe que tem; do seu caráter, sua generosidade e, o principal, a solidez de sua dignidade, se me dissessem que havia alguém com todas essas virtudes e nenhum vício, a não ser o de amar desbragadamente, eu diria o óbvio: impossível, uma criatura assim não existe senão no reino da fantasia e dos delírios!

O melhor de tudo é que ela é bem real, mora no meu coração e deixou que eu me instalasse no dela. Te amo, Nayara!

Figure : Depoimento 1
(fonte: www.orkut.com.br)

FLAVIA B.

Hoje ela é uma fotografia de 24 anos em 3D... Parece uma figura em movimento. Ou quem sabe algo que nos exprime uma profunda percepção dentro do que cada olhar curioso pode contemplar. Quero compartilhar com vcs que a Flavinha é praticamente o retrato do mais profundo sonho que alguém pode viver... Pois Caminhar com a amizade dela nos faz perceber que sim. A vida pode ser uma constante apresentação do melhor que a sua alma e Espírito podem exprimir em qualquer oportunidade.

Uau... FALVINHA! Ahaha... Gosto de dizer que ela é o tipo de pessoa em que pra ela o "MUNDO" para. Gente que por si só representa toda a sintonia necessária para que os seus dias sejam intensos ao ponto de influenciar a alegria de quem está com ela... Creio que por é sua vibrante energia de vida que ela estremece todos aqueles que insaciavelmente observam a nobreza de sua personalidade... Pode ser que alguém a traduza como ÚNICA... Ou apenas como muito, mas MUITO ESPECIAL.

Figura : Depoimento 2
Fonte: www.orkut.com.br)

..... : Marina... senhorita sorriso! Fala sério, a moça mais bom-humor do mundo. É uma ótima companhia para os rocks, papos sérios ou sem noção, enfim. Está sendo um prazer conhecê-la melhor, que a nossa convivência seja sempre enriquecedora e divertida. Sucesso e felicidades, beijão Meméééééééééé!

Figure : Depoimento 3
(Fonte: www.orkut.com.br)

Como já afirmamos, nos três depoimentos é recorrente uma construção textual baseada na categorização do referente de forma socialmente positiva, ou seja, por meio de exaltação de qualidades e valores morais conforme uma determinada comunidade. Isso porque, no momento em que terceiros forem ler o depoimento,

se conhecem o indivíduo ou estão informados a respeito dele, em virtude de uma experiência anterior à interação podem confiar nas suposições relativas à persistência e generalidade dos traços psicológicos, como de predizer-lhes o comportamento presente e futuro. (GOFFMAN, 1992, p. 11).

Dessa maneira, os depoimentos se configuram a partir da emissão de atos de fala que corporificam uma representação socializada do OD, isto é, “moldada e modificada para se ajustar à compreensão e às expectativas da sociedade em que é apresentada” (GOFFMAN, 1992, p. 40).

De forma geral, nos três depoimentos é constante a regra da camaradagem (LAKOFF, 1975), que postula a simpatia. Segundo Lakoff (1975), há três regras gerais de polidez:

- (1) regra da formalidade: mantenha distância;
- (2) regra de respeito: dê opções;
- (3) regra da camaradagem: mostre simpatia.

A regra da simpatia essa regra está relacionada às situações informais, em que não há uma hierarquia entre os falantes, portanto, eles se tratam de forma igual, de forma próxima, amiga, por demonstrar intimidade. Isso é nítido no gênero depoimento de forma geral, uma vez que são pessoas próximas ao dono do perfil que escrevem os depoimentos, geralmente, um amigo, irmão, primo, tio, etc. Nessa categoria, o amigo, ao longo do fio discursivo, procura mostrar a sua admiração por *O*, a partir de expressões nominais, que categorizam o objeto de discurso dono do perfil de forma socialmente positiva:

- (I) “Às vezes, penso que ela nem existe, que não passa de *uma fantasia minha, um delírio.*” (Depoimento 1).

(II) “*Parece uma figura em movimento. Ou quem sabe algo que nos exprime uma profunda percepção dentro do que cada olhar curioso pode contemplar.*” (Depoimento 2).

(III) “*É uma ótima companhia para os rocks, papos sérios ou sem noção, enfim. Está sendo um prazer conhece-la melhor, que a nossa convivência seja sempre enriquecedora e divertida.*” (Depoimento 3).

Ao analisarmos como funcionam esses depoimentos, que segundo Lakoff (1975) são regidos pela regra da camaradagem, na perspectiva de Leech (1983), entendemo-los como atos ilocucionários, cujo objetivo é a boa relação social entre os interactantes, instaurada a partir de afirmações e descrições sobre o dono do perfil, feitas pelo amigo. Por isso, esses depoimentos são atos de fala colaborativos em que ocorre a polidez positiva (LEECH, 1983), cuja função é maximizar expressões polidas.

Segundo Leech (1983) existem seis máximas que devem ser seguidas para um comportamento educado:

- 1) máxima do tato:
 - a) minimize a expressão de crenças que sugerem custo para o outro;
 - b) maximize a expressão de crenças que sugerem benefício para o outro;

- 2) máxima da generosidade:
 - a) minimize a expressão de benefício para si mesmo;
 - b) maximize a expressão de custo para si mesmo;

- 3) máxima da aprovação:
 - a) minimize a expressão de crenças que expressem desaprovação do outro;
 - b) maximize a expressão de crenças que expressem aprovação do outro;

- 4) máxima da modéstia:
 - a) minimize a expressão de elogio para si próprio;
 - b) maximize a expressão de desaprovação para si mesmo;

5) máxima do acordo:

a) minimize a expressão de discordância entre você e o outro;

b) maximize a expressão de acordo entre você e o outro;

6) Máxima da simpatia:

a) minimize expressão de antipatia de você para o outro;

b) maximize expressão de simpatia de você para o outro.

Nos depoimentos apresentados, portanto, observamos o respeito a duas máximas de Leech (1983) que vogam benefícios para o ouvinte: máxima da aprovação e máxima da simpatia. A máxima da aprovação postula a maximização de expressões que aprovelem ouvinte, no caso, o dono do perfil; e a máxima da simpatia sugere expressões que maximizem a simpatia pelo outro. Nessa categoria, acontece o casamento entre as duas, uma vez que, ao categorizar o dono do perfil de forma positiva, *F* está explicitando sua aprovação por ele, a qual é consequência de admiração e simpatia que tem, ou vice-versa.

(IV) “se me dissessem que havia *alguém com todas essas virtudes e nenhum vício, a não ser o de amar desbragadamente*, eu diria o óbvio: impossível, *uma criatura assim não existe senão no reino da fantasia e dos delírios!*” (Depoimento 1).

(V) “Gosto de dizer que ela é *o tipo de pessoa em que pra ela o “MUNDO” para.*” (Depoimento 2).

(VI) “Fala sério, *a moça mais bom-humor do mundo.*” (Depoimento 3).

Nesse contexto, podemos concluir uma terceira máxima, a do acordo (LEECH, 1983), a qual postula a maximização de acordo entre *falante* e *ouvinte*. Passamos a considerá-la pelo fato de o depoimento ser a corporificação de uma admiração e aprovação do amigo pelo dono do perfil, sendo assim, o dono do perfil concorda com ele e por isso publica em sua página, caso contrário não o faria.

Os depoimentos são construídos de forma a corroborar com a elaboração da imagem socialmente positiva do dono do perfil, isto é, com qualidades do dono do perfil expressas durante interação face-a-face. Nessa perspectiva, em conformidade com Brown & Levinson (1987), afirmamos que nessa categoria, a criação dos depoimentos está relacionada à vontade do dono do perfil de ser aceito, apreciado pelos outros. Podemos afirmar isso, pois ao respeitar as categorias de Lakoff (1973) e as máximas de Leech (1983) já apresentadas, o amigo está construindo sua imagem de forma socialmente positiva, uma vez que ela é constituída a partir de formulações sociais para uma boa e amistosa interação.

De qualquer maneira, sendo um pouco mais específico, podemos observar a formulação da imagem positiva pelas Estratégias de Polidez, definidas por Brown & Levinson (1987). Para esses autores, a face consiste em dois aspectos:

- 1) *face negativa*: é a da reivindicação de territórios, dos desejos pessoais de liberdade de ação e de ausência de imposição;
- 2) *face positiva*: consiste no desejo de que a autoimagem, ou a personalidade seja apreciada e aprovada.

Os autores explicam que o falante pode apresentar os dois tipos de face, construídas de acordo com o “verdadeiro eu” do indivíduo, somado a fatores como o prestígio pretendido e as expectativas em relação à sua imagem pública: se ele deseja ser agradável aos outros, ser aceito; ou se almeja agir livremente, ser independente e não sofrer imposições. Sendo assim, numa interação, geralmente as pessoas cooperam – e também pressupõem a cooperação mútua – para que suas faces sejam mantidas. Nesse sentido, comuns aos três depoimentos são o respeito às estratégias de polidez relacionadas à face positiva, isto é, à imagem do dono do perfil, uma vez que o amigo está exagerando a aprovação e a simpatia pelo ouvinte, tratando-o por marcadores de identidade de grupo e dizendo suas qualidades.

Nos três depoimentos, *F* introduz por nomeação, o objeto de discurso: no depoimento 1, Nayara; no depoimento 2, FLAVIA B; e no depoimento 3, Marina. Segundo Koch (2008b),

quando a introdução se faz por meio de um nome próprio, tem-se apenas a nomeação do objeto. Já no caso de se tratar de uma expressão nominal, opera-se uma primeira categorização do objeto de discurso, o qual, a cada retomada, pode ser mantido como tal ou, então, recategorizado por outras expressões nominais. (KOCH, 2008b, p. 101-102).

Apesar de a nomeação não se tratar de uma categorização, mas apenas a nomeação do OD em questão, na categoria Elogios, ela caracteriza uma estratégia de polidez positiva, em que *F*, para explicitar textualmente a sua proximidade e admiração por *O*, nomeia o objeto de discurso dono do perfil numa tentativa de singularizá-lo enquanto objeto textual.

De forma geral, a construção da imagem do dono do perfil se dá, em grande parte, pelo uso da estratégia de polidez positiva de demonstrar proximidade e admiração, que, por sua vez, se concretizam por meio de formas nominais construtoras do objeto de discurso. Nos quadros a seguir, referentes a cada depoimento, apresentamos melhor essa relação:

Estratégias de Referenciação

Depoimento 1

Categorização do OD dono do perfil, em que a expressão nominal surge no predicativo do sujeito. *Nayara é a pessoa mais inverossímil que já conheci.*

Recategorização do OD “dono do perfil” por Anáfora inferencial. *Às vezes, penso que ela nem existe, que não passa de uma fantasia minha, um delírio.*

Introdução de novos OD’s por Anáfora inferencial, com função de recategorizar o OD “dono do perfil.” *Cinco anos atrás, quando ainda não a conhecia, se me dissessem dela, de como é, de como age e de como pensa; de sua doçura contagiante, visível na meiguice do olhar e na sua suavidade de sorriso; da sabedoria despretensiosa que tem dentro de si e nem sabe que tem; do seu caráter, sua generosidade e, o principal, a solidez de sua dignidade,*

Recategorização do OD dono do perfil por rotulação. *se me dissessem que havia alguém com todas essas virtudes e nenhum vício, a não ser o de amar desbragadamente, eu diria o óbvio:*

Recategorização do OD dono do perfil por rotulação. *impossível, uma criatura assim não existe senão no reino da fantasia e dos delírios!*

Recategorização em que a expressão nominal surge no predicativo do sujeito. O melhor de tudo é que *ela é bem real*, mora no meu coração e deixou que eu me instalasse no dela, Te amo, Nayara!

Quadro : Estratégias de Referenciação no depoimento 1

Estratégias de Referenciação

Depoimento 2

Categorização do OD “dono do perfil”

em que a expressão nominal surge no predicativo do sujeito.

FLAVIA B.

Hoje ela é *uma fotografia de 24 anos em 3D...*

Recategorizações do OD “dono do

perfil” em que a expressão nominal surge no predicativo do sujeito.

Parece *uma figura em movimento*.

Ou quem sabe *algo que nos exprime uma profunda percepção dentro do que cada olhar curioso pode contemplar*

Recategorização do OD “dono do perfil” em que a expressão nominal surge no predicativo do sujeito.

Quero compartilhar com vcs que a Flavinha é praticamente *o retrato do mais profundo sonho que alguém pode viver...* Pois Caminhar com a amizade dela nos faz perceber que sim. A vida pode ser uma constante apresentação do melhor que a sua alma e Espírito podem exprimir em qualquer oportunidade.

Recategorização do OD “dono do perfil” em que a expressão nominal surge no predicativo do sujeito.

Uau...FALVINHA! Ahaha... Gosto de dizer que *ela é o tipo de pessoa em que pra ela o “MUNDO” para.*

Recategorização do OD “dono do perfil” por Anáfora inferencial.

Gente que por si só representa *toda a sintonia necessária para que os seus dias sejam intensos ao ponto de influenciar a alegria de quem está com ela...*

(1) Introdução de OD's por Anáforas inferenciais, com função de recategorizar o OD “dono do perfil.”

(2) Recategorizações por Anafóras inferenciais, com função de recategorizar o OD “dono do perfil.”

(1) Creio que por *é sua vibrante energia de vida que ela* estremece todos aqueles que insaciavelmente observam *a nobreza de sua personalidade...* (2) Pode ser que alguém a traduza como *ÚNICA...* Ou apenas como *muito, mas MUITO ESPECIAL.*

Quadro : Estratégia de Referenciação no depoimento 2

Estratégia de Referenciação	Depoimento 3
Categorização do OD “dono do perfil” por expressão nominal anafórica.	<i>Marina... senhorita sorriso!</i>
Recategorização do OD “dono do perfil” por Anáfora inferencial.	Fala sério, <i>a moça mais bom-humor do mundo.</i>
Recategorização do OD “dono do perfil”, em que a expressão nominal surge no predicativo do sujeito.	<i>É uma ótima companhia para os rocks, papos sérios ou sem noção, enfim. Está sendo um prazer conhece-la melhor, que a nossa convivência seja sempre enriquecedora e divertida. Sucesso e felicidades, beijão Memééééééééé!</i>

Quadro : Estratégia de Referenciação no Depoimento 3

A partir da observação desses três depoimentos, podemos afirmar, em conformidade, com Koch (2008b), que tanto a categorização, quanto a recategorização de um objeto de discurso apresentam uma função argumentativa. No caso dos depoimentos, o falante procura apresentar novas qualificações do seu objeto, procurando situá-lo em novas categorias, conforme o seu projeto de dizer, que é a elaboração da imagem pública do dono do perfil.

O emprego das formas nominais anafóricas como forma de recategorização do objeto de discurso opera conforme os propósitos discursivos do amigo que cria o depoimento, portanto elas só fazem sentido no interior do texto, em que, neste caso, se

busca compartilhar opiniões, juízos sobre uma determinada pessoa, com um público do qual se espera uma concordância; por isso, o texto é elaborado em conformidade com pensamentos comuns de um determinado grupo. Note que, para conseguir a concordância dos leitores, *o amigo* não só centra-se no ouvinte para salvar a face dele a partir das estratégias de polidez positiva apresentadas; ele também – porém raramente – pode ameaçar a sua própria face ou a do ouvinte (BROWN & LEVINSON, 1987), como no depoimento 1, em que apresenta ameaça à face do falante. A fim de listar todas as qualidades da dona do perfil por meio de recategorizações, num ato de polidez positiva, *o amigo* ameaça à sua própria face positiva. Ao se assumir pessimista quanto a tantas qualidades de Nayara, *F* está confessando um defeito de sua própria personalidade.

(30) “Cinco anos atrás, quando ainda não a conhecia, se me dissessem dela, de como é, de como age e de como pensa; de sua doçura contagiante, visível na meiguice do olhar e na suavidade do sorriso; da sabedoria despretensiosa que tem dentro de si e nem sabe que tem; do seu caráter, sua generosidade e, o principal, a solidez de sua dignidade, se me dissessem que havia alguém com todas essas virtudes e nenhum vício, a não ser o de amar desbragadamente, eu diria o óbvio: impossível, uma criatura assim não existe senão no reino da fantasia e dos delírios!”

Essa estratégia interacional de ameaçar a própria face positiva contribui então com a progressão do texto. Isso porque, é nessa ameaça de face que *o amigo* rotula toda uma enunciação (em negrito) com a expressão “todas essas virtudes”, para, com ela, recategorizar o OD com a expressão “alguém com todas essas virtudes e nenhum vício, a não ser o de amar desbragadamente” e, assim, emitir uma ato de polidez positiva.

Com a rotulação, *o amigo* encaminha a progressão textual, uma vez que os rótulos são formas de conduzir seu o ponto de vista, auxiliando na sua argumentação quanto ao seu objeto de discurso. A partir da análise dessas (re)categorizações, podemos afirmar que as escolhas lexicais

caracterizam-se por operar uma seleção, dentre as diversas propriedades caracterizadoras de um referente – reais co(n)textualmente determinadas ou intencionalmente atribuídas pelo locutor –, aquelas que, em dada situação de interação, são relevantes para o propósito do locutor”. (KOCH & ELIAS, 2006, p. 132).

Essas escolhas lexicais corporificam estratégias de polidez positiva utilizadas como uma forma de fomentar a face positiva do dono do perfil, e, conseqüentemente, a própria face do falante. Sobre isso, acreditamos que

a face dos outros e a própria face são construtos da mesma ordem; são as regras do grupo e a definição da situação que determinam a quantidade de sentimento ligado à face e como esse sentimento deve ser distribuído entre as faces envolvidas. (GOFFMAN, 1992, p. 77).

Referências

ARAÚJO, J. C; BIASI-RODRIGUES, B. (Org.). Palavras Iniciais. In: _____. **Interação na Internet: novas formas de usar a linguagem**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 13-14.

BROWN, P.; LEVINSON, S. Universals in language usage: Politeness phenomena. In: GOODY, E. N. **Questions and politeness: Strategies in social interaction**. Cambridge: Cambridge University Press, 1978. p. 56-289.

CAVALCANTE, M. M. **Referenciação: sobre coisas ditas e não ditas**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

_____. et al. Dimensões textuais nas perspectivas de abordagem do texto. In: BENTES, A. C.; LEITE, M. Q. (Org.). **Linguística de texto e análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 225-261.

COSTA, M. A. M. da; MELO, L. A. Polidez e Impolidez: Um levantamento histórico do seu estudo. **Anais do XI Encontro Regional dos Estudantes de Letras**. Feira de Santana, 2009. Disponível em: <http://www.uefs.br/ere12009/anais/luanamelo_marcelocosta.doc>. Acesso em: 18 de Março de 2011.

GOFFMAN, E. A elaboração da face: uma análise dos elementos rituais na interação social. In: FIGUEIRA, S. A. (Org.). **Psicanálise e ciências sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução de Maria Célia Santo Raposo. Petrópolis: Vozes, 1992.

KASTRUP, V. Novas tecnologias cognitivas: o obstáculo e a invenção. In: PELLANDA, N.; PELLANDA, E. (Org.). **Ciberespaço: um hipertexto com Pierry Lévy**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000, p. 13-20.

KOCH, I. **Introdução à Linguística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2005b.

_____. **As tramas do texto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008a.

_____. Como se constroem e reconstroem os objetos de discurso. **Revista Investigações: Linguística e Teoria Literária**. Recife. UFPE. v.21. n. 2. Julho, 2008b.

_____.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.

LAKOFF, R. The logic of Politeness; or, minding your p's and q's. **Papers from the 9th Regional Meeting**. Chicago: Linguistics Society, 1973, p. 292-305.

LEECH, G. **Principles of pragmatics**. London: Longman, 1983.

LÉVY, P. **O que é virtual**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 2001.

MARCUSCHI, L. A. A questão do suporte dos gêneros textuais. **Língua, linguística e literatura**, João Pessoa, v. 1, n.1, p. 9-40, 2003. Disponível em <http://www.sme.pmmc.com.br/arquivos/matrizes/matrizes_portugues/anexos/texto-15.pdf>. Acesso em: 25 de agosto de 2011.

_____. Anáfora indireta: p barco textual e suas âncoras. In.: KOCH, I. G. V; MORATO, E. M. M.; BENTES, A. C.(Orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005b. p. 53-101.

_____. **Cognição, linguagem e práticas interacionais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MELO, Z. M. de. **Os estigmas: a deterioração da identidade social**. UNICAP, 2005. Disponível em: <<http://www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/anaispdf/estigmas.pdf>>, acesso em Julho de 2008.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. et al. **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-52.

OLIVEIRA, T. P. de. Polidez e Linguagem: Perspectivas. **Revista Signótica**. v. 16, n. 2. Goiás, Programa de Pós graduação em letras e linguística da UFG, 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/sig/article/view/3746>>. Acesso em: Janeiro de 2012.

PRIMO, A. F. T. A emergência das comunidades virtuais. In: **Intercom 1997 - XX** Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Santos, 1997. Disponível em: <http://www.pesquisando.atravesda.net/comunidades_virtuais.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2011.

TAVARES, R. R. **A negociação da imagem na pragmática:** por uma visão sociointeracionista da linguagem. Maceió: EDUFAL, 2007.

O DISCURSO FUNDADOR E A IDENTIDADE CAPIXABA: O ADVENTO DO PRÉ-SAL NO ESPÍRITO SANTO

Marcos Roberto Machado*

Resumo: Este artigo toma como ponto de partida o caráter subalterno comumente associado ao estado do Espírito Santo que vem ao longo de sua constituição enfrentando diversos obstáculos para se afirmar como um Estado forte e representativo na região mais rica do Brasil: o Sudeste. Assim, estudamos o papel da mídia capixaba, representada pelo jornal *A Gazeta*, na veiculação de discursos que inserem o ES em um processo de mudança simbólica, a partir do advento do pré-sal e dos benefícios que essa descoberta poderá trazer para o Estado, em dois momentos distintos: antes e depois da descoberta do pré-sal. A partir de um diálogo interdisciplinar principalmente entre autores como Stuart Hall, Zygmunt Bauman, Eni Puccinelli Orlandi constituímos um viés discursivo para o entendimento das relações que podem ser estabelecidas entre identidade e discurso. A análise realizada mostrou discursos marcantes nas reportagens de *A Gazeta*, recriando, por um lado, uma imagem forte do Estado, capaz de funcionar como um emblema para a identificação do capixaba com uma terra de desenvolvimento, instituindo um discurso fundador na medida em que (re) cria novos sentidos para o “ser capixaba”, mas, por outro, mostrando um Estado frágil interna e externamente, que tende a reforçar os valores ambíguos com os quais o capixaba se identifica.

Palavras-chave: Discurso. Identidade. Espírito Santo. Petróleo.

Résumé: Ce travail a comme point de départ le caractère subalterne généralement associé à l'État de Espírito Santo qui a affronté au long de sa constitution divers obstacles pour s'affirmer comme un État fort et représentatif dans la région la plus riche du Brésil : le sud-est. Ainsi, il nous a été intéressant d'étudier le rôle des médias capixabas, représentés ici par le quotidien *A Gazeta*, dans la transmission de discours qui insèrent le ES dans un processus de changement symbolique, à partir de l'avènement du pré-sal et des bénéfices que cette découverte pourra apporter à l'État. À partir d'un dialogue interdisciplinaire principalement entre des auteurs comme Stuart Hall, Zygmunt Bauman, Eni Puccinelli Orlandi on a constitué une voie discursive pour la compréhension des relations qui peuvent être établies entre identité et discours. L'analyse réalisée a montré des discours marquants dans les articles de *A Gazeta*, à différents moments, recréant, d'un côté, une image forte de l'État, capable de fonctionner comme un emblème pour l'identification du capixaba avec une terre de développement, en instituant un discours fondateur dans la mesure qu'il (re) crée de nouveaux sens pour l' « être capixaba », mais, d'un autre côté, en montrant un État intérieurement et extérieurement fragile, qui tend à renforcer les valeurs ambiguës avec lesquelles le capixaba s'identifie.

Mots-clés: Discours. Média. Identité. Espírito Santo. Pétrole

Nos últimos anos, o Estado do Espírito Santo passou por momentos de grandes expectativas de progresso. De um estado pobre, endividado e com a imagem corrompida pelos escândalos na

* Mestre pelo Programa de Pós Graduação em Linguística (PPGEL), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, ES, Brasil. Endereço eletrônico: marcosro_ma@hotmail.com

política que marcaram a década de 1990, o Estado parecia remodelar sua imagem no país, destacando-se na região mais rica e conhecida do Brasil, o Sudeste.

Durante o ano de 2009, era bastante recorrente encontrarmos, nas principais avenidas da Grande Vitória, quadros publicitários ou *outdoors*, que anunciavam investimentos no setor público da ordem de um bilhão de reais. Esse investimento bilionário contemplava, entre outros setores, a educação e a saúde, e só foi possível graças a algumas mudanças que vinham acontecendo no Espírito Santo e que eram comumente relacionadas a dois fatores principais: o primeiro dizia respeito às ações políticas empreendidas pela equipe governamental eleita em 2002. A figura mais representativa dessa equipe era o governador Paulo Hartung que, reeleito em 2006 com recordes de aprovação popular, manteve o mesmo posicionamento político no Estado, sobretudo, no que tange à luta contra a corrupção.

O segundo fator foi a descoberta de grandes poços de petróleo nas profundezas dos mares capixabas. A chamada camada pré-sal, como é conhecida a localização onde é encontrado esse tipo de óleo, ofereceu ao Espírito Santo a possibilidade de iniciar novos caminhos, já que, com a exploração dos poços encontrados, grandes somas de dinheiro provenientes dos *royalties* seriam repassadas aos municípios. Assim, as políticas públicas existentes poderiam ser potencializadas com fundos extras, e também novas políticas poderiam ser implementadas, melhorando, visivelmente, a qualidade de vida da população capixaba.

Interessante ressaltar que a camada pré-sal, antes mesmo de ser explorada comercialmente, já trazia grande visibilidade para o Espírito Santo. Essa novidade inflamou diversas discussões de cunho oficial no Congresso Brasileiro, o que impediu o avanço mais rápido da exploração. Essa expectativa centrada numa fonte de riqueza e em sua exploração efetiva foi suficiente para situar o Estado no contexto brasileiro como uma promissora potência nacional que, embora ainda tímida, ganharia força para crescer. O estereótipo do Espírito Santo como “primo pobre” dos outros estados da região sudeste, sempre escondido sob a sombra dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, o que não se deve a uma história recente, parecia estar mudando.

Do ponto de vista da identidade capixaba, esse sentimento de não-reconhecimento ou de invisibilidade na região sudeste e no cenário nacional afeta diretamente as maneiras de ser dos capixabas e nos leva a repensar nossa vida social: afinal que lugares ocupamos na região mais rica do Brasil? Quem somos nós? Qual é nossa identidade?

Nesse sentido, a possibilidade de ser reconhecido como um grande produtor de petróleo comparado aos “vizinhos ricos”, de poder realizar grandes obras e mudar a paisagem do Estado, ao mesmo tempo em que milhares de postos de trabalho são criados e prometidos, com a expectativa de geração de emprego e renda, é ter a esperança de que o Estado caminhe a passos largos rumo ao reconhecimento, não apenas pelos outros, mas, principalmente, pelo próprio capixaba.

Dentro desse contexto, interessa-nos, sobretudo, o papel da mídia capixaba, principalmente a mídia escrita representada por um dos maiores jornais do Espírito Santo – *A Gazeta* – na veiculação de discursos cujo tema central é o advento do petróleo no Estado. Ora, as mídias acham-se na contingência de dirigir-se a um grande número de pessoas, ao maior número (CHARAUDEAU, 2006), e para que isso aconteça, elas precisam despertar o interesse, veiculando um conteúdo que seja atrativo. Logo, no que tange ao Espírito Santo, fomentar um discurso de progresso e de riquezas para todos é garantia de sucesso imediato.

Por um conceito de identidade

O conceito de identidade vem sendo bastante estudado nas últimas décadas nas Ciências Humanas e Sociais, com forte presença nos Estudos Culturais, na Sociologia, na Filosofia e, mais recentemente, na Linguística, tornando-se um dos mais importantes objetos de debates.

Um ponto em comum destacado nos diversos estudos sobre esse conceito disponíveis na bibliografia consultada é a ideia de que as velhas identidades estão desaparecendo, dando origem a novas identidades e, assim, o indivíduo moderno, que por muito tempo foi visto como um sujeito unificado, experimenta uma crise de identidade, um processo amplo de mudança que vem deslocando as estruturas e os processos centrais das sociedades, abalando os pilares que sustentavam os indivíduos no mundo social. O fato é que a partir do século XX, as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade vêm se fragilizando e isso tem grande efeito nas identidades pessoais, abalando a ideia de sujeitos integrados, estáveis, racionais e donos do seu saber defendida pelo Iluminismo. O que se vê, hoje, é uma perda do “sentido de si”, que de acordo com Hall (2006), também pode ser entendida como um deslocamento ou uma descentração do sujeito.

Esse processo de mudança, de fragmentação, vem transformando a própria modernidade. Bauman (2005) denomina o período em que vivemos de “modernidade líquida”, no qual a identidade está em constante processo de transformação, já que tudo é muito efêmero e fluido. Para Mercer (1990), a identidade só se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se acreditava fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza, que caracteriza bem a sociedade contemporânea. Visto tratar-se de um conceito controverso, percebemos que diversos caminhos e terminologias para este termo são criados na tentativa de tentar entender ou definir de forma mais precisa esse conceito.

As mudanças que vêm ocorrendo, sobretudo nas últimas décadas, mudam a face do mundo, criando estilos, costumes de vida e novas formas de organização social (FRIDMAN, 2000). Assim, muito se tem questionado sobre as práticas sociais atuais e esses questionamentos têm grande efeito sobre a compreensão da classe social, do gênero, da sexualidade, da nacionalidade e da regionalidade. O fato de vivermos em um mundo multicultural – presenciamos isso ao ligar a televisão, ler o jornal, navegar na rede ou simplesmente sair na rua – ajuda-nos a entender alguns desses questionamentos. O que mostra “que essa multiculturalidade para a qual muitas vezes torcíamos/torcemos os narizes está em nossa própria vida local, atravessando os limites nacionais: os grupos *gays*, feministas, de *rastafáris*, de *hip hop*, de trabalhadores rurais sem terra etc.” (MOITA LOPES, 2003, p.15). Assim, não nos espanta que nossos valores, crenças e ideologias sejam constantemente e profundamente questionados.

Assim, ao estudarmos as várias abordagens de identidade, percebemos que em praticamente todas elas encontramos um conceito de identidade relacionado à noção de processo, ou seja, de algo que está sempre em movimento, adaptando-se às transformações da sociedade, do mundo líquido. O sujeito detentor de uma identidade única não tem mais lugar no mundo contemporâneo, nossa identidade se desdobra em várias outras que, por sua vez, também são transformadas e ajustadas. Neste trabalho adotaremos essa perspectiva por entendermos que representações, imagens e sentido, mais estáveis ou mais desestabilizados, que se produzem no Estado no discurso da imprensa são vetores potenciais de processos identitários de manutenção e/ou reconstrução de identidades capixabas.

O discurso fundador: novos sentidos, novas identidades

Eni Puccinelli Orlandi, em 1993, organiza *O Discurso Fundador: a formação de um país e a construção da identidade nacional*, uma coletânea de textos que objetiva discutir as questões relacionadas ao conceito de identidade e suas relações na construção de uma identidade nacional. No capítulo inicial, a autora nos convida a refletir sobre a capacidade de os sentidos transformarem-se em outros, construindo história. O que deve ser destacado não é a história dos fatos, mas sim o processo simbólico que se articula também com o inconsciente. Logo, na relação com a linguagem e os sentidos, construímos nosso imaginário social e passamos a “fazer parte de um país, de um Estado, de uma história e de uma formação social determinada” (1993, p. 13).

Nesse processo de construção simbólica, os sentidos despertados são muitas vezes resultados de uma ruptura com aqueles já instalados. Assim, uma nova ordem de sentidos é estabelecida, e uma nova tradição é criada. Temos, então, o que Orlandi nomeia de discurso fundador, pois ele ressignifica os sentidos anteriores, instituindo uma outra memória. Logo, o discurso fundador é entendido em sua historicidade e por sua relação com o processo de produção dominante de sentidos, pois está na base de uma “ruptura que cria uma filiação de memória, com uma tradição de sentidos e estabelece um novo sítio de significância” (1993, p. 23-24).

O discurso fundador também se relaciona com a noção de identidade na medida em que certos discursos produzem determinados sentidos que ligam a formação do país à formação de uma ordem do discurso, a partir da qual se observa o surgimento de uma identidade. Orlandi mostra, por meio de análises de textos do *Diálogo da conversão do gentio*, do padre Manoel da Nóbrega, escrito em 1558, como a formação de um país interfere nos processos de reconstrução de identidades, já que as regras impostas aos índios, numa tentativa de apagamento dos seus hábitos culturais, e o convívio de trabalhadores portugueses no Brasil, que acabaram por esquecer suas raízes, refletiram na própria formação do país.

Orlandi (1993) nos mostra, assim, o papel do discurso fundador na formação de um país, destacando que é esse discurso que instala as condições de formação de outros, filiando-se à sua própria possibilidade, instituindo em seu conjunto um complexo de formações discursivas, uma região de sentidos, um sítio de significância que configura um processo de identificação para uma cultura, uma raça, uma nacionalidade.

Discursos ambivalentes: das contradições às certezas

Após percorrermos algumas noções teóricas sobre o conceito de identidade, e de discurso fundador, iniciamos nossa análise com uma breve contextualização sobre a extração de petróleo no Espírito Santo.

A história do petróleo no ES não é recente, a primeira ocorrência desse óleo no Estado foi em 1967, no município de São Mateus. Após esse ano, muitas outras descobertas de poços foram feitas, mas nenhuma delas se compara a do pré-sal.

O Espírito Santo, então, beneficiado com essas descobertas começou a se destacar cada vez mais na produção de petróleo e gás natural, com isso várias cidades capixabas passaram a receber os *royalties* relativos à exploração do óleo e do gás em seus territórios. Esses recursos, de acordo com o Governo do Espírito Santo, em texto disponível no site oficial do governo na internet:

Só podem ser gastos em saneamento básico, destinação final de resíduos sólidos, universalização do ensino fundamental e atendimento à educação infantil, atendimento à saúde, construção de habitação para população de baixa renda, drenagem e pavimentação das vias urbanas e construção de centros integrados de assistência social. (SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO, 2010).

Nesse sentido, com a atividade exploratória, as cidades beneficiadas tendem a apresentar um maior desenvolvimento no que toca às questões sociais, já que o dinheiro chega e deve ser investido. No entanto, nem sempre é assim.

No dia 23 de março de 2008, o jornal *A Gazeta* veiculou a reportagem de capa *Onde está (e não está) o dinheiro do petróleo*. O objetivo dessa reportagem é mostrar como as cidades campeãs de repasses de *royalties* no ES – Presidente Kennedy e Linhares – gastavam esse dinheiro. Logo na capa desta edição do jornal, percebemos duas perspectivas que se opõem na construção da reportagem, pela contraposição que fazem os elementos verbais e não verbais. Enquanto o subtítulo da matéria nos orienta em direção a um discurso positivo – *Caixa cheio: Riqueza do ouro negro chega a Presidente Kennedy e a Linhares* –, na foto que ilustra a manchete esse discurso segue uma direção completamente diferente: já que no primeiro plano, vemos uma criança sentada no chão e

descalça e, no segundo, nos deparamos com uma casa cujas paredes são feitas de palha, sendo desprovida, inclusive, de vaso sanitário, como informa a legenda da foto, o segundo plano também é marcado pela presença da mãe da criança, uma jovem de 18 anos, grávida, e de uma amiga.

Essa foto, que cobre boa parte da primeira página do jornal, causa certo impacto, ao mostrar a falta de recursos de uma cidade que, sendo uma das maiores recebedoras dos recursos oriundos da exploração do petróleo no seu território, apresenta um nível de infraestrutura incompatível com essa riqueza. Ora, a instância produtora, ao optar por essa dupla direção, marcadamente contraditória, assume o papel de investigadora dessa discrepância, fato que pode ser depreendido da própria manchete, que instaura um ambiente investigativo e de denúncia. O jornal, assim, assume a responsabilidade de descobrir, mostrar e refletir a realidade quando propõe uma reportagem que apresenta os caminhos tomados pelo dinheiro do petróleo, além de indagar o porquê de, nessas cidades, ainda existir esse tipo de discrepância social.

Nessa imagem, percebemos algumas marcas textuais e discursivas que contribuem para os efeitos pretendidos pela instância de produção. Notamos, por exemplo, que o advérbio de lugar “onde” é seguido de um verbo e, na sequência, para mostrar que o dinheiro pode estar escondido em um lugar fechado e não acessível a todos, utiliza-se os parênteses e no seu interior o advérbio de negação, imprimindo à frase certo distanciamento e sugerindo ao leitor que o dinheiro não foi repassado da maneira como deveria.

Os personagens desta foto estão posicionados de forma bastante emblemática, seja de pé e com os braços cruzados numa referência a uma longa espera, como as duas jovens do segundo plano, seja sentado no chão, com os pés descalços e agarrado a um possível sonho para o futuro, representado pela criança segurando um brinquedo, cujo formato lembra um jogador de futebol da seleção brasileira, esses personagens constroem uma comunidade em Presidente Kennedy esquecida pelo poder público e que anseia por melhorias.

Logo, percebemos que a instância de produção deixa entrever, por meio dessas marcas textuais e discursivas um *ethos* investigativo e reivindicatório, preocupada com a má utilização do dinheiro público. Esse fato também pode ser associado à falta do ponto de interrogação na manchete, o que nos leva a deduzir que a reportagem não apresentará suposições ou hipóteses do provável destino do dinheiro, mas sim conclusões definitivas.

No interior do jornal, essas duas perspectivas de leitura são mantidas e reforçadas, já que o texto é dividido estrategicamente em duas páginas, contrapondo-se as abordagens. O título “*Para onde vai (e não vai) o dinheiro do petróleo*” reafirma as construções contraditórias, do tipo “*está e não está*” e “*vai e não vai*”, abrindo-se quatro linhas investigativas que serão desenvolvidas ao longo do texto jornalístico:

[1] “*Onde está o dinheiro do petróleo*”

[2] “*Onde não está o dinheiro do petróleo*”

[3] “*Para onde vai o dinheiro do petróleo*”

[4] “*Para onde não vai dinheiro do petróleo*”

Em [1] e [3], percebemos uma linha investigativa que visa mostrar a localização e o destino dos recursos provenientes do petróleo. Partindo do fato de que o Governo Estadual já delimitou em lei a destinação desses recursos, a reportagem pretende, então, comprovar a aplicação correta desse dinheiro, no entanto em [2] e [4], esse fato se inverte, pois a construção desses enunciados nos mostra que os recursos existem, mas que eles não estão presentes onde deveriam estar, ou seja, são desviados.

Esse discurso de contraposição é reafirmando pelo conteúdo da matéria dividido em duas partes principais, com fotos ilustrando cada uma delas. Na página da esquerda, vemos um homem, sorridente, com as mãos molhadas pelo óleo negro. Ao longo do texto, conhecemos a história de Linhares, um município que foi marcado pelo autoritarismo dos grandes proprietários de terra.

Com relação à construção do texto, percebemos que o intuito da instância produtora é apresentar uma Linhares que cresce e se desenvolve, fato devido, principalmente, ao petróleo:

[5] “*o cacau ajudou o crescimento [...], assim como a fruticultura, a cafeicultura e a indústria moveleira. Mas o que está mudando a cara do município, sem dúvida, é o petróleo*” (grifo nosso)

[6] “*Linhares é hoje o município que mais recebe royalties no Espírito Santo [...] e considerando-se que o pico da produção está longe de ser atingido [...] pode-se prever que o volume dos royalties será bem maior nos próximos anos.*” (grifo nosso)

No fragmento [5], percebemos que a ocorrência do marcador discursivo-argumentativo “*mas*” confere ao petróleo, fonte de riqueza bem recente, o poder de mudar a “cara” do município para melhor, contrapondo-se à longa relação do município com a fruticultura, a cafeicultura e a indústria moveleira, que são minoradas nesse processo. Essa ideia é reforçada com a presença do modalizador epistêmico “*sem-dúvida*”. Daí, observamos a força que esse ouro negro possui, marcando um claro processo de ruptura com a Linhares do passado.

Em [6], temos a comprovação do progresso conferido a Linhares pelo petróleo (fato que pode ser, também, associado à foto), ao mesmo tempo em que a instância produtora, levando em conta as condições de produção desse discurso, prevê ganhos maiores para o município, já que a exploração do óleo nessa região estava apenas começando.

Assim, Linhares investe em infraestrutura, em educação e saneamento básico e boa parte desse progresso está ligada diretamente ao petróleo. Nesse sentido, os *royalties* do petróleo estão sendo bem aplicados, indo direto para os setores onde deveriam estar. Logo, *A Gazeta*, ao mostrar onde está e para onde vai esse dinheiro, coloca-se como uma instância preocupada com a utilização dos recursos públicos.

Na página da direita, a reportagem se volta para o município de Presidente Kennedy. A foto principal da reportagem mostra a mesma criança e a mesma jovem grávida que estamparam a capa do jornal, no entanto, a perspectiva agora é de dentro do barraco de palha, sem banheiro, nem sanitário, onde moram. Percebemos que essa foto, ao mostrar a pobreza e a gravidez na adolescência, relaciona intimamente esses fatos e constitui uma outra imagem do Estado.

Os vários subtítulos que constituem a reportagem situam bem o “tom” adotado pela instância de produção:

[7] Exploração de óleo e gás no Estado, estão gastando seus *royalties*

[8] *Dinheiro enche os cofres públicos, mas não chega à população* (grifo nosso)

[9] *Prefeitura gasta quase um milhão em festas;*

[10] *Na sede do município, obras em ritmo lento;*

[11] *Moradores querem mais investimentos.*

Assim, percebemos que a instância se posiciona no discurso de diversas formas, seja demonstrando as relações de contrajunção [7], na medida em que afirma que os recursos existem, no entanto não são utilizados, permanecendo nos cofres públicos; seja apontando problemas ligados diretamente à administração pública, numa crítica evidente ao poder executivo [8, 9]; seja representando a população, abrindo espaço para que ela se manifeste, mesmo que de forma indireta [10].

Além disso, observamos um recurso muito recorrente nos textos que compõem essa reportagem, sobretudo, quando se associa o petróleo e os recursos ligados a ele à população. Trata-se das relações de oposição, marcando segmentos orientados em sentido contrário:

[12] “*Neide, Andréia e Maura não sabem o que são royalties, mas já ouviram dizer que em Kennedy ‘corre muito dinheiro’*”.

[13] “*A descoberta de petróleo nos mares de Presidente Kennedy criou uma expectativa de progresso e de fim do ciclo de estagnação econômico [...]. Mas a prosperidade ainda não chegou para boa parte dos cidadãos kennedenses.*”.

[14] “*Tanto dinheiro [...] tem ajudado a melhorar as estradas, o atendimento na saúde e o funcionamento das escolas. Mas ainda não conseguiu reverter o quadro de pobreza extrema em que vivem muitas famílias. Tampouco minimizar a falta de infra-estrutura em localidades como São Paulino.*”

(grifos nossos)

Assim, mesmo sendo um fato comprovado, o repasse dos *royalties* para o município de Presidente Kennedy ainda não é de total conhecimento da população que apenas “ouviu dizer” que no município há muito dinheiro [11], sendo excluída desse processo de desenvolvimento, que, *a priori*, deveria chegar a todos, sobretudo às comunidades que mais precisam [12, 13]. Logo, observamos uma perspectiva de continuidade das práticas sociais, pois o petróleo ainda não foi suficientemente forte para instaurar um processo de ruptura, como visto em Linhares, capaz de remodelar essas práticas, inserindo o cidadão kennedense num contexto de progresso e riqueza.

Levando-se em conta as duas páginas que compõem parte dessa reportagem, percebemos duas representações do Estado, dois retratos muito distintos no que tange às questões sociais e

políticas e à constituição de uma identidade do capixaba. Logo, em um primeiro momento, temos a imagem do desenvolvimento no discurso positivo de “onde o dinheiro está”, e num segundo momento, é mostrado “onde o dinheiro não está”, mas deveria estar. Os elementos icônicos (homem com as mãos sujas de petróleo, criança, gravidez na adolescência, barraco de palha), associados ao texto verbal, reforçam a mobilização de recursos identitários, pois caracterizam as comunidades locais, conferindo-lhes traços que distanciam as duas realidades.

No espaço discursivo instaurado por esse contrato, representações distintas do Espírito Santo parecem ser produzidas e compartilhadas, impedindo, no entanto, um sentido de unidade para a população capixaba. Assim, se as representações tendem a organizar coletivamente os valores e crenças que constituem os grupos sociais, ao mesmo tempo em que o tornam visível a outros grupos, aqui temos duas possibilidades de identificação. Somos apresentados a dois grupos diferentes: aquele que é beneficiado pelos grandes investimentos oriundos dos *royalties* da exploração do petróleo e aquele que, mesmo recebendo parte desses *royalties*, desconhece sua utilização. *A Gazeta* parece, assim, potencializar um discurso reivindicatório pela igualdade de condições para a população do Estado, mas a imagem de Estados que se contrapõem é mantida em vários textos e até mesmo, mais recentemente, na série de reportagens *Retratos do Espírito Santo*. De um lado, vários exemplos de cidades que crescem e se desenvolvem com a ajuda do petróleo, construindo um texto de tom otimista, cujo fiador compartilha com o leitor um Espírito Santo forte e rico e, de outro, também vários exemplos de cidades que recebem os mesmos recursos, mas não apresentam o mesmo desenvolvimento, em que o tom dado ao texto é de revolta, sendo o fiador aquele que dá voz à população dessas localidades. Ora, os membros desses grupos tendem a se reconhecer e a se ver como diferentes, posicionando-se como aqueles que são beneficiados ou aqueles que não têm a mesma sorte.

Nessa perspectiva, entendemos vários textos sobre o petróleo deste período como expressando um tom reivindicatório. Dessa forma, o jornal passa a exercer um papel de fiscalizador, que investiga o repasse dos *royalties*, destacando sua boa ou má utilização pelos órgãos públicos.

Passemos à reportagem do dia 30 de março em que o interior do Estado volta a ser retomado por *A Gazeta*. Dessa vez as cidades visitadas são Aracruz e São Mateus, sobre elas o discurso de progresso prevalece, ressaltando o bom uso do dinheiro oriundo do petróleo:

[15] *Transparência no uso do dinheiro público – Aracruz*

[16] *Desafios é gerar novos postos de trabalho para a população – São Mateus*

Em 30 de junho observamos uma relação nada assimétrica entre os *royalties* do petróleo e os investimentos em educação nas cidades de Itapemirim e Anchieta:

[17] *Cidades com verba do petróleo tiram nota baixa na educação;*

[18] *Riqueza do petróleo **ainda não** conseguiu melhorar a educação.*

(grifo nosso)

Mesmo com essa situação desfavorável para a educação, notamos uma certa esperança em [18] na utilização do advérbio “ainda”. A instância de produção parece acreditar que o desenvolvimento vai chegar para essa região. Esse discurso é marcado também por criar representações opondo riqueza e falta de investimento.

Nessas duas abordagens, fica-nos claro que o jornal *A Gazeta* se interessa pelo interior do Estado, sobretudo, no que se relaciona ao seu desenvolvimento ligado ao petróleo. Encontramos, também, uma cobrança ao Governo e à administração pública, que são objetos de uma pressão implícita nesses textos.

Discurso fundador: o marco do pré-sal

Percebemos, a partir da divulgação do marco do descobrimento do petróleo na camada pré-sal, em agosto de 2008 e, conseqüentemente, da sua exploração, um discurso positivo de valorização do Espírito Santo, enquanto Estado que passa a ocupar o segundo lugar no Brasil na exploração do petróleo. Esse discurso parece remodelar as incertezas identitárias dos capixabas em torno de uma grande mudança decorrente do dinheiro desse óleo e de todos os benefícios que ele pode trazer. Ao ser veiculado, esse discurso de riqueza e de desenvolvimento propõe uma perspectiva de mudança contextual que convoca a população a uma valorização do capixaba como pertencente a uma comunidade promissora.

Ao referir-se a esse momento com enunciados do tipo “*Espírito Santo dá início a novo marco na extração de petróleo*”, “*Espírito Santo inicia nova era do petróleo no Brasil*”, “*A maior descoberta de petróleo no Estado*”, “*A extração do pré-sal tem importância mundial*”, esses discursos projetam um novo ES, anunciam uma nova era para o Estado. Ademais, nos textos analisados deste segundo bloco, percebemos uma grande repetição de vocábulos ligados ao progresso: *riqueza, prioridade, novo ciclo, novas chances, nova era, a maior descoberta, descoberta histórica, empregos, receita, novo marco, história mundial*.

Assim, a partir de agosto de 2008, os discursos sobre o petróleo mudam o foco da abordagem contraditória ou ambivalente que os caracterizava e passam a produzir e veicular representações de um Estado que se desenvolve, criando uma matriz discursiva de reinserção positiva do Espírito Santo no contexto nacional. Não se privilegia mais a diversidade das cenas locais e a contraposição das imagens do Estado, mas reforça-se um sentido convergente com o qual a população é convidada a se identificar, compartilhando das promessas desse novo momento. Assim, em 06 de agosto de 2008, a uma semana do início da exploração da camada pré-sal, o discurso presente em *A Gazeta* mostra que essa nova era, apesar de ainda não ter começado, já enriquece o Estado:

[19] *A riqueza que o petróleo já traz para o Estado;*

[20] *O petróleo que está gerando receita e empregos no Estado.*

(grifos nossos)

Encontramos, nessa reportagem, os dados numéricos que comprovam o crescimento da participação da Petrobras no Espírito Santo. Ao citar como marco a exploração da camada pré-sal, que ocorreria dentro de alguns dias, esse discurso reforça o caráter demarcatório dessa exploração, mas reitera, também, a importância das descobertas feitas anteriormente no Estado. Logo, essa nova fonte de riqueza vem potencializar aquela que “já existe” e que “já está” trazendo benefícios para o Estado.

Orlandi (1993), ao estudar o discurso fundador, destaca o seu papel na formação de um país, pois é esse discurso que instala as condições de formação de outros, filiando-se à sua própria possibilidade e instituindo em seu conjunto um complexo de formações discursivas, que configura um processo de identificação para uma cultura, uma raça, uma nacionalidade. Assim, os sentidos produzidos por esses discursos são muitas vezes resultados de uma ruptura com aqueles já

instalados, estabelecendo uma nova ordem de sentidos. Acreditamos que as reportagens veiculadas após o início da exploração da camada pré-sal, a maior descoberta de petróleo no Estado, propõem uma ruptura com os sentidos já estabelecidos e enraizados no imaginário de identidade da população capixaba. Assim, esses discursos produzem uma nova imagem do Estado potencialmente fundadora de elementos de identificação para a identidade capixaba que pode ser então reconstruída, levando-se em conta esse novo momento e as representações que lhe são associadas.

[21] *Petróleo: novo ciclo começa hoje com poço no Litoral Sul – 12 de agosto* (Primeira Página)

[22] *Espírito Santo dá início a novo marco na extração de petróleo – 12 de agosto* (p.15)

[23] *Espírito Santo inicia nova era do petróleo no Brasil – extração do pré-sal tem importância mundial – 02 de setembro* (Primeira Página)

[24] *ES marca histórica mundial da exploração do petróleo – 02 de setembro* (p. 13)

[25] *A maior descoberta de petróleo no Estado – 22 de novembro* (Primeira Página)

[26] *Descoberta histórica de petróleo no Estado – 22 de novembro* (p.17)
(grifos nossos)

Percebemos que o Espírito Santo é marcado por representações positivas, que vem de encontro a toda uma história de exclusão e esquecimento. O caráter subalterno do Estado parece, assim, ser transformado: trata-se agora de uma região cuja importância econômica lhe permitiria, por exemplo, passar pela crise internacional sem ser muito afetado por ela, fato que não poderia ser percebido nos outros estados do Brasil, sobretudo nos vizinhos da Região Sudeste. A presença de expressões e representações de uma nova era funda um discurso de riqueza e de desenvolvimento e está presente em todas as reportagens analisadas.

Percebe-se, assim, que a instância de produção dos discursos sobre petróleo constrói-se como um enunciador que se apresenta preocupado com as questões que envolvem a retomada do desenvolvimento pelo Espírito Santo e vai, portanto, veicular discursos que permitam ao capixaba se reconhecer em um novo momento, em um processo de reconstrução identitária. Os sentidos e as representações veiculadas recriam um *ethos* coletivo de desenvolvimento e riqueza para o Estado, que passa a ser repetido nesses discursos, especialmente pós advento do pré-sal. O Estado passa a ser representado num ambiente de reconhecimento nacional e internacional, ocupando o segundo

lugar na exploração de petróleo no Brasil, que se enriquece e enriquece seu povo. Os sentidos ressignificados de um Estado promissor convocam o capixaba a tomar parte de uma mudança na história e na trajetória social do Espírito Santo.

Palavras finais

A importância da exploração do pré-sal no ES está intimamente ligada à recorrência do discurso sobre ele. É o tom otimista e convicto dos textos de *A Gazeta* que legitimam essa representação positiva da exploração do pré-sal e do Estado. Ao levarmos em conta a sistematicidade do discurso do pré-sal veiculado em *A Gazeta*, percebemos que o jornal entra nesse debate, assumindo uma posição de defesa contundente a favor do Estado. *A Gazeta*, assim, ganha diante da população capixaba um *status* de porta-voz, num contexto de grande intimidade com as questões do Estado. Logo, como a história de constituição do jornal está intimamente ligada à história de constituição do Espírito Santo, *A Gazeta*, ao defender o Estado, defende, também, o seu próprio papel nessa história.

Nas análises propostas, notamos que *A Gazeta* tematiza a exploração do petróleo no Estado, antes e depois da descoberta do pré-sal, apresentando, inclusive, a repercussão dessa exploração para o desenvolvimento do Estado. Os discursos veiculados nesse período, repetidos de forma sistemática, passam a funcionar como um discurso fundador na medida em que propõem uma ruptura com os sentidos já instalados e que relacionavam o ES a um estado menor, sem grande representatividade, o Estado se mostra, agora, forte o suficiente para lutar contra as perdas dos *royalties*, inclusive se associando a outros estados. Podemos pensar, também, esse discurso fundador como aquele da campanha “O petróleo é nosso”, na década de cinquenta, que defendia a nacionalização do petróleo, numa clara oposição à exploração estrangeira dessa riqueza. Assim, o discurso do pré-sal reativa essa memória discursiva que relaciona o petróleo ao progresso do país. *A Gazeta* ao veicular esse discurso parece convocar os capixabas a remodelarem seus valores identitários de incerteza que marcaram a história da constituição do Estado.

Tínhamos visto que, antes da descoberta do pré-sal, os discursos de *A Gazeta* sobre a exploração do petróleo no Estado mostravam diferenças internas na distribuição das “riquezas” desse óleo: cidades e microrregiões do Estado eram contrastadas, num discurso ambivalente de riqueza e atraso, com tom reivindicatório e fiscalizador com relação ao governo. Mas, após a descoberta do pré-sal em

2008, os impasses encontrados em cidades do interior, associados à distribuição irregular dos *royalties*, parecem ser esquecidos em nome de uma valorização do Estado como um todo, que luta em torno de um bem comum, dentro de um contexto possível de enriquecimento, associando-se, inclusive, a outros estados cujo objetivo na “luta” é compartilhado.

A luta discursiva empreendida por *A Gazeta* parece ter caráter emblemático na medida em que nesse processo ela passa a ostentar o papel de interventora, de reivindicadora e de fiadora de uma mudança regional que depende, no entanto, de aprovações de leis federais que insistem em desconsiderar o Estado, fato ligado a uma história de exclusão e de isolamento que não é recente e que se mostra cada vez mais presente, como constatamos na votação dos parlamentares sobre a continuidade ou não do FUNDAP. O resultado da votação não nos surpreendeu...

Referências

ABREU PENNA, Lincoln. Os panfletários da República: a campanha do petróleo na imprensa nacionalista. *ALCEU*, Rio de Janeiro, v. 4, nº7, p.83-98, jul/dez: 2003

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006

COSTA, Sérgio. Diferença e identidade: a crítica pós-estruturalista. In: VIEIRA Liszt. (org.) **Identidade e Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2009

FERNANDES, Vilmar. O outro lado do Espírito Santo. Reportagem especial. **A Gazeta**. Vitória, p. 12-13, 15 maio 2011.

FILHO, Abdo. A cidade de Luiz tem futuro. A de Helder nem tanto. **A Gazeta**. Vitória, p. 22-23, 22 de maio 2011

FRIDMAN, Luis Carlos. **Vertigens pós-modernas**. Configurações institucionais contemporâneas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006

MERCER, Kobena. Welcome to the jungle. In: RUTHERFORD, J. (org.). **Identity**. Londres: Lawrence and Wishart, 1990

MOITA LOPES, Luis Paulo da. Socioconstrucionismo: discurso e identidades sociais. In:_____.(org.) **Discursos de identidade**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003

ORLANDI, Eni Puccinelli. **O Discurso Fundador:** a formação de um país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 1993

VOGAS, Vitor. Progresso? Eles não conhecem, nunca viram. **A Gazeta.** Vitória, p. 24-25, 29 de maio 2011

UMA QUESTÃO DE IMAGEM: ORIENTADOR É AUTOR? UMA DISCUSSÃO À LUZ DE FOUCAULT, MAINGUENEAU E DUCROT

Silvia Adélia Henrique Guimarães*

Resumo: O principal objetivo deste trabalho foi pesquisar o tema autoria e aplicá-lo à perspectiva de profissionais que orientam pesquisas. Os dados foram gerados através de entrevistas e questionários realizados com seis orientadores de mestrado que atuam no Rio de Janeiro, dos quais foram selecionados 28 recortes que tocaram direta ou indiretamente no tema autoria. Baseado na AD francesa, este estudo traz contribuições teóricas de Foucault (2001) e Maingueneau (2010). Além desses, Ducrot substancia a análise dos dados, através do estudo da Negação e da Polifonia resgatada de Bakhtin, encontradas nos enunciados. Os resultados sugerem que a maioria dos orientadores entrevistados não se sente realizando um fazer burocrático, mas coautor das dissertações que orientam. Tais resultados sugerem a necessidade de estudos sistematizados e discussões aprofundadas sobre o que é ser autor, afinal; e sobre a imagem que os orientadores constroem de si a partir de seus próprios discursos.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Discurso do Orientador; Autoria; Noção e Imagem de Autor; Negação.

Abstract: The main objective of this study was to investigate the authorship issue and applies this to the perspective of professionals that guide research. Data were generated through interviews and questionnaires conducted with six guiding masters working in Rio de Janeiro, of which 28 were selected clippings directly or indirectly touched on the theme author. Based on the French AD, this study provides the theoretical contributions of Foucault (2001) and Maingueneau (2010). Besides these, Ducrot substance data analysis through the study of negation and Polyphony rescued from Bakhtin, found in the statements. The results suggest that most respondents do not feel guiding performing to a bureaucratic, but co-author of essays that guide. These results suggest the need for systematic studies and detailed discussions about what is to be an author at all, and the image that the guiding construct for themselves from their own speeches.

Keywords: Discourse Analysis; Speech Adviser, Author, Image Concept and Author; Denial.

Introdução

“É notável o fato – mas, familiar como é, quem pensa em notá-lo?” (Benveniste)

Os trabalhos voltados para a prática docente pelo viés da Linguística Aplicada têm-se multiplicado nos últimos anos. Tendo em vista a relevância do tema e as várias possibilidades de atuação do profissional professor, os trabalhos têm abarcado a prática docente em seus diversos segmentos, desde o nível básico até a Pós-Graduação. Contudo, não localizamos trabalhos que dessem destaque à voz do professor sobre o seu

* Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL – UERJ – RJ – Brasil. E-mail: sguimaraes05@hotmail.com. Orientação: Prof. Dra Gisele de Carvalho.

fazer como orientador no programa de Pós-Graduação. Vimos trabalhos relevantes que abordavam a relação orientador-orientando¹; e que tratavam a importância do orientador no processo de escritura do seu orientando, mas não pesquisas que refletissem como o orientador, enquanto sujeito discursivo, na perspectiva da palavra enquanto ação no mundo, fomenta as pesquisas em linguagem.

Assim, pela perspectiva teórica da Análise Crítica do Discurso (ACD), entendemos que a relevância de trazer este tema para uma pesquisa reside na abertura de espaço para a voz do professor-orientador, e as discussões por ela propostas, relacionando-as à política educacional brasileira. O que subsidiou nossa pesquisa de mestrado, “Trazendo à baila a voz que fomenta pesquisas em linguagem: uma análise crítica do discurso do professor-orientador através do Sistema de Transitividade”.

Na referida pesquisa, abordamos o que os sujeitos tinham a dizer sobre o fazer orientação. Contudo, um assunto que não foi aprofundado naquela investigação, embora amplamente evocado, foi o tema *autoria*. Assim, por soar relevante tanto para o contexto acadêmico quanto para os sujeitos da pesquisa, decidimos encontrar um espaço para analisar, discutir e divulgar a questão.

Contudo, encontrou-se pouco referencial na ACD que desse margem à investigação minuciosa ao tema *autoria*. Assim, provocadas pelo assunto, nas aulas de AD, pelos professores Décio Rocha e Vera Sant’Anna, decidimos trabalhar o que Moita Lopes (2006) chama de “Linguística (IN)disciplinar”, que, partindo de um contorno temático, perpassa diversas disciplinas para encontrar respostas que desnaturalizem uma questão, proposta que equivale ao que a ACD chama de transdisciplinaridade (Fairclough, 2001).

Nesse sentido, a AD francesa mostrou-se uma contribuição valiosíssima para aprofundarmos de forma teórico-prática o tema que surgiu de forma recorrente no discurso dos orientadores entrevistados: a *autoria*.

Trazer para esta investigação algumas ferramentas teórico-analíticas da Análise do Discurso (AD) francesa não parece confrontar os pressupostos teórico-metodológicos - e muito menos epistemológicos - da Análise Crítica do Discurso (ACD), área em que nossa dissertação se inscreveu. Apesar de vermos uma boa parte dos estudos em ACD analisando os dados linguísticos pela Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), ou por outras categorias de análise propostas pela própria ACD, o próprio Fairclough sugere que outras áreas da linguística podem ser aproximadas dos estudos que relacionam as micro às macroanálises discursivas: alguns estudos em ACD, por exemplo, têm dialogado com Dominique Maingueneau, e o próprio Foucault tem dado base filosófica para as duas agendas, à AD e à ACD.

A possibilidade de associar recortes das entrevistas geradas para a investigação no mestrado ao tema *autoria* surgiu pela primeira vez quando refletíamos a leitura de Foucault (2001).² Em seguida, em análise linguística minuciosa, percebemos quão importante é essa questão para os sujeitos da pesquisa, e quão relevante, portanto, seria abordá-la em um trabalho.

Assim, da necessidade dos orientadores de tocar no tema; e da necessidade de discussões que atualizem as teorias do polêmico tema *autoria*, nasceram os objetivos do presente trabalho: a) abordar o tema *autoria* sob consistente abordagem teórica, e estudar como ele está perpassado em Foucault (2001), Maingueneau (2010) e Ducrot (1987), já que estes autores, nas suas semelhanças e diferenças teórico-metodológicas, incitam o tema que ainda atualmente é tão polêmico e complexo; b) estudar o tema a partir da voz de profissionais que trabalham com *autoria*, o que pode provocar

¹ Flecha (2003) e Mazzilli (2009) são exemplos de pesquisas sobre o tema.

² Agradecemos à Prof. Vera Sant’Anna por ter se disponibilizado a nos atender quando estas ideias eram um embrião, e não sabíamos ainda como abordá-las.

discussões que atualizem e provoquem discussões sobre o que é ser autor; c) analisar linguisticamente os dados pela noção de Negação de Ducrot e pelo conceito de Polifonia, a fim de evitar que as discussões incorram em simples emissão de opiniões da articulista, sendo o mais fiel possível ao que os enunciadores entendem sobre o seu papel.

Não pretendemos, na discussão dos dados, trazer respostas ou emitir pareceres, mas objetivamos lançar algumas perguntas, novas inquietações, a fim de incitar os pertencentes à academia a respostas, mesmo empíricas, subjetivas e incipientes, a essas indagações.

Pressupostos metodológicos

Este trabalho filia-se ao paradigma qualitativo (ALVEZ-MAZZOTTI, 1999). Assim, a partir das identificações socialmente naturalizadas do professor-orientador de dissertações de mestrado, surgiu a pergunta matricial: “Como se dá a construção do discurso do orientador?”. Pergunta esta desdobrada aqui da seguinte forma: “Como estão difundidas as crenças sobre autoria no trabalho de orientação?”.

Por não termos objetivado avaliar a *prática* do orientador, mas o *discurso* dele sobre o seu papel, possibilitando espaço de reflexão sobre o seu próprio fazer, a geração dos dados foi promovida a partir da voz de seis orientadores: dois de uma universidade federal (Cláudia e Fátima), dois de uma universidade estadual (Paulo e Raquel) e dois de uma universidade privada (Rafaela e Consuelo),³ os quais receberam nomes fictícios para terem suas identidades preservadas. Todos atuam no Rio de Janeiro, visto que, por ser onde residimos, facilitaria a pesquisa.

A escolha dos professores participantes deu-se a partir de requisitos como: atuação em orientação de dissertações, filiação à área da linguística/linguística aplicada e predisposição para participar da pesquisa. Após uma série de procedimentos necessários, como a aprovação do projeto por um Comitê de Ética, contato com os professores e disponibilização dos mesmos, procedemos a uma entrevista semiestruturada. Com perguntas abertas, objetivamos principalmente deixar que eles falassem livremente sobre os assuntos em questão, permitindo, inclusive, desdobramento dos mesmos. Esses dados foram coletados via gravação em áudio, e transcritos.

O presente trabalho compreende as respostas dadas a uma pergunta formulada na entrevista “Ao orientar, sente-se como um contribuinte direto das pesquisas em linguagem?”; e as respostas à seguinte pergunta do questionário “Em sua opinião, existem aspectos no trabalho de orientação que ainda não acontecem satisfatoriamente? Se sim, comente o(s) nível (is) em que isso ocorre, justificando”, cuja transcrição completa consta do “Anexo 1” do presente trabalho. Destas transcrições foram selecionados 28 recortes enunciativos. O objetivo, ao selecionar o corpus deste trabalho, foi verificar se os enunciados abordavam, direta ou indiretamente, o tema autoria, e se apresentava polifonia. Os recortes enunciativos aparecem ao longo do texto separados pelos enunciadores e em forma de tabelas, os quais foram retomados nas análises. Apenas na subseção “A Polifonia das crenças” os dados aparecem com os diversos enunciadores em uma mesma tabela, devido ao número menor de dados. Compreendemos que esta forma de apresentar os dados facilitaria ao leitor visualizá-los conhecê-los antes das análises, o que pode ser positivo para uma leitura mais neutra.

³ Os sujeitos desta pesquisa têm entre sete anos e treze anos de experiência com orientação, conforme o ano em que começaram a orientar na pós-graduação: Cláudia: 2005; Fátima: 1998; Paulo: 1999; Raquel: 2003; Rafaela: 2002; Consuelo: não informa.

Os conceitos de Ducrot (1987) contribuíram tanto para as reflexões teóricas quanto para as análises linguísticas do corpus, levando-se em conta as negações encontradas no dizer dos entrevistados. Assim, apesar da aparente priorização de Ducrot, os três autores são iguais e substancialmente importantes, visto que este contribui para a análise linguística dos dados, com a teoria da “Negação”; e Foucault (2001) e Maingueneau (2010) apresentam-se como contribuições teóricas relevantes para o aprofundamento da questão de autoria emergente dos dados, contribuindo, assim, para as discussões dos resultados das análises.

Ousando subverter o gênero artigo científico, já nos pressupostos teóricos começamos a dialogar com o atual contexto acadêmico, tecendo questões relativas à autoria a partir das questões levantadas pelos enunciadorees. Ahamos pertinente fazê-lo neste trabalho, pois conseguiríamos retomar tais diálogos devido ao espaço deste gênero. Assim, entendemos, essa antecipação ajuda a releitura dos três principais teóricos que perpassam o trabalho, contextualizando-a, e contribui para o aprofundamento das questões levantadas pelos enunciadorees na seção da análise linguística.

Este trabalho, portanto, a partir das estratégias metodológicas nele inseridas, busca respostas que: a) fomentem questões de cunho macrossocial – a representação desses orientadores em seus múltiplos papéis a partir das análises linguísticas; e b) contribuam para a revisão da literatura sobre o tema, inclusive testando as categorias de análise.

A autoria em Foucault.

Retomando a ideia difundida sobre “a morte do autor”, Foucault (2001) refaz um percurso sobre a questão da autoria, sugerindo novas reflexões sobre o tema. Pretendemos explorá-las, aqui, tendo em vista sua relevância para os dados.

A referida morte já era um conceito socialmente difundido, em que o autor passa a ser apagado, como, segundo Barthes (2004), uma “figura de fundo”, que está resumido, ainda em Barthes, da seguinte forma:

o escritor moderno nasce ao mesmo tempo que o seu texto; não está de modo algum provido de um ser que precederia ou excederia a sua escrita, não é de modo algum o sujeito de que o seu livro seria o predicado; não existe outro tempo para então, além do da enunciação, e todo o texto é escrito eternamente aqui e agora. (p.3)⁴

Assim, a partir dessa ideia sobre a morte do autor, é que Foucault (2001) refaz o percurso, sugerindo um reencaminhamento para a questão. Segundo ele, “A obra que tinha o dever de trazer a imortalidade recebeu agora o direito de matar, de ser assassina do seu autor” (p. 7), acrescentando que “essa relação da escrita com a morte também se manifesta no desaparecimento das características individuais do sujeito que escreve” (IBIDEM).

Apesar de o tema ser bastante complexo, e o autor da modernidade receber características disseminadas em vários gêneros literários, este princípio do apagamento do autor acaba sendo manifestado em diversos gêneros textuais, inclusive no acadêmico. Primeiro, porque a própria epistemologia científica recebe um teor de verdade absoluta, portanto, acima dos possíveis sujeitos empíricos; o que leva essa verdade absoluta a receber uma marca de impessoalidade nos registros escritos. Assim,

⁴ Apesar de seguir as normas do Novo Acordo Ortográfico assinado pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), mantivemos, nas citações, as formas originais utilizadas para os textos publicados antes da vigoração do Novo Acordo, mantendo a literalidade dos mesmos.

a marca da impessoalidade ganhou uma ressignificação, para além da semiose, de verdade previamente testada, portanto, não pertencente a um sujeito, mas à ciência – marca essa reconhecida no Positivismo.

Outras duas noções atuais, vistas em Foucault (2001) parecem confirmar esse apagamento do autor. Uma é a noção de obra; outra, a de escrita. Para o filósofo, a noção de obra refere-se a um conjunto de arquivos que tem características peculiares, supondo que publicações, rascunhos, aforismos, podem ser pensados como parte de uma obra. Para a noção de escrita, Foucault (IBIDEM) tira de cena a escrita enquanto marca semiótica, para provocar temas subjacentes a ela: pensar a condição geral do texto – o tempo em que se dispersa, o espaço em que se inscreve.

Poderíamos relacionar esses três princípios comentados, à atual condição em que se inscrevem as produções acadêmicas. Em primeiro lugar, esse apagamento do autor, ainda prevalecente na academia, e que ainda traz marcas de um ser Onisciente que apenas coloca uma verdade verificada e verificável pode ser visto como *herança do Positivismo*. Marca bastante encontrada inclusive em trabalhos inscritos sob o paradigma Qualitativo. Sem intenção de referendar qualquer questionamento – trata-se de um assunto polêmico mesmo na academia –, apenas aponto esta forma de registro de pessoalidade como fato ocorrente.

As outras duas noções trazidas por Foucault também podem ser recontextualizadas; desta vez, a partir de um olhar mais específico: o do orientador como um provável coautor da pesquisa do aluno. Pensando na noção de obra e na noção de escrita, a partir das produções acadêmicas, algumas perguntas – reais e novamente despretensiosas – emergiram: se para Foucault a noção de obra refere-se a um todo, com características e marcas próprias, como ficaria essa noção se o professor orientador for visto como coautor dos trabalhos de seu orientando? Ao final de sua carreira, todas as suas orientações trariam sua marca de forma a fazê-lo ser reconhecido ali? Ou seriam mais determinantes se inseridas na obra daquele orientando, agora pesquisador? Ou ainda, esta noção, trazida de Foucault, não caberia neste caso?

Estas questões se salvariam da noção de escrita, já que Foucault argumenta que não a traria para o nível semiótico. Mas pensamos ser conveniente aplicar essas perguntas aos termos subjacentes que traz Foucault (o tempo em que se dispersa, o espaço em que se inscreve): se o trabalho do orientando for considerado em coautoria com aquele orientador, a Obra desse orientador ganharia maior abrangência? Isto considerando que os pontos de endereçamento do trabalho do orientando são vertentes em relação ao interesse principal de pesquisa do orientador.

Aqui poderíamos entrar em uma outra questão: para trabalhar o nome do autor, Foucault defende que este, mais do que um apontamento, é uma descrição. Exemplificando, diz que ao citar o nome Aristóteles, vem junto uma série de representações e indicações de conceitos, teorias e certas marcas características. Para Foucault, o nome do autor “exerce um certo papel em relação ao discurso: assegura uma função classificatória; tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, deles excluir alguns, opô-los a outros. Por outro lado, ele relaciona os textos entre si.” (p. 13). Assim, ele defende que o nome do autor não estaria no empirismo, ou na obra, “mas na ruptura que instaura um certo grupo de discursos e seu modo singular de ser (IBIDEM), ou seja, a função que tem esse autor.

A função autor inscreve-se, em Foucault, como uma característica tanto da própria produção, quanto da circulação e do funcionamento de certos discursos em relação em determinada sociedade. São Jerônimo (apud FOUCAULT, 2001) diz que quatro são os critérios para estabelecer a função autor: a) a inferioridade de um livro em relação à qualidade dos outros; b) a coerência conceitual e teórica que evite uma

contradição de doutrinas; c) a linearidade do estilo e d) momento histórico do sujeito empírico condizente com os dados abordados.

Da noção à imagem do autor: a perspectiva de Maingueneau.

Retomando e ampliando a função do autor, Maingueneau (2010) aborda o assunto de forma a problematizar a questão. Retoma, pois ele se vale dos apontamentos sugeridos por Foucault, no texto original de 1969,⁵ em que provoca o ressurgimento do autor, até então apagado; amplia, porque a partir de critérios que definiriam a função do autor, sugere tipos/categorias específicas de autores dependendo do nível de envolvimento em uma determinada obra.

Uma justificativa relevante para inserir esta questão na agenda da Análise do Discurso (AD), segundo ele, está no fato de a análise do texto estar imbricada em uma posição de autor. Este, ainda que não seja visto como ser empírico, representa uma “instância que enuncia” (MAINGUENEAU, 2010, p. 26), e que pode relacionar textos e lugares sociais – associação na qual a AD tem interesse.

Para inscrever a proposta desses conceitos, o autor em referência distingue os *corpora* conversacionais (analisados pelos estudiosos da América do Norte, cuja noção de autor parece estar indissociada da do locutor) e a dos *corpora* escritos (analisados pela AD, contudo, com dificuldades quanto ao tema Autoria) (IDEM).

Maingueneau julga que a dificuldade de a AD estudar a autoria nos *corpora* escritos pode estar nas dificuldades geradas por alguns discursos, como o literário, religioso e filosófico, nos quais a figura do autor é incontornável; ou ainda a dificuldade gerada pela polifonia e pela heterogeneidade (ou modalização).

Para Maingueneau (IDEM), o autor é considerado uma “categoria híbrida” (p. 26), já que pode ser conceituado em três níveis. A primeira dimensão por ele abordada é a do “autor-responsável”. Aqui, não se trata de um enunciador ou de um produtor empírico, mas do que ele vai chamar de “fiador” de um texto, defendendo que este aparece em todos os textos. A segunda dimensão é a do “autor-ator”. Este é o autor que, independente da carreira que segue, “organiza sua existência em torno da atividade de produção de texto” (p. 30). A terceira dimensão é a do autor-correlato-de-uma-obra. Este, denominado “auctor”, está associado a uma Obra (aplicado no texto como *Opus*, e que pode ser um conjunto de textos, mas também um único, ou ainda apenas um que tenha chamado a atenção, dentre tantos). O conceito de Maingueneau para Obra está respaldada em Foucault, e já discutida na seção anterior.

Tendo as noções de autor e a função de autor discutidas, cabe abordar, a partir daqui, “a imagem do auctor”. O ponto crucial desta temática é que esta imagem se consolida a partir do outro. Segundo Maingueneau, “será ‘auctor’ efetivo, fonte de ‘autoridade’, apenas se terceiros falam dele, contribuem para modelar uma ‘imagem de autor’ dele” (p. 31). Para isso, o autor em discussão destaca algumas etapas da emergência da figura do auctor: 1) a autoralidade dispersa, em que o produtor se situa como responsável por textos oriundos de interações rotineiras; 2) a publicação do próprio produtor em gêneros específicos; 3) a constituição de uma imagem de auctor, ou seja, o reconhecimento como auctor, proveniente de terceiros; 4) a auctoria maior, redundada na publicação de textos que originalmente não tinham este objetivo.

Uma questão ontológica surge para o debate, segundo o autor: a natureza das entidades. Respalda em Foucault, Maingueneau retoma “a existência de um nome de autor” (p. 33) para levar à discussão da obra enquanto expressão da personalidade

⁵ Citado na seção anterior pela edição de 2001.

singular de um auctor, na implicação do que Maingueneau chama de um certo “ponto de vista”, uma “convicção”, uma “visão de mundo”.

É a partir dessas fundamentações sobre autoria que Maingueneau trabalha a imagem do autor. Ele defende que

essa imagem não é analisada como uma dimensão consubstancial à enunciação, mas como fenômeno exterior à atividade literária propriamente dita, uma realidade instável e fluida que não pertence propriamente nem ao autor nem ao público nem ao texto, mas resulta da interação entre instâncias heterogêneas. (p. 138-139).

Assim, para este autor, é a soma dos participantes do processo que permite a criação de uma imagem do autor. Mas uma imagem que deve ser refletida longe das extremidades: que evite o contexto e o texto como espaços antagônicos em que ou o autor está no interior do texto, ou ele seja apenas uma entidade empírica. Uma reflexão que incite um trabalho que permeie análises nas “fronteiras e cruzamentos”, como costumam ser os trabalhos da AD (p. 139).

Maingueneau defende que “para que um indivíduo seja plenamente auctor, é necessário que terceiros o instituem como tal (...), conferindo-lhe uma imagem de autor” (p. 142). Nesse sentido, trazemos a pergunta para o seguinte crivo: o que os leitores, a academia, ao ler um texto acadêmico do gênero dissertação, criam de imagem desse autor? Eles inserem nessa imagem de autor uma soma orientador-orientando? Citam e por isso pensam apenas na pessoa do orientador enquanto autor? Em que instância autoral é colocada a pessoa do orientador nesse processo de promoção de imagem?

Para Maingueneau, a dificuldade sobre a concepção de imagem de autor surge de uma outra dificuldade de definição: o próprio termo ‘autor’, que ele chama de “incontornável e inapreensível” (p. 141).⁶ Estas questões, portanto, no limiar das não-respostas, podem provocar-nos ainda a inúmeras discussões.

O dizer em Ducrot.

Após as várias trajetórias e perspectivas dos estudos em linguagem, inclusive com as diferentes visões sobre a relação linguagem e mundo, foi notória a ênfase dada ao dito, ao conteúdo linguístico. Foi com a teoria da enunciação, através de Oswald Ducrot, que o foco no dizer ganhou espaço. Embora não dê muita ênfase ao contexto extralinguístico, para o autor, é pelo enunciado que se pode captar o dizer - embora o dizer seja maior que o dito. Nesta perspectiva, isso se explica porque os enunciados guardam em sua materialidade lingüística as direções argumentativas do dizer: de alguma forma, o dizer é afetado pelas direções argumentativas guardadas na memória da língua.

Apesar de não enfatizar a questão da autoria, como Foucault (2001) e Maingueneau (2010), consideramos que Ducrot (1987) pudesse ser produtivo nas reflexões sobre autoria, oferecendo suporte teórico-metodológico para a questão. Primeiro porque contesta um pressuposto da unicidade do sujeito falante (IDEM, p. 161), contestação essa que se alinha aos conceitos básicos da noção de autoria dos outros autores.

⁶ Maingueneau suspende sua discussão sobre o assunto abordando aquilo que ele chama de “algumas facetas da imagem de autor”. Após trabalhar o conceito de *regulação* (em que o autor reorienta a trajetória de sua Obra, através de entrevistas, debates, prefácios...) e *figuração* (posicionamento do autor como escritor: se viaja, se vive enclausurado, se aparece na mídia...), o autor destaca como essas facetas podem aparecer, constituindo a imagem que se lhe dará a partir do outro: a) o escritor: as escolhas de forma geral (dos signos, das expressões, das editoras...) e b) a pessoa: aspectos empíricos, biográficos desse autor. Como essas questões não se desdobraram no corpus, optamos por não destrinchá-las.

Ducrot retoma a noção de polifonia de Bakhtin, surgida da ideia de monofonia e polifonia, cujos conceitos, trazidos da música para os estudos de linguagem, remetem à ideia de marcação de voz. No primeiro, apesar da multiplicidade, quer parecer uma só voz; no segundo, as vozes, marcadamente, aparecem como diferentes. Desses conceitos de Bakhtin é que Ducrot sugere uma ampliação: Entende que a teoria de Bakhtin se restringiu aos textos, e não aos enunciados que constituem os textos. Isso, para Ducrot, impossibilitou o surgimento de um novo problema – para ser sanado: “não coloca em dúvida o postulado segundo o qual um enunciado isolado faz ouvir uma única voz” (DUCROT, 1987, p. 161).

Nesta vertente teórica, as frases são consideradas pistas para chegar ao enunciado, este que é pista para a construção do sentido. Algumas terminologias básicas, difundidas por este autor podem ser necessários para o entendimento desta subseção. São elas: (I) Enunciado: definido como fragmento do discurso. Fica no domínio do observável, domínio dos fatos: suscetível de interpretações; (II) Enunciação: produto da atividade do sujeito-falante; um segmento do discurso; um acontecimento que inaugura um sentido. A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico; (III) Enunciador: centro de perspectiva; marca a origem dos pontos de vista; (IV) Significação: caracteriza semanticamente a frase; (V) Sentido: caracteriza semanticamente o enunciado; (VI) Locutor: aquele que toma a palavra. Pode coincidir – ou não – com o sujeito empírico.

Outros conceitos validados em Ducrot (1987), e usados nesta investigação como categoria de análise, merecem apontamento: as negações. Para ele as negações revelam mais do que as afirmações, por jogarem luz a afirmações subjacentes – e com isso, certas crenças. O critério de seleção dessa categoria de análise está respaldado na opção de usar as negações dessas enunciações para discutir as crenças subjacentes ao tema autoria.

Ducrot (1987) distingue três tipos de negações: a *negação descritiva*, a *negação polêmica* e a *negação metalingüística*. A *negação descritiva* tem um fundo mais assertivo: descreve um estado de coisas, negando-o, mas conservando um pressuposto, como no exemplo “não há nenhuma nuvem no céu” (p. 203), a qual, inclusive, pode ser parafraseada sem comprometer seu sentido original: “o céu está absolutamente limpo” (IBIDEM). A *negação polêmica* define-se pela oposição a uma opinião inversa, ao mesmo tempo em que mantém os pressupostos, como no exemplo dado por Ducrot “Pedro não é inteligente” (p. 204). Já a *negação metalingüística* nega uma ideia, cancela um pressuposto positivo expresso no enunciado. (IBIDEM).

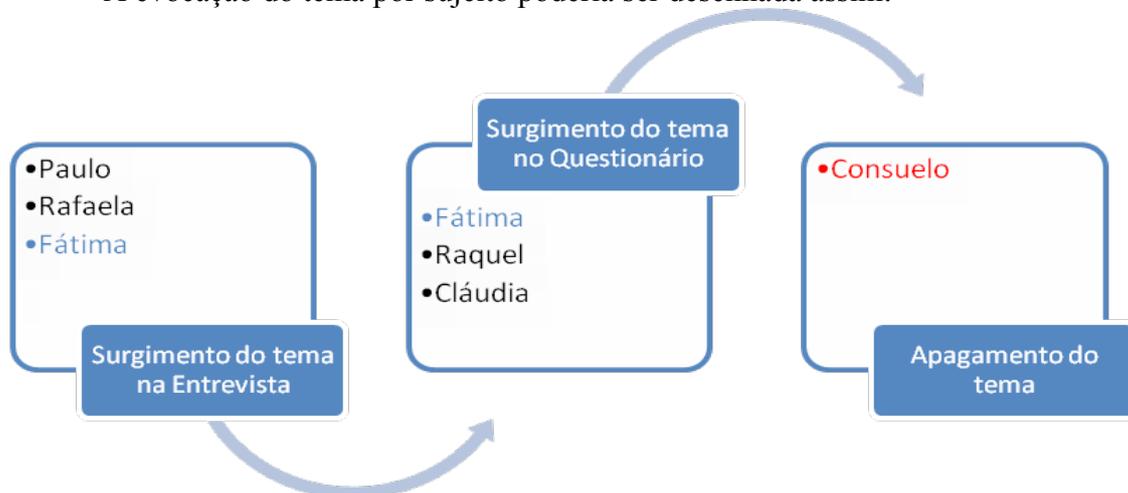
Um outro nível de negação parece importante para a análise dos enunciados: o da polaridade negativa. Certas expressões são clássicas em enunciados negativos, não cabendo a enunciados afirmativos; são expressões marcadas morfológica e semanticamente como negativas. Nesta investigação, surgiram marcas semânticas de negação, para as quais atribuímos este conceito (como em “eles demoram para escrever”).

Estes conceitos, aplicados ao corpus podem, por um lado, contribuir para verificar como os conceitos de autoria estão postos nesses enunciados: o que é polêmico, o que se nega, o que se descreve; e podem, por outro lado, atuar como revisão de literatura, aplicando a teoria a um tema relevante e contemporâneo para a Academia. Seguem, portanto, as interpretações das negações no corpus, objetivando verificar como tais conceitos podem se aplicar.

Análise e discussão dos dados

A seleção deste corpus deu-se a partir do tema autoria e coautoria, surgido principalmente nas perguntas “Ao orientar, sente-se um contribuinte direto para as pesquisas em Linguística?”, geradas nas entrevistas; e da pergunta “Em sua opinião, existem aspectos no trabalho de orientação que ainda não acontecem satisfatoriamente? Se sim, comente o(s) nível (is) em que isso ocorre, justificando”.⁷

A evocação do tema por sujeito poderia ser desenhada assim:



A construção da imagem do autor nas negações.

Se para Ducrot (1987) as negações revelam mais do que as afirmações, por desvelarem afirmações subjacentes, e com isso, certas crenças, torna-se uma boa opção usar as negações dessas enunciações para discutir as ideologias⁸ subjacentes ao tema autoria.

Este autor (IDEM) distingue três tipos de negações: a negação polêmica, a negação descritiva e a negação metalingüística, conforme explicitadas na seção revisão de literatura. Vejamos como essas negações emergem nas enunciações e o que podem revelar sobre a identificação do professor-orientador:

A negação nas entrevistas no dizer e no dito de Rafaela.

- (1) Às vezes ficam muito tempo sem produzir nada.
- (2) “MEUS mestrandos, entendo eu, eles estão, eles escrevem BEM: devagar, eles deMO:ram escrever”
- (3) “Aí de repente aparecem com uma porção de capítulos.”.

Tabela 1: Recortes enunciativos da entrevista de Rafaela.

⁷ Além dessas perguntas, usamos uma outra, “Costuma ocorrer alguma divergência nessas conversas (com seus pares)? Se sim, de que tipo?”, que foi utilizada apenas para um dos sujeitos, o qual evocou tal resposta ao responder à pergunta do questionário.

⁸ O conceito de ideologia assumido neste trabalho não é conclusivo: na perspectiva assumida, as situações e contextos podem revelar ideologias, já que são também representações dos aspectos desse mundo. Nesse sentido, as ideologias contribuem para o estabelecimento e a manutenção das relações de poder, dominação e exploração (FAIRCLOUGH, 2001, 2003). À ideologia cabe o papel de sustentar as relações assimétricas de poder, reproduzindo a ordem social dos grupos dominantes e os indivíduos que a eles pertencem. Esse poder é estabelecido e/ou reproduzido, não pelo uso da força, mas pelo consenso, mediante “concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento” (Idem, 2001, p. 122).

Apesar de não citar literalmente o tema autoria, este enunciador parece trazer o processo de produção textual como promotor de angústia para orientador, bem como sua responsabilidade sobre o processo. A emergência da angústia do orientador nesse processo foi que me motivou a inserir este recorte no presente cópula, já que parece se coadunar às demais enunciações em seu escopo.

No enunciado (1), apesar de não identificarmos uma negação direta, podemos perceber um fenômeno de polaridade negativa, através do processo semântico de negação, que poderia ser lido como “durante tempos não produzem nada”, que carrega a afirmação subjacente: “eles devem produzir de forma contínua”.

Vemos o processo se repetir no enunciado (2). A afirmação subjacente aí contida parece ser: “os mestrandos escrevem dentro de prazos”. Este prazo, podemos inferir, não parece carregar marcas de temporalidade cronológica ou institucional. Assim como abordados nas enunciações em Paulo, podem referir-se a um tempo acadêmico, um tempo de reflexão, que deveria ser continuado para possibilitar um andamento também continuado, de troca mais efetiva entre orientador e orientando; que possibilite um tempo de reflexão inclusive do orientador. Esta ideia aparece confirmada no enunciado (3).

A negação nas entrevistas no dizer e no dito de Paulo.

- | |
|--|
| <ol style="list-style-type: none">(4) se o seu orientando não tá no momento de produzir(5) eu sei que escrever é difícil, algumas coisas precisam se tornar pra isso(6) você então fica imobilizado não podendo continuar(7) Tem uma pista interessante, um achado legal. Mas um achado legal que não tá no meu nome. Né?(8) Eh: é importante que esteja tudo no meu nome? Não sei.(9) (não me sinto coautor de trabalhos) com os quais eu não criei uma afinidade maior, né? Com os quais eu acho que não tive uma implicação(10) E não gosto de me ver refletido no trabalho do outro. |
|--|

Tabela 2: Recortes enunciativos da entrevista de Paulo.

No enunciado (4) acima, podemos inferir que se trata de uma negação descritiva, primeiro porque, segundo Ducrot (1987), descreve um “estado de coisas”, o qual inclusive poderia ser parafraseado (o orientando precisa de momentos propícios para produzir). O contexto contribui como pista para esta interpretação, conforme vemos no recorte (5). Nele, através da forma verbal “sei”, o enunciador sugere que entende dois tipos de tempo: um tempo cronológico, que força os alunos a cumprirem prazos, e um tempo de reflexão, o tempo que segundo Paulo, em outros momentos de enunciação, deveria imperar na academia.

Esta negação descritiva é encontrada também no enunciado (6), pelo seu teor assertivo. Tal enunciado, parafraseado em “o orientador desenvolve seu trabalho” parece descrever uma condição para o fazer do orientador: o orientador só o é a partir das condições do aluno. Talvez por isso o enunciador revela sentir-se “refém” em seu trabalho de orientação. E por outro lado parece não receber retorno: um trabalho que, segundo o enunciador, é realizado no entrelace, mas que o exclui dos resultados, colocando-o a parte do produto final, (apenas) como um orientador – aquele que orienta, mas que não é parte intrínseca.

O recorte enunciativo (7) também parece ser importante para a discussão deste tema. Esta negação polêmica traz em seu escopo o pressuposto de que o achado poderia estar em seu nome. Com efeito rebaixador e mantendo os pressupostos, este enunciado opõe-se a um enunciador, aqui desconhecido, mas efetivo.

O enunciado “Não sei.”, que responde a pergunta “Eh: é importante que esteja tudo no meu nome?”, no enunciado (8), pode ser interpretada como negação polêmica. Isso porque entendo que duas vozes, uma ouvida, conhecida e disseminada na Academia de que o orientador sabe (ou deveria saber) todas as respostas. Assim, a primeira voz, “você sabe”, parece receber um tom de oposição: “não sei”. Aqui, discursivamente, parece caber um novo lugar para esse orientador: o lugar de ser humano, que sai do lugar de oráculo – e que inclusive pode sentir, pensar e opinar.

Ao defender o tema coautoria, o enunciador traz outra nuance digna de atenção. No enunciado (9), através da negação descritiva, sugere que a coautoria relaciona-se a questões mais subjetivas do que técnicas.

Já o enunciado (10) apresenta uma negação polêmica. Isto porque, parece contrariar uma ideologia: o orientador está refletido no trabalho do orientando. Pensamos que aqui caberia um ponto para discussão: será que para os demais envolvidos nesse processo (orientando, Sistema, etc.) já está cristalizada e naturalizada a crença de que para o orientador é suficiente ser reconhecido como “refletor” desse processo de pesquisa e escritura?

A negação nas entrevistas no dizer e no dito de Fátima.

(11)	uma coisa que ainda não foi investigada
(12)	eu me sinto (coautora)
(13)	Não acho que a orientação seja uma coisa só do aluno não
(14)	Vai deixar a coisa rolar de qualquer jeito? Não.
(15)	eu não digo coautora, mas corresponsável
(16)	eu nem nem nem nem tenho muita contradição com o aluno não.
(17)	mesmo que eu não seja citada diretamente.

Tabela 3: Recortes enunciativos da entrevista de Fátima.

No enunciado (11) temos uma negação descritiva. Uma paráfrase para a negação seria: “o tema foi investigado”. Esta negação contribui para a inauguração do sentido de que se sente coautora de trabalhos novos, se contribuem para a novidade, o que é apontado no recorte (12). Na negação, desta vez polêmica, encontrada no enunciado (13), o enunciador parece reforçar a ideia de construção conjunta da pesquisa. Aqui, o que está sendo rebaixado, contudo mantido, é o pressuposto de que o trabalho, o resultado é do aluno. Este sentimento de coautoria pode estar expresso no zelo do enunciado (14): a negação, novamente polêmica, encerra a ideia de subjetividade, de que o orientador tem direito a essa escolha.

Em (15), temos o único caso de negação metalinguística no corpus selecionado para este trabalho. Isto porque no mesmo enunciado aparece uma negação que contradiz os próprios termos da fala. Aqui, o enunciador parece jogar luz a um outro nível de participação no trabalho: em corresponsabilidade, em coconstrução. A negação polêmica do enunciado (16) traz subjacente a afirmação de que os orientadores têm problemas, embates com o aluno em relação à coautoria. Pensamos, portanto, ser produtiva uma pergunta, aqui: Se esses embates não ocorrem de forma direta, como os orientadores deixariam emergir a contradição no decorrer do processo de orientação?

Vejam a última negação, no enunciado (17). Nós a interpretamos como polêmica, pelo contexto da enunciação: “Mas eu me sinto feliz daquilo ser gerado, daquele estudo e eu to ali presente também, mesmo que eu não seja citada diretamente”. A afirmação subjacente não parece estar na não citação do orientador como coautor, mas na infelicidade que se lhes é gerada, ao não terem seus nomes reconhecidos como tais. Essa presença constante, que parece sair da significação de “bastidores” estaria em que nível? Ter o nome em coautoria nas pesquisas preencheria que lacuna para esses orientadores? A de produtividade técnica e textual (a pesquisa em si), ou a de reconhecimento material (o reconhecimento pela CAPES, por exemplo)?

Os dados do questionário de Cláudia

- (18) ausência de discussão aprofundada na área de Letras sobre a publicação de trabalhos em coautoria.
- (19) Falta de definição do papel do orientador como um possível coautor da dissertação.

Tabela 4: Recortes enunciativos do questionário de Cláudia.

Nestes enunciados não vemos a presença direta de negações, mas o que Ducrot (2001) chama de polaridades negativas. Nessas polaridades, a análise deve ser feita a partir de um enunciado morfológico ou semanticamente negativo. Vejamos como isso ocorre:

Em (18), “ausência de discussão” poderia ser substituído por “não há discussão”, o que leva à afirmação subjacente “deveria haver discussão aprofundada sobre publicação e coautoria.

O mesmo ocorre na negação descritiva em (19). Através dessa negação descritiva, o enunciador sinaliza que a afirmação parafraseada em “Existe definição do papel do orientador” está aquém da discussão de nível inclusive legal para a questão. Vemos, por exemplo, que, além de não aparecer na nova Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 (LDB), Lei infraconstitucional que rege a educação no Brasil, o tema não aparece nas discussões teórico-metodológicas, e nem sequer filosóficas dos autores que embasam a materialização da LDB.

Este enunciador sugere discursivamente que tal discussão foge de nível pessoal e relacional, devendo ser abordado, segundo podemos inferir, em nível formal.

Os dados do questionário de Fátima

- (20) culpa-se o orientador se o resultado não é dos melhores ou quando contém alguma falha maior
- (21) Eu, pessoalmente, não vivenciei a segunda situação enquanto orientadora
- (22) mas nda de tão polêmico
- (23) em que medida se deve ou não contribuir diretamente no texto dos candidatos

Tabela 5: Recortes enunciativos do questionário de Fátima.

Este enunciador sugere uma ampliação para o tema. No enunciado (20), temos uma negação descritiva. Esta negação poderia ser parafraseada em “os resultados devem ser os melhores”. Aqui, o enunciador não nega pressupostos ou emite uma opinião contrária ao pressuposto que aparece: reconhece apenas que nem sempre esse ideal se concretiza.

Daqui, podemos inferir a responsabilização atribuída ao orientador pelo resultado da pesquisa. Peso este que não é encontrado, segundo os enunciadores, quando a pesquisa resulta em bons frutos.

Já em (21) a negação descritiva (por ser assertiva) pode ser atribuída ao valor explicativo do enunciado, já que se pode esperar que se tenha esse tipo de experiência para assumir tal negação. Em continuidade aos sentidos construídos nesse enunciado, o enunciador argumenta: “mas já estive em bancas em que tal comentário surgiu, sempre na ausência do orientador.

Este tema aparece como continuação direta a outros momentos de enunciação. Na pergunta 10 do questionário surgem duas negações polêmicas, uma negando a polêmica das conversas entre os orientadores, em (22); e outra negando a certeza de que o orientador é contribuinte direto das pesquisas dos orientandos, (23), já que decide pelas verdades dessas contribuições, discutindo apenas a medida. Essas duas negações foram entendidas como polêmicas por não negarem pressupostos, mas por trazerem outras vozes e contradizê-las. (22) seria a voz do entendimento de que as discussões em torno de assuntos relevantes e feitas por profissionais da ciência teriam teor polêmico; (23) negando a voz que crê que os orientadores devem contribuir diretamente para as pesquisas.

Os dados do questionário de Raquel

(24) Uma orientação não levada a cabo de forma adequada leva a perder um programa

Tabela 6: Recortes enunciativos do questionário de Raquel.

No enunciado (24) o enunciador também traz à tona o tema em nível institucional – assim como Cláudia. Aqui, o enunciador aborda as sanções institucionais para o trabalho de orientação. Através dessa negação descritiva, reconhecemos a afirmação “uma orientação deve ser realizada de forma adequada”. Esta adequação, portanto, radia-se em níveis diferentes no meio acadêmico: em relação ao orientando (sucesso acadêmico do outro), em relação ao orientador (envolvimento e desgaste emocional) e em relação à instituição (responsabilização na forma como o Programa de Pós-Graduação será avaliado).

Negações em Ducrot: Considerações preliminares

Nos enunciados aqui avaliados, percebemos que as negações descritivas retratam as *condições práticas* do fazer do orientador, que parece seguir as condições que lhes são possíveis em seu trabalho de orientar. Já as negações polêmicas abordam o *ideal* desse fazer, polemizando tais questões e identificando-se como reflexivo. A única negação metalinguística sugere uma *ressignificação* para o fazer do orientador: de coautor a corresponsável. Assim, avaliar os enunciados pela perspectiva teórico-metodológica de Ducrot (1987) contribui também para a identificação da imagem desse orientador.

A polifonia das crenças

- (25) as diferenças entre as políticas de coautoria na área de Humanas (nesta área, a coautoria é vista como prática duvidosa) e nas áreas Biomédicas e Exatas (nestas áreas, a coautoria é incentivada). (Cláudia)
- (26) O orientando achar que orientador está SEMPRE ao dispor do orientado (Raquel)
- (27) sempre se elogia o candidato quando o trabalho fica bom, mas culpa-se o orientador se o resultado não é dos melhores ou quando contém alguma falha maior” (Fátima)
- (28) os trabalhos de orientação, como nas áreas das exatas deveriam ser publicados em ambos os nomes sem qualquer questionamento (Raquel)

Tabela 7: Recortes enunciativos dos diversos participantes

Ao proceder à análise desses enunciados, encontramos espaço para uma outra aplicação: essas crenças sobre a coautoria nos trabalhos acadêmicos, mais especificamente nas dissertações de mestrado, representam apenas estes enunciadores, ou trazem outras vozes?

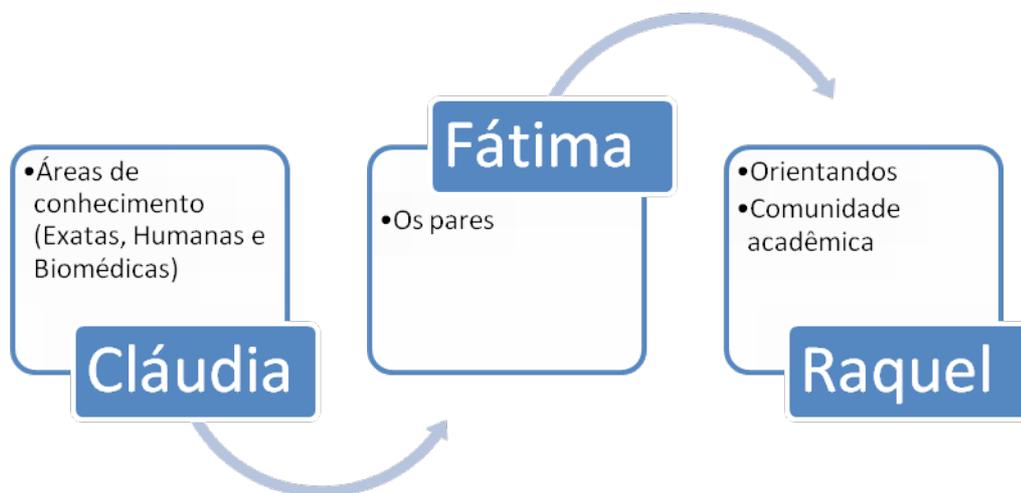
Essas vozes soaram importantes para que pudéssemos ver como e para que fim foram trazidas as outras vozes para o enunciado. Ao olhar o cópuz nesta perspectiva, pudemos encontrar algumas marcas de polifonia, como no enunciado (25) acima. Entendemos que, ao argumentar sobre a polêmica da coautoria, este enunciador traz para duas vozes: a voz de profissionais da área de Humanas e a voz de profissionais das áreas de Biomédicas e Exatas. Aquela, para reforçar a polêmica; esta, para dar autoridade ao argumento de que a coautoria pudesse ser naturalmente repensada e trazida para a área de Humanas.

Outra voz trazida pelos enunciadores foi a do orientando. No enunciado (26), o mesmo é destacado como aquele que, além de autor, se consideraria “servido” pelo seu orientador. Existe uma marca bastante presente neste recorte que aponta para a relação entre orientando e orientador. Quais seriam os limites? Quem os definiria? Por que o orientador seria, como contido no enunciado de Paulo, um “refém”, nesse processo todo?

Distinguem-se outras vozes nas enunciações (27) “sempre se elogia o candidato quando o trabalho fica bom, mas culpa-se o orientador se o resultado não é dos melhores ou quando contém alguma falha maior” e (14) “Por isso que a gente ... né? Vai deixar a coisa rolar de qualquer jeito? Não”, ambas do mesmo enunciador, e em fases diferentes da pesquisa. Em (27), apesar de não estarem explícitas, podemos entender que essas vozes são os participantes de bancas de defesas; ou seja: outros orientadores, portanto, pares desses sujeitos. Tal enunciado pode dar margem para uma outra questão a ser levantada: se esses orientadores percebem o processo como subjetivo, mas doloroso, porque julgariam seus pares, saindo do lugar da empatia? Por que esse nível de cobrança mesmo entre os pares, não em relação ao trabalho em si, mas em relação ao processo de orientação? Esta seria uma pista de que realmente identificam esses pares como coautores? Já em (14), podemos inferir uma ideia de inclusão, que daria peso e reconhecimento ao enunciado, já que este enunciador não estaria sozinho nesta prática que poderia ser dura: ser rigoroso.

Outra marca de polifonia é a voz da comunidade acadêmica como um todo, que também parece ser trazida para o enunciado, como em (28), em que as Exatas poderiam servir como referência para as demais.

Neste cópuz, poderíamos ver marcas de polifonia, que parecem ser trazidas ou para justificar as angústias ou para autorizar os argumentos, assim resumida:



Os enunciadores de uma imagem.

A atual concepção de autoria desses enunciadores, se vistos nos termos de Maingueneau, é a de autor responsável. Isto porque relatam que são responsabilizados pelos trabalhos aquém do esperado, relatando inclusive que os participantes das bancas fazem comentários negativos na ausência desses orientadores.⁹ A queixa que parece surgir é que quando o resultado é positivo eles não são responsabilizados pelos méritos, deixando de ser fiadores e passando a... Não sabem. Porque aí não lhes caberia uma concepção de autoria, mas de orientação.

A relação entre orientador e orientando parece caber na segunda concepção de autoria defendida por Maingueneau, em que “o autor entra em redes, tem relações”.

Finalizamos esta seção apontando o que parece surgir desses enunciados, endossado em Maingueneau: “não mais do que o autor, a imagem do autor não é um ponto fixo, sequer uma zona de contato entre instâncias estáveis: é uma fronteira móvel, a resultante de um jogo de equilíbrio instável em reconfiguração permanente.” (p. 152). Fato que talvez dê aos orientadores uma visão de autoria diferente do que é difundido, a construção de uma outra imagem de autor de dissertações.

Retomando a questão: A autoria - de Foucault aos Orientadores

As questões provocadas pelo presente corpus, provocam outras perguntas que possibilitam discussões no mínimo complexas: ao reivindicarem a coautoria nos trabalhos dos alunos, estariam sinalizando exatamente o quê? Apenas um nome na capa de um trabalho? Um reconhecimento prático, gerado pela pontuação da produção acadêmica – já que sinalizam que orientar é menos reconhecido academicamente do que produzir textos? Nesse sentido, por que será que não lhes parece ser suficiente serem chamados de orientadores? Ou será que o que esses orientadores reivindicam é a “função autor”?

Consciente da complexidade das perguntas acima, e da necessidade de amplos e longos debates para esmiuçá-las, aproveitamos para ampliá-las a partir de um outro ponto de vista, trazendo-lhes um contraponto. Se, segundo Foucault, na constituição de uma obra, há que haver “o princípio de uma certa unidade escrita” (p. 18), como ficaria a questão da coautoria a partir desse prisma? A unidade escrita teria referência em quem? Ou ao orientar, essas marcas semióticas do orientador naturalmente aparecem no

⁹ Apesar de Maingueneau explicitar que o autor-fiador é responsável pelo peritexto (p. 143), não conseguimos deixar de aplicar desta forma a este contexto, mesmo incorrendo na transgressão.

trabalho do aluno (margem para esta questão está nos enunciados aqui analisados, em que alguns enunciadores citam a revisão de texto de seus alunos).

A pergunta é: aquele trabalho daquele orientando marca quem? Teria a marca representativa do nome daquele orientador, ou marcaria a iniciação científica do aluno orientado? Ao olhar o conjunto da obra, aquele trabalho de dissertação carregaria marcas fortes e identificadoras daquele orientador? Ou o questionamento desses orientadores é menos simples do que isso?

Por outro lado, a própria fala de Foucault dá guarida a um outro nível de reflexões: “ela (função autor) não remete pura e simplesmente a um indivíduo real, ela pode dar lugar simultaneamente a vários egos, a várias posições-sujeito que classes diferentes de indivíduos podem vir a ocupar” (p. 20) . Seria o caso de o orientador vir a ocupar a posição de autoria em um outro nível? Poderia existir um outro nível de autoria que não o da coautoria?

Esta última pergunta soa-me mais com um tom de proposta. Foucault mesmo assume que dá um sentido restrito ao termo autor (p. 20). Vejamos: Foucault defende que há momentos em que a função autor excede sua própria obra, possibilitando outras novas obras. Nesse sentido, poderíamos pensar que a função de coautoria do orientador poderia estar para além de fazer um texto? Este orientador estaria possibilitando o texto do aluno a partir de um outro nível de texto (conhecimento, experiência, incitações...)? Então seria um outro nível de autoria?

O próprio Foucault reconhece que estas são reflexões iniciais sobre o tema autoria, e provoca, ele mesmo aos seus ouvintes, a fomentarem o tema, tratando-o por incipiente, mas relevante visto desta maneira. Tratar este corpus a partir dessa perspectiva pode ser produtivo no sentido de pensar não apenas a questão da autoria, nem em que consiste a autoria, mas de que nível de autoria estes enunciadores estão falando.

Considerações finais

Este trabalho procurou investigar o discurso do professor orientador de pesquisas acadêmicas em nível de mestrado, concentrando-se nas suas crenças sobre o conceito de autoria e coautoria. Os dados foram gerados em uma entrevista realizada com seis orientadores de três esferas universitárias: estadual, privada e federal; e a partir de um questionário, respondido pelos sujeitos em segundo momento da pesquisa. Tais dados fizeram emergir o tema em destaque neste trabalho, apesar de as perguntas não tocarem diretamente o assunto.

As análises linguísticas, realizadas a partir de conceitos da Análise do Discurso francesa (AD), dão a possibilidade de interpretação de que existe a crença de que os orientadores são, na prática, coautores das pesquisas de seus orientandos. Contudo, foi na triangulação dos dados que percebemos a complexidade e os desdobramentos do tema. Se no questionário parece surgir uma reivindicação de coautoria, na entrevista eles apontam que a função do orientador é estar à margem. Isso se revela também na angústia de não se poder fazer nada mais do que incentivar.

O que em tese os sujeitos desta pesquisa chamaram de “coautoria”, na justificativa e na argumentação parece basear-se em responsabilizações e em “corresponsabilidade”, conforme escolha lexical de Fátima. Foi então que surgiu uma outra pergunta para futuras reflexões: será que a reivindicação de coautoria seria uma forma de compensar o desgaste emocional, e não necessariamente o apoio técnico-científico?

Além disso, parece conviver com a crença da coautoria uma outra: a da retroalimentação. Tanto Consuelo quanto Rafaela sugerem, em seus recortes

discursivos, que a orientação retroalimenta seus conhecimentos (visto nos recortes “se sente contribuinte...?” e “Por que orienta”, respectivamente. Recortes esses trabalhados em outros momentos da minha dissertação).

Mas supomos que emerge uma ausência nesta questão: a ausência de um termo que abarque a definição de autoria, trazida por esses sujeitos, que parece não ter o mesmo teor de autoria clássica, como conhecemos - parece ser um trabalho de outro nível. Assim como esperamos ter ficado claro ser este um tema bastante polêmico e subjetivo, visto que nem a literatura o desenvolve exaustiva e definitivamente, nem as pesquisas o tem explorado de forma a diminuir as lacunas. Daqui, ficam as possibilidades de outras reflexões, ainda que no dissenso, como acontece em outros tópicos de discussão, mas que possibilitam ao menos que as discussões sejam ampliadas e refletidas.

Referências Bibliográficas

ALVEZ-MAZZOTI, Alda Judith. O planejamento de pesquisas qualitativas p. 147-177. In: ALVEZ-MAZZOTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1999. p 129- 146.

BARTHES, R. *A morte do autor*. O Rumor da Língua. São Paulo: Martins Fontes, 2004

DUCROT, O. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In.: DUCROT, O. *O dizer e o dito*. São Paulo: Fontes, 1987. 161-218.

FOUCAULT, M. O que é um autor? In. FOUCAULT, M. Ditos e escritos: Estética – literatura e pintura, música e cinema (Vol III). RJ: Forense Universitária, 2001. P. 264-298.

GUIMARÃES, S. A. H. *Trazendo à baila a voz que fomenta pesquisas em linguagem: uma análise crítica do discurso do professor-orientador através do Sistema de Transitividade*. Dissertação de Mestrado. UERJ, 2011, 200 p.

MOITA LOPES, L. P. Linguística Aplicada e Vida Contemporânea. In: MOITA LOPES, L. P. (org). *Por uma linguística indisciplinar*. 2 ed. São Paulo: Parábola, 2008. p. 85-107

MAINGUENEAU, D. A noção de autor em Análise do Discurso. In: *Doze conceitos em Análise do Discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 25-47.

_____. Imagem de autor: não há autor sem imagem. In: *Doze conceitos em Análise do Discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 138-156.

MURILLO, L. F. R. *Uma proposta de interface entre dois domínios da análise de discurso: a linha francesa e a sua relação com a teoria crítica do discurso*. Disponível em: <http://www.discurso.ufrgs.br/>. Acesso em: Novembro, 2010.

Anexo 1: transcrição das entrevistas

Rafaela (...) Tem uns que- fazem uma coisa muito linear. Fulano falou isso. Aí fulano falou aquilo. E PRONto, né? Aí então até dizer que tem

um quadro todo aqui...e eles tão falando assim...entao tudo isso eu acho interessante, Essa produção. Às vezes ficam muito tempo sem produzir nada. Eu fi- eu fico aflita. Depois vou ter que ler, dar retorno. (...) MEUS mestrandos, entendo eu, eles estão, eles escrevem BEM: devagar, eles deMO:ram escrever. Aí de repente aparecem com uma porção de capítulos.

Paulo Ah, gera uma certa: ansiedade a coisa da- orientação, é certo isso, porque e- você muitas vezes se sente muito refém do outro, você eh: por mais que você fale discuta oriente peça coisas e tal, se o aluno, se o seu orientando não tá no momento de produzir de escrever e eu sei que escrever é difícil, algumas coisas precisam se tornar pra isso, eh, você então fica imobilizado não podendo continuar. Na verdade isso angustia (...) Eu vou te dizer o seguinte, eu vou te dizer que eu me si:nto: em MUItas situações de de orientação numa situação bastante: eh complicada. Eu já me vi. lendo trabalhos de orientandos meus eu já. Até passado já. Orientação que encerrou, e tal, eu olho, relendo algumas coisas e digo assim puxa vida, foi eu que conversei sobre isso aqui. Eu disse isso daqui. Tem uma pista interessante, um achado legal. Mas um achado legal que não tá no meu nome. Né? Eh: é importante que esteja tudo no meu nome? Não sei. De alguma for:ma eh: eu gosto de eh: reconhecer aquilo que eu faço. Né? e aquilo ali tem a minha marca, tem a minha mão. Então eu me sinto assim? me sinto sim, me sinto coautor daquilo que tá ali sim. Eu vou te dizer que em 90% dos casos, sei lá, né? aqueles casos eu reservo de trabalhos que: com os quais eu não criei uma afinidade maior, né? Com os quais eu acho que não tive uma implicação. Há trabalhos assim. Também. E aí eu vejo eh: que muito pouco de mim eu consegui deixar ali como minha marca. Mas eu acho que na maioria das vezes sim. E não gosto de me ver refletido no trabalho do outro. É uma contradição = Você tem que orientar, você tem que dizer coisas ali, repetir, você aponta caminhos, e depois quando você vê o caminho que você apontou como sendo autoria do outro sem qualquer forma de reconhecimento, né? Porque muitas vezes o aluno deixa de perceber que ele pode dizer assim esta pista me foi dada por fulano numa aula tal, assim, assim. Isso é importante como uma citação. Né? Eu acho importante, né? Então eu acho que já me vi várias vezes numa situação como essa.

Consuelo: (O tema não surge)

Cláudia (O tema não surge)

Fátima Ah: eu: eu me si:nto mui:to: corresponsável por aquilo que tá sendo feito. entÃO: se a gente tá investigando uma coisa que ainda não foi investigada, ou que já foi investigada de um jeito e a gente tá vendo de outro, eu me sinto ... que est- através da orientaÇÃO. Não acho que a orientação seja uma coisa só do aluno não. Eu me sinto: ali presente. Então o sucesso ou ou. Por isso que a gente ... né? Vai deixar a coisa rolar de qualquer jeito? Não. Eu me sinto coautora correspons- eu não digo coautora, mas corresponsável. Então... eh: eu sinto que é uma forma de contribuir sim. Às vezes até às vezes mais. Em alguns casos até mais. Do que o que você ta fazendo sozinha, entende? Ter orgulho do trabalho que foi feito. A gente trabalhou jun:to, pensou jun:to, chegou num cam- né? E e ... é do aLUno. O nome é do aluno, o aluno não sei quê, eu nem nem nem nem tenho muita contradição com o aluno não. Mas eu me sinto feliz daquilo ser gerado, daquele estudo e eu to ali presente também, mesmo que eu não seja citada diretamente.

Raquel (O tema não surge)

Anexo 02: os dados do questionário

Rafaella (O tema não surge)

Paulo	(O tema não surge)
Consuelo:	(O tema não surge)
Cláudia	<p>Nível Institucional: (...) ausência de discussão aprofundada na área de Letras sobre a publicação de trabalhos em <u>coautoria</u> com orientandos e as diferenças entre as políticas de <u>coautoria</u> na área de Humanas (nesta área, a coautoria é vista como prática duvidosa) e nas áreas Biomédicas e Exatas (nestas áreas, a coautoria é incentivada).</p> <p>Nível Legal: Falta de definição do papel do orientador como um possível co-autor da dissertação.</p>
Fátima	<p>Nível Pessoal: acho que há uma cultura na academia que me aborrece um pouco: sempre se elogia o candidato quando o trabalho fica bom, mas culpa-se o orientador se o resultado não é dos melhores ou quando contém alguma falha maior. Eu, pessoalmente, não vivenciei a segunda situação enquanto orientadora, mas já estive em bancas em que tal comentário surgiu, sempre na ausência do orientador. Esse comentário tem a ver com o que apontei em minha resposta à pergunta 10¹⁰.</p>
Raquel	<p>Nível Pessoal: O orientando achar que orientador está SEMPRE ao dispor do orientado, que não tem direito a férias, que responde emails a toda e qualquer hora.</p> <p>Nível Relacional (orientador/orientando): O fato de o trabalho de orientação ser exaustivo emocionalmente.</p> <p>Nível Institucional: Uma orientação não levada a cabo de forma adequada leva a perder um programa – isto é muito desgastante – mas há pouco o que fazer.</p> <p>Nível Legal: O trabalho de orientação É EM CONJUNTO. Há poucos alunos que realmente fazem o trabalho de pesquisa sozinho. Há pouquíssimos alunos que reconhecem que metade ou mais ideias e textos são verdadeiramente seus – os trabalhos de orientação, como nas áreas das exatas deveriam ser publicados em ambos os nomes sem qualquer questionamento.</p>

¹⁰ O comentário refere-se à pergunta “Costuma ocorrer alguma divergência nessas conversas? Se sim, de que tipo?”, cuja resposta foi: Às vezes, mas nda de tão polêmico. O que às vezes ocorre é aquela discussão sobre em que medida se deve ou não contribuir diretamente no texto dos candidatos.

DESCRIÇÃO DE EXPRESSÕES FIXAS COM *NOMES DE PARTES DO CORPO* DO PORTUGUÊS BRASILEIRO PARA FINS COMPUTACIONAIS.

Vangevaldo Cardoso dos Santos*

Resumo: Este trabalho enfoca um estudo descritivo e formalizado de expressões fixas do português brasileiro, especialmente aquelas constituídas de *nomes de partes do corpo*, com **estrutura argumental verbal** (*abrir mão, dobrar a língua, bater boca*), com intuito de inseri-las em um ambiente computacional para processamento automático da linguagem natural, com vistas à correção de falhas, que possam prejudicar a qualidade de um texto, especialmente quando processado automaticamente.

Palavras-chave: Linguística Computacional, Processamento de Linguagem Natural, expressões fixas, descrição e formalização.

Abstract: This work focuses on a descriptive and formalized study of fixed expressions in Brazilian Portuguese, especially those consisting by names of parts of the body, with a **verbal argument structure** (*abrir mão, dobrar a língua, bater boca*) with a view to incorporating them into a computing environment for automatic processing of natural language, in order to fix flaws that could undermine the quality of a text, especially when automatically processed.

Keywords: Computational Linguistics, Natural Language Processing, fixed expressions, description and formalization.

INTRODUÇÃO

Na Linguística Computacional, o homem procura fazer uma interação entre a linguística e a informática¹. Para Othero (2006, p. 341), a Linguística computacional é a parte da ciência linguística que se preocupa com o tratamento computacional da linguagem. A Linguística Computacional surge como uma área responsável em investigar a possibilidade de um tratamento computacional tanto da linguagem como das línguas naturais. Com a tentativa de se fazer uma comunicação entre o homem e a máquina, por meio da elaboração de programas que tenham a capacidade de processar e manipular, com eficiência, cada vez mais, diversos tipos de informações dadas pelo homem, nasce, assim, o Processamento Automático de Linguagem Natural (PLN). Em Othero (2006, p. 343), o PLN pode ser entendido como uma subárea da Linguística Computacional, e se preocupa diretamente com o estudo voltado para a construção de *softwares*. Também cabe à área do PLN a construção de programas capazes de interpretar e/ou gerar informações em linguagens naturais. Mas devido aos vários aspectos da língua natural, sempre foi um grande desafio, tanto para os linguistas como para os informatas, criar softwares eficientes que trabalhem com a língua natural transposta para uma língua artificial, capaz de ser executável em um ambiente computacional.

* Mestre em Estudos Linguísticos – UFES / ES.

¹ Segundo Youssef e Fernandez (1988, 25-26), a palavra informática surgiu na década de 1960 como uma nova ciência, e esse termo foi criado pela junção dos vocábulos informação e automática.

APRESENTAÇÃO DO TEMA

Este trabalho apresenta um estudo descritivo e formalizado das expressões fixas com *nomes de parte do corpo*, com **estrutura argumental verbal**, para a elaboração de dicionário eletrônico.

Segundo Makkai (1978), as expressões fixas são numerosas em qualquer língua, e conforme Gross (1988), a fixidez é uma característica universal das línguas naturais. Essa fixidez se dá a partir do momento em que os significados das palavras não podem ser entendidos pela soma dos seus constituintes. Por exemplo, em Eder **bateu perna** no shopping, deve ser interpretado como: Eder **andou muito**. Chegou-se a esse entendimento porque o significado da unidade lexical **bater perna** não foi deduzido da soma dos valores das palavras que compõem tal unidade, constituindo, assim, uma expressão fixa. Assim sendo, não se tem em uso a expressão Eder **bateu braço**, pois essa não adquire outro sentido além do literal.

Ainda, uma expressão fixa, como **esfriar a cabeça**, não pode ser interpretada por relações de significados. Se isso acontecer, tem-se um problema na interpretação, pois sua soma é constituída por uma combinação lexical metafórica, como afirma Basílio (2004).

De acordo com Vale (2001, p. 3-4), as expressões são um problema de peso quando olhadas com mais vagar. No aspecto sintático, as expressões cristalizadas² são frases aparentemente normais, semelhantes às frases "comuns". Já no aspecto semântico, elas são, em geral, imediatamente interpretadas pelos falantes com seu significado idiomático, e não pela soma dos sentidos literais das palavras que as compõem.

Garrão (2001, p. 2) argumenta que dentre os vários problemas linguísticos com os quais um programa de tradução se depara, há uma questão particularmente relevante, que é a de reconhecimento e gerações de expressões fixas. Por isso, a descrição das estruturas e de suas propriedades morfossintáticas e semânticas são condições para que elas possam ser inseridas em um dicionário eletrônico.

Portanto, para inserir as expressões fixas *com nomes de partes do corpo* em um programa de PLN, faz-se necessário realizar um estudo ancorado em critérios linguísticos, passando por um quadro descritivo, representativo e formalizado. Com isso, tem-se a possibilidade de viabilizar a elaboração de um dicionário eletrônico, com o intuito de melhorar a qualidade de programas computacionais em PLN.

Assim, para o PLN a descrição de expressão fixa deve seguir uma:

² O autor caracteriza as expressões fixas como expressões cristalizadas.

- a) Análise;
- b) Descrição;
- c) Formalização.

A análise das estruturas lexicais das expressões fixas por meio dos critérios sintático-semânticos se baseia no julgamento e aceitabilidade dos falantes nativos. Conforme salienta Smarsaro (2004, p. 36), durante a análise dessas expressões, são detectadas ambiguidades lexicais relativas às propriedades gramaticais. As entradas seguidas por esse processo de análise serão classificadas e codificadas de modo a especificar as propriedades gramaticais e morfológicas essenciais: número, variações eventuais e formas verbais flexionadas.

Selecionou-se um *corpus* com 175 expressões fixas a partir de dicionários de língua (impressos e digitais), de jornal impresso (A Tribuna) e por informantes da comunidade linguística local.

As expressões fixas selecionadas foram analisadas através de uma descrição mais pormenorizada das suas propriedades, obedecendo alguns critérios sintático-semânticos para identificá-las como expressões fixas. A partir do estudo descritivo, ancorado em critérios formais, fez-se, então, a formalização. Essa formalização viabiliza a possibilidade de implementações e aplicações computacionais. Após essa formalização é possível inserir as expressões fixas em um software como o Unitex³ para o tratamento de textos em língua natural.

Este trabalho está ancorado na teoria do Léxico-gramática (GROSS, 1975), por ser uma teoria experimental, que tem como propósito designar uma metodologia e uma prática efetiva de descrição manual sintático-semântica do léxico de uma língua. Assim, o Léxico-gramática exige que o *corpus* analisado e descrito seja formalizado/codificado.

Para Laporte (2008, p. 4) os resultados suficientemente formais permitem:

- uma verificação pela confrontação com a realidade do uso;
- uma aplicação ao tratamento automático das linguas.

O Léxico-gramática determina que a partir dos resultados da descrição se criem tábuas chamadas de tabelas ou matrizes. Essa tabelas são "matrizes binárias que descrevem as propriedades de certas palavras" (PAUMIER, 2006, p. 2). São elas que cruzam os itens

³ "O Unitex é um conjunto de programas que possibilitam a tratamento de textos em língua natural utilizando recursos linguísticos. Esses recursos encontram-se sob a forma de dicionários eletrônicos, gramáticas e tábuas de Léxico-gramática e tem origem nos trabalhos desenvolvidos pelo linguista Maurice Gross no *Laboratoire d'Automatique et Linguistique* (LADL). A criação desse software tem como objetivo descrever as palavras simples e compostas de uma língua, associando a cada uma um lema e uma série de códigos gramaticais, semânticos e flexionais" (PAUMIER, 2006, p. 2). Diferente dos outros dicionários usuais, o dicionário proposto no Unitex se define como um programa de processamento de texto com dados linguísticos.

lexicais com as propriedades morfossintático-semânticas, e os resultados obtidos constituem uma base de informações sintático-semânticas (GROSS, 1975).

A DESCRIÇÃO

A elaboração de um banco de dados no formato de um dicionário eletrônico de qualquer língua natural exige uma boa cobertura descritiva do léxico dessa língua. Segundo Smarsaro (2004, p. 16), o tratamento automático requer das línguas uma descrição sistemática o mais completa possível, pois a insuficiência de dados linguísticos pode gerar falha no processamento automático. Portanto, deve-se analisar morfologicamente os traços pertinentes de cada item lexical na sentença; levando-se em consideração a coordenação sintática, os atributos e suas funções sintáticas e os aspectos semânticos, observando se os significados das palavras que compõem o item lexical relacionam-se entre si ou se apontam para outro significado.

Sem as descrições coerentes dos dados linguísticos, o processamento automático fica bastante comprometido e sujeito a falhas. Por isso, a qualidade dos softwares (PLN) depende da qualidade das descrições linguísticas de um léxico.

OS CRITÉRIOS DE IDENTIFICAÇÃO DAS EXPRESSÕES FIXAS VERBAIS

A análise das propriedades internas das estruturas linguísticas das expressões fixas, ancorada no Léxico-gramática, seguirá os seguintes critérios:

- a) critérios morfológicos:
- b) critérios sintáticos:
- c) critérios semânticos.

Seguindo o estudo de Smarsaro (2004), a aplicação dos critérios também será feita, levando-se em conta as distribuições sintáticas dos componentes de cada sequência e a interpretação linguística também. Isso porque, só um nativo ou um grande pesquisador da área, naquela língua, é que pode julgar se uma sequência é uma expressão fixa ou não (livre).

APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS

Critério morfológico:

- a) **Variação em número de N**

Segundo as gramáticas tradicionais, os substantivos podem sofrer variação em número, gênero e grau. Entretanto, as expressões fixas, por serem fixas, costumam ter restrições quanto às regras gramaticais. Tais restrições são indícios de fixidez. Para comprovar se há realmente fixidez, o elemento substantival (N) da estrutura argumental verbal VartN da expressão será submetido à flexão em número, como no exemplo abaixo:

- (1) Eder e Marcelo *torceram o nariz* para Mônica no trabalho.
- (1a) *⁴Eder e Marcelo *torceram os narizes* para Mônica no trabalho.
- (1b) Eder *torceu o nariz* para Mônica no trabalho.
- (2) Eder *queimou a língua* quando acusou Marcelo injustamente.
- (2a) *Eder e Kátia *queimaram as línguas* quando acusaram Marcelo injustamente.
- (2b) Eder e Kátia *queimaram a língua* quando acusaram Marcelo injustamente.

Pode-se perceber que, contrariando algumas normas gramaticais, tanto em (1a) quanto em (2a), os substantivos *nariz* e *língua* permaneceram invariáveis, apesar dos sujeitos das frases estarem no plural.

A grande maioria das expressões fixas, de estrutura argumental VartN, o substantivo (N) sempre será apresentado no singular, como ocorreu em (1a) e (2a), independentemente do sujeito no enunciado estar ou não no singular.

Também existem aquelas expressões fixas em que o N sempre aparecerá no plural:

- (3) Eder *deu as caras* por aqui, depois foi embora.
- (3a) *Eder *deu a cara* por aqui, depois foi embora.
- (3b) Eder e Marcelo *deram as caras* por aqui, depois foi embora.

Critérios sintáticos:

a) Distribuição sintática dos itens lexicais.

Para avaliar a fixidez de uma expressão, faz-se necessário observar as distribuições sintáticas dos seus componentes em uma dada sequência e, a partir daí, analisar se essa distribuição conserva ou não o sentido da expressão, como abaixo:

- (4) Eder *esquentou a cabeça* durante a avaliação num concurso.
- (4a) **a cabeça* de Eder esquentou muito e ferveu.
- (4b) **a cabeça* de Eder foi esquentada em fogo baixo.
- (4c) *Eder queimou a mão quando a encostou na *cabeça quente*.

⁴ O código (*) representa uma sequência inaceitável em consonância ao sentido da expressão fixa em relação às restrições impostas por essa expressão.

O verbo *esquentar*, como parte da expressão, não se enquadra como uma ação praticada pelo sujeito na frase, mas se refere a um estado e que esse sujeito se encontra, referindo-se a uma **preocupação** ou até mesmo uma **aflição** por causa do concurso. A distribuição sintática dos itens acima comprova a restrição do item lexical *esquentar a cabeça*, caracterizando-a como uma expressão fixa. Assim, a partir da distribuição sintática, pode-se observar como cada elemento lexical se comporta nas frases, se a unidade de significado da expressão é mantida, se foi alterada ou se houve total perda do seu sentido.

b) Negação obrigatória

Apesar de não ser uma constância, algumas expressões fixas aparecem, obrigatoriamente, precedidas de uma forma negativa, como abaixo:

(5) Todos se foram, mas Eder *não arredou o pé* da festa.

Muitas vezes, a forma negativa de uma sequência, como em *não arredar o pé*, pode-se perfeitamente substituir o *não* por outras formas negativas sem o comprometimento de seu sentido:

(5a) Todos se foram, mas Eder (*não + nem + sequer + nunca + jamais*) *arredou o pé* da festa.

A forma negativa *não* pode também ser substituída pela forma *ninguém*:

(5b) O dia amanheceu, mas *ninguém arredou o pé* da festa.

A negação também pode ser a preposição *sem*:

(5c) Todos continuaram *sem arredar o pé* da festa.

A negação também pode estar ausente, mas sem perder a noção de negação:

(5d) Por que Eder ia *arredar o pé* daqui?

(5e) Eder vai ter que *arredar o pé* daqui.

(5f) Quando Eder *arredar o pé* daqui...

c) Inserção de um elemento lexical

Algumas expressões fixas tendem a não aceitar inserção de nenhum elemento lexical em seu grupo constituinte. Se isso acontecer, tem-se o total comprometimento do sentido da expressão:

(6) Eder *salvou o pescoço* de Marcelo.

- (6a) Eder *salvou* (**bastante* + **logo* + **muito* + **de imediato*) o *pescoço* de Marcelo.

Entretanto, é perfeitamente possível inserir o item lexical *logo* em determinadas expressões:

- (6b) Até Eder *deu as caras* na festa.
(6c) Até Eder *deu (logo) as caras* na festa.

Portanto, dependendo do item lexical, essa inserção é totalmente possível sem causar nenhuma perda para o significado da expressão fixa, como em (6c) e abaixo:

- (6d) Eder *livrou a cara* para não ser preso pela polícia por fraude.
(6e) Eder *livrou a (própria + sua) cara* para não ser preso pela polícia por fraude.

Em (6e), a ocorrência do adjetivo *próprio* e do pronome *sua* entre o artigo feminino *a* e o substantivo *cara*, fazendo referência ao sujeito do enunciado, não desfez a fixidez da expressão *livrar a cara*.

d) Determinante obrigatório

Nas expressões verbais, de estrutura argumental VartN, a sua fixidez se dá a partir da junção obrigatória de determinantes específicos entre V e N, que podem ser:

- **Determinante indefinido:**

- (7) A irmã de Eder mal casou e já *carrega uma barriga*.

Essa expressão fixa é mais conhecida no estado do Maranhão. Trata-se de uma expressão regional, que significa *estar grávida*. Se trocar o determinante indefinido feminino *uma* pelo determinante *a*, tem-se, então, a quebra do seu sentido, e, por conseguinte, a perda de sua fixidez:

- (7a) A irmã de Eder mal casou e já *carrega (uma + *a) barriga*.

Entretanto, em algumas expressões fixas, como *conseguir uma boca*, há a possibilidade da troca do determinante indefinido por outros determinantes sem comprometer sua fixidez:

- (8) Será que Eder *conseguirá uma boca* na empresa do amigo?
(8a) Será que Eder *conseguirá (uma + aquela + outra + alguma) boca* na empresa do amigo?

Em (8a), a troca do determinante indefinido *uma* pelos determinantes *aquela*, *outra*, *alguma* não desfaz o seu sentido, que pode ser entendido como uma oportunidade de emprego.

- **Determinante definido:**

Em algumas expressões fixas não é possível substituir o determinante definido por certos determinantes, como abaixo:

(9) Eder fez Marcelo *dobrar a língua* diante de todo o mundo.

(9a) Eder fez Marcelo *dobrar (a + *uma + *esta + *aquela + *a maioria das + *ambas + *alguma + *diversas) língua(s)* diante de todo o mundo.

A expressão fixa *dobrar a língua* tende aceitar certos determinantes possessivos como *minha, sua e nossa* sem a perda de sentido:

(9b) Eder fez Marcelo *dobrar (a minha + a sua + a nossa) língua* diante de todo o mundo.

Essa possibilidade só acontece, como em (9b), porque os determinantes possessivos não substituem o determinante definido feminino *a*, mas apenas são acrescentados à expressão. Assim, o sentido figurado da expressão fixa em (9) e (9b), que significa fazer alguém se reconsiderar, ou até mesmo falar com respeito, é mantido.

Critérios semânticos:

a) Ruptura paradigmática

Em uma sequência fixa, de estrutura argumental VartN, a possibilidade de se fazer um paradigma distribucional com N é praticamente nula:

(10) Eder *passou a perna* em Marcelo e ficou com todo o lucro da empresa.

(10) Eder *passou a (perna + *mão + *unha)* em Marcelo e ficou com todo o lucro da empresa.

A tentativa de substituir paradigmaticamente o substantivo (N) *perna* por outros na expressão fixa *passar a perna* desfaz o sentido da expressão, ocasionando uma ruptura paradigmática.

Ainda sim, há certos casos em que é possível se fazer um paradigma do N por outros sem a perda de sentido, não havendo, portanto, ruptura paradigmática:

(11) Eder *torceu o nariz* para Marcelo.

(11a) Eder *torceu o (nariz + rosto)* para Marcelo.

(12) Eder *mostrou as unhas* para Marcelo.

(12a) Eder *mostrou as (unhas + garras)* para Marcelo.

Em (11a), a substituição do substantivo *nariz* por *rosto* na expressão fixa *torcer o nariz* não ocasiona perda de sentido da expressão. Isso acontece também com a expressão fixa *mostrar as unhas*, como em (12a).

b) Substituição do verbo por outro com sentido próximo.

Em determinadas expressões fixas, a fixidez impede que se faça uma substituição do verbo por outro verbo sem desfazer o sentido da expressão, como abaixo:

(13) Eder *cortou as asas* do funcionário que só chegava atrasado.

(13a) Eder (*cortou* + **amputou* + **deceitou*) *as asas* do funcionário que só chegava atrasado.

(14) Eder *livrou a cara* do amigo de uma encrenca.

(14a) Eder (*livrou* + **libertou* + **tirou* + **soltou*) *a cara* do amigo de uma encrenca.

Tanto em *cortar as asas* como em *livrar a cara* não aceitam substituir seus respectivos verbos nas frases acima. Isso acontece porque em (13a), o verbo *cortar* junta-se ao substantivo *asa* para formar uma expressão com um novo sentido, que é reprimir alguém. Da mesma forma, se substituir o verbo *livrar*, da sequência *livrar a cara*, como na frase (14a), tem-se a perda de seu sentido, que é sair de uma situação embaraçosa. A impossibilidade de substituição dos verbos, em (13a) e (14a), confirmam que essas sequências são realmente expressões fixas.

No entanto, apesar de a grande maioria das expressões fixas de estruturas argumentais VartN não aceitarem substituir o verbo por outro, como seu viu acima, algumas admitem a substituição do verbo, como abaixo:

(15) Eder *amarrrou a cara* para Marcelo.

(15^a) Eder (*amarrrou* + *fechou*) *a cara* para Marcelo.

Em (15a), a expressão fixa *amarrar a cara*, admite a troca do verbo *amarrar* pelo verbo *fechar* sem comprometer o sentido da expressão, que é demonstrar zanga ou desagrado.

Algumas expressões fixas que admitem a troca do verbo por outro sinónimo:

(16) Eder *fechou os ouvidos* para as fofocas do trabalho.

(16a) Eder (*fechou* + *tapou*) *os ouvidos* para as fofocas do trabalho.

A troca do verbo *fechar* pelo verbo sinónimo *tapar*, em (16a), não prejudica o sentido metafórico da expressão fixa *fechar os ouvidos*.

A FORMALIZAÇÃO

Após a descrição das expressões fixas, de estrutura argumental VartN, tornou-se possível criar três classes representativas dessa estrutura, como na tabela abaixo:

Classe	Estrutura	Exemplo	Efetivo
PB-CA1	N ₀ V Art C _{1pc}	Eder <i>afiou a língua</i>	57
PB-CADN	N ₀ V Art (C de N) _{1pc}	Eder <i>calou a boca</i> de Marcelo	54
PB-CA1PN	N ₀ V Art C _{1pc} Prep N	Eder <i>fechou a cara</i> para Marcelo	64

Para cada classe tem-se uma tábua. As tábuas foram construídas de acordo com as propriedades observadas durante a descrição de cada expressão fixa. Na construção dessas tábuas, fez-se necessário também observar o tipo de complemento, a posição do elemento lexical, tanto livre quanto fixo, através das diversas transformações sintáticas.

As estruturas dessas tábuas seguem os mesmos códigos convencionais da teoria do Léxico-gramática. Todos propostos inicialmente por Gross (1982). Tem-se abaixo o fragmento de uma das tábuas do Léxico-gramática prontas:

Tábua da classe PB-CA1, com estrutura N₀ V Art C_{1pc};

N ₀ =: Nhum N ₀ =: N-hum	Negação obrigatória	Verbo	Inserção lexical	Det. obrigatório	Varição do determinante	Subst. do det. por pron. oblíquo	C _{1pc}	C _{1pc} =: Nsingular C _{1pc} =: Nplural	Forma passiva	Subst. de V por outro V	Varição em nº do C _{1pc}
+	-	<abastecer>	bastante / bem	o		+	estômago	+	-	+	-
+	-	<Abrir>		a		+	cabeça	+	-	-	-
+	-	<Abrir>		o		+	pulso	+	-	-	-
+	-	<Abrir>		os		-	bofes	-	+	+	-
+	-	<Amarrar>		a		-	testa	+	-	-	-

Fragmento da Tábua PB-CA1, representando a estrutura N₀ V Art C_{1pc}

Nessa tábua, as propriedades observadas nas expressões fixas são de maneira simples e objetiva, que podem ser da seguinte forma:

- a) nas linhas imaginárias das tábuas tem-se as expressões;

- b) nas colunas tem-se suas propriedades;
- c) nas colunas à esquerda encontram-se os sujeitos das frases, que podem ser humanos, representados pelo código $N_0=Nhum$, ou não humanos, representados pelo código $N_0=N-hum$;
- d) ainda à esquerda tem-se uma coluna que indica se a expressão apresenta obrigatoriedade de negação ou não.
- e) o código $< >$ indica que a palavra, representada pelo verbo é possível de flexão.
- f) a quarta coluna indica as expressões fixas que admitem uma inserção lexical.
- g) a quinta coluna diz respeito a obrigatoriedade e o tipo de determinante.
- h) a sexta coluna indica se há possibilidade de variação desse determinante obrigatório.
- i) já a sétima coluna indica se a expressão fixa admite substituir o determinante por um pronome possessivo.
- j) na oitava coluna, o código C_{1pc} indica um complemento fixo direto da expressão, com nome de parte do corpo.
- k) a nona coluna indica se o C_{1pc} vem obrigatoriamente no singular ou plural.
- l) a décima coluna indica se há possibilidade de passivação da expressão.
- m) a penúltima coluna à direita indica se é possível trocar o verbo pertencente a expressão por outro verbo de igual valor semântico.
- n) a última coluna à direita indica se é possível ou não variar em número o N (substantivo) da expressão fixa.
- o) o sinal (“+”) representa a ocorrência de determinada propriedade nas tábuas. Já o sinal (“-”) indica a não ocorrência de determinada propriedade nas tábuas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, foi apresentado uma descrição e uma formalização das expressões fixas de estrutura argumental verbal VartN, com *nomes de partes do corpo*, para processamento de linguagem natural, com objetivo de inseri-las em um ambiente computacional, considerando que os recursos linguísticos utilizados foram construídos manualmente, o que possibilitou uma garantia de maior fidelidade às informações sintático-semânticas.

Há, ainda, muitas estruturas argumentais que merecem uma investigação mais detalhada, visto que a criatividade do falante é um fator que interfere sobremaneira e continuamente no uso das expressões fixas. Portanto, cabe nesse contexto considerar outras formas de análise, levando-se em conta o tempo e o espaço em que as expressões fixas são analisadas. Nesse sentido, registra-se que há uma inesgotável fonte de pesquisa no tratamento e descrição das expressões fixas.

A descrição ainda pode ser mais detalhada, mas a formalização apresentada já possibilita sua implementação em dicionário eletrônico por meio de um software, viabilizando o processamento automático da linguagem natural do *corpus* analisado.

REFERÊNCIAS

BASILIO, Margarida. **Teoria lexical**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2004.

GARRÃO, Milena de Uzeda. **Um estudo de expressões cristalizadas e sua inclusão em um tradutor automático bilíngue (português/inglês): o caso de “bater + SN”**. 2001. Dissertação de Mestrado.

GROSS, Maurice. **Methods and Tactics in the Construction of a Lexicon- Grammar**. Linguistics in the Morning Calm 2, Selected Papers from SICOL, Seoul: Hanshin Publishing Company 1986, p.177-197.

_____. **Méthodes en syntaxe**. Le régime des constructions complétives. Paris: Hermann, 1975.

_____. **Une classification des phrases ‘figges’ em français**. Revue Québécoise de linguistique, Vol. 11, n. 2, 1982, p. 151-185.

LAPORTE, Éric. Exemplos atestados e exemplos construídos na prática do Léxico-gramática. Tradução do francês: Francisco Antônio P. Léllis. In **Revista (Com)textos Linguísticos 2**. 2008, p. 26-51.

MAKKAI, A. **Idiomacity as a language universal**. In: Greenberg, J.H. Universals of human language. Vol. 3, Stanford: Stanford University Press, 1978, p. 401-448.

OTHERO, Gabriel de Ávila. *Linguística computacional: uma breve introdução. **Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro***. Leda Bisol (Org.). 4. ed. Porto Alegre: EDIPUCS, 2006.

PAUMIER, Sébastien. *Unitex Manual, 2006*. <http://univ-mlv.fr/~unitex>.

SMARSARO, Aucione Das Dores. *Descrição e formalização de palavras compostas do português do Brasil para elaboração de um dicionário eletrônico*. 2004. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

VALE, Oto Araújo. *Expressões cristalizadas do português do Brasil: uma proposta de tipologia*. 2001. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual Julio Mesquita Filho - Campus de Araraquara, São Paulo, 2001.

YOUSSEF, A. Nicolau; FERNANDEZ, V. Paz. *Informática e sociedade*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

ENUNCIÇÃO PROVERBIAL E ARGUMENTAÇÃO POR AUTORIDADE EM CARTAS DO LEITOR.

Yves Figueiredo de Oliveira*

Resumo: Neste trabalho estudamos a ocorrência de provérbios empregados como argumento de autoridade em cartas do leitor. A partir do corpus constituído de cartas da seção “Dos Leitores”, no jornal carioca O Globo, publicadas no período compreendido entre 01-01-2010 a 01-01-2011, foram selecionados 83 (oitenta e três) textos com a presença de provérbios, numa abordagem representativa que permitiu estudar o processo de construção da argumentação por autoridade nesses contextos. A hipótese defendida é a de que os enunciados proverbiais podem figurar como argumentos por autoridade a fim de embasar as teses dos autores das supramencionadas cartas do leitor, e as teorias que dão suporte a este estudo baseiam-se nos estudos empreendidos pela Semântica Argumentativa, de Ducrot (1987), e a Nova Retórica, de Perelman e Tyteca (2005), além das teorias relacionadas aos gêneros jornalísticos, de Melo (1994), entre outros. A análise dos dados nos permite afirmar que os enunciados proverbiais estudados constituem um primoroso recurso argumentativo, sobretudo concernente à argumentação por autoridade em cartas do leitor, dado, entre outros fatores, o seu caráter mnemônico e seu status de verdade consensual.

Palavras-chave: Argumentação. Provérbios. Carta do leitor.

Abstract: We study the occurrence of proverbs used as an argument of authority in the reader's letters. In the corpus of letters from the section "Dos Leitores", in the Rio newspaper O Globo, published in the period from 01-01-2010 to 01-01-2011, we selected 83 (eighty three) texts with the presence of proverbs in a representative approach that allowed us to study the process of construction of the argument by authority in these contexts. The hypothesis presented is that the proverbial utterances may appear as arguments for authority to base the thesis of the authors of the letters mentioned, and the theories that support this work are based on studies undertaken by Argumentative Semantics of Ducrot (1987), and the New Rhetoric of Perelman and Tyteca (2005), and theories related to the journalistic genres, de Melo (1994), among others. The data analysis allows us to say that the proverbial utterances studied are considered excellent argumentative resources, especially concerning the argument by authority of letters from readers, due, among other factors, the mnemonic character and status of a true consensus.

Keywords: Argumentation. Proverbs. Readers letters.

*Mestre em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGEL) – DLL – CCHN – UFES – Vitória – ES – Brasil. E-mail: Lpyves@yahoo.com.br Orientação: Prof. Dr. José Augusto Carvalho.

Considerações iniciais

A temática principal abordada neste trabalho reside na pergunta que constitui o fio condutor da pesquisa: os provérbios, caracterizados como discurso de ensinamento, de conselhos, portadores de um saber consensual, são utilizados como argumentos de autoridade no discurso? A partir desse ponto, outras questões nos sobrevieram: Quais os provérbios mais empregados? Como eles são aplicados? De que modo são introduzidos no texto? Notamos, assim, que o caminho a seguir estava aberto. Nossa hipótese é a de que os provérbios podem ser empregados como argumentos por autoridade a fim de embasar teses dos autores das cartas do leitor estudadas. Portanto este trabalho justifica-se pela intenção de contribuir para a ampliação dos estudos acerca da argumentação, estudando os efeitos do emprego de provérbios como argumentos de autoridade em textos do gênero carta do leitor, com análises que possam fornecer novos reflexos para as atuais e futuras pesquisas na área.

Provérbios: A voz do povo é a voz de Deus.

O universo proverbial sempre foi objeto de várias pesquisas em diferentes campos, seja no tocante à paremiologia, área que se preocupa especialmente com a garimpagem e classificação de provérbios; seja no viés lexicográfico, fraseológico, folclórico; ou ainda, na perspectiva enunciativo-discursiva, área que concentra cada vez mais estudos relativos aos provérbios.

Como esta pesquisa se volta ao estudo dos provérbios no campo discursivo, em especial, na ação retórico-argumentativa, concordamos com a definição de Xatara (2008a, p.19), que caracteriza o provérbio como uma unidade léxica fraseológica fixa, consagrada por determinada comunidade linguística, que recolhe experiências vivenciadas em comum e formula como um enunciado conotativo, sucinto e completo, empregado com a função de ensinar, aconselhar, consolar, advertir, repreender, persuadir ou até mesmo praguejar.

Do ponto de vista discursivo, o uso de provérbios é cotidiano e socialmente utilitário para reprodução e perpetuação de atitudes, valores e ações, como ao dizer a outras pessoas o

que fazer ou não fazer ou que atitude tomar ou não tomar em relação a uma determinada situação. Obelkevich (1997, p. 45) declara que os provérbios se constituem em “‘estratégias para situações’, mas estratégias com autoridade”.

Os provérbios representam um estratagema valioso na argumentação. Ao citá-lo, colocamo-nos em uma posição privilegiada pela posse da sabedoria universal, pois, já que é conhecida e aceita pelo corpo social, proporciona respaldo àquilo que argumentamos. Outro fator apreciável referente ao uso de provérbios em contextos argumentativos reside em seu caráter impessoal.

Rocha (1995) expõe que a citação de um provérbio resulta, em determinados casos, numa estratégia em que o locutor se exime de dizer algo, usando como escudo um provérbio, que, por sua natureza de verdade geral, não faz referência explícita a um indivíduo em especial. O locutor, no emprego de um provérbio no discurso, necessariamente terá a intenção de atingir um determinado alvo. Logo, essa natureza genérica origina uma

“[...] ‘dubiedade’ em termos de referência a alvos específicos, o que é aliás vantajoso para ambos os parceiros do ato de fala, já que permite ao alocutário todo o jogo do ‘dizer e não dizer’ (para lembrar Ducrot), e também do ouvir sem escutar ou receber sem receber, da parte do alocutário” (ROCHA, 1995, p.150).

Em razão do “dizer sem dizer”, de sua condição de verdade incontestável, advinda de uma fonte de sabedoria admitida como indefectível, assim como de suas características mnemônicas, é que para a referida autora o provérbio se define como uma “arma apreciada na argumentação” (ROCHA, 1995, p.151).

Fundamentos teóricos: saco vazio não para em pé - dialogismo bakhtiniano, polifonia e heterogeneidades.

Uma das principais teorias desenvolvidas pelo Círculo Bakhtiniano diz respeito ao caráter dialógico da linguagem. Vista desse modo, torna-se relativamente fácil perceber ocorrências concretas do caráter dialógico em quase todo processo discursivo. Quando enuncia algo, o locutor o faz em função da existência de um interlocutor, podendo ser este último, real ou virtual. Tal enunciado, então, requer um feedback, uma resposta do interlocutor. Dá-se o mesmo quando o movimento é contrário, ou seja, a partir do momento

em que recebemos uma enunciação significativa, ela nos propõe uma réplica, em forma seja de concordância, de negação, de ação, etc. Assim, “compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida” (BAKHTIN, 1988, p. 95).

Do princípio dialógico da linguagem decorre o conceito de polifonia proposto por Bakhtin. Faraco (2006) lembra que tal conceito é um empréstimo do vocabulário da música para qualificar a obra de Dostoiévski, considerado por Bakhtin o criador de uma nova forma de romance, o romance polifônico.

Para o mencionado autor, a polifonia se caracteriza como a multiplicidade de vozes e consciências independentes que representam visões diferenciadas sobre o mundo. O termo designaria, assim, o diálogo estabelecido entre diferentes pontos de vista acerca do mundo.

De uma ou de outra perspectiva, encontramos na obra bakhtiniana a proposta de um sujeito que é influenciado pela multiplicidade de vozes sociais. O sujeito dialógico rejeita uma unilateralidade comunicativa, uma vez que se constitui discursivamente. Essa relação é tão intrínseca e heterogênea que poderíamos entender os enunciados como discurso citado, pertencentes à coletividade. Porém cada sujeito é considerado único e Bakhtin não rejeita o perfil singular do sujeito, na medida em que acredita na configuração particular da interação de cada indivíduo com o mundo que o cerca e demanda dele respostas. Há, portanto, apesar da ideia bakhtiniana de que tomamos as palavras dos lábios dos outros, a capacidade de individualização e singularização do discurso de um sujeito, desde que esteja atrelado à interação viva com as vozes sociais.

Aplicando tais conceitos à perspectiva da enunciação proverbial, quando alguém resgata um provérbio e o enuncia, está utilizando as palavras de outrem como uma espécie de discurso citado, assim como funcionaria com qualquer outro enunciado. Todavia, os provérbios fazem parte de memória discursiva do indivíduo e nesse caso são bivocalizadas nos enunciados. Em outras palavras, nossos enunciados expressam ao mesmo tempo a palavra do outro e a perspectiva com que a tomamos ao utilizá-la.

Com base na conceituação bakhtiniana de dialogismo, Authier-Revuz (1982) retoma a discussão acerca da presença do outro no discurso, abordando a questão sob o viés da heterogeneidade. A mencionada autora introduz o conceito de heterogeneidade sob a argumentação de que os enunciados sempre pressupõem uma condição da leitura dialógica,

admitindo mais de uma ‘voz’ do discurso. A presença de múltiplas vozes na enunciação, contrária à ideia de discurso homogêneo, é nomeada por ela heterogeneidade enunciativa.

Os provérbios carregam, dada a sua essência coletiva, importantes traços de heterogeneidade. Maingueneau (1997, p. 102) afirma que não há possibilidade, em sentido estrito, de citação ou de relato de provérbio, uma vez que se pode “apenas referi-lo a um Outro absoluto no qual estaríamos incluídos por direito”.

Argumentação e autoridade: Em terra de cego quem tem um olho é rei.

O argumento de autoridade se vale de ações ou juízos de uma pessoa específica ou de um grupo de pessoas, instituições, etc. como meio de prova de uma tese estabelecida. Maingueneau (1997) afirma que a argumentação por autoridade, fartamente utilizada e por vezes questionada, se constitui numa importante ferramenta de persuasão, dado o seu caráter ambíguo na enunciação.

Segundo a abordagem de Perelman e Tyteca (2005), existem vários argumentos influenciados pelo prestígio, pela reputação que determinado indivíduo possui socialmente. O caráter exemplar de um indivíduo possui tão grande relevância que pode ocasionar propensão à sua imitação. Porém há uma série de argumentos intimamente ligados ao prestígio. Nesse contexto, o argumento de prestígio que será mais claramente marcado é o argumento de autoridade, uma vez que “utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese” (PERELMAN & TYTECA, 2005, p.348).

As autoridades invocadas podem ser bem variáveis, abrangendo desde o parecer unânime ou a opinião comum, passando por certas categorias de homens – como os cientistas e filósofos – e autoridades impessoais – a física, a religião, a Bíblia – até autoridades designadas pelo próprio nome.

Oswald Ducrot (1930 -), linguista francês, considerado fundador da Semântica Argumentativa (ou Semântica da Enunciação), tem-se dedicado há vários anos aos estudos enunciativos da linguagem. No Capítulo VII - A Argumentação por autoridade, de sua obra O dizer e o dito (1987), Ducrot demonstra seu posicionamento diante dos argumentos que se utilizam de figuras de autoridade para embasar teses.

Ducrot (1987, p.140) define dois tipos de argumento de autoridade a propósito de uma dada proposição a qual denomina “P”. Primeiramente, indica-se que “P já foi, é atualmente, ou poderia ser objeto de uma asserção” e, após, apresenta esse fato como se valorizasse a mesma proposição “P”, reforçando-a, atribuindo a ela um peso particular. O referido autor continua suas observações distinguindo dois tipos particulares de argumentação por autoridade: a *autoridade polifônica*, diretamente inscrita na língua, e o *raciocínio por autoridade*, tipo de demonstração, como a indução, a recorrência e a analogia.

Para o teórico, o mecanismo da *autoridade polifônica* possui duas etapas básicas. Em primeiro lugar, o locutor mostra um enunciador, que Ducrot afirma poder ser o próprio locutor ou outra pessoa, asseverando “P”. Em seguida, o locutor apoia nessa primeira asserção uma segunda, relativa a uma outra proposição chamada de “Q”. Assim, de início, temos que o locutor insere em seu discurso “uma voz que não é forçosamente a sua – responsável pela asserção de P” (DUCROT, 1987, p.143), ocorrendo, de um lado, uma identificação com o sujeito asseverador de Q e, de outro, a existência de uma correlação entre as proposições P e Q. A fim de ilustrar tais postulados, tomamos um exemplo do próprio autor:

Parece que vai fazer bom tempo: nós deveríamos sair

P

Q

Dessa forma, o primeiro enunciado (P) funciona como ponto de partida para o raciocínio e serve de base para justificar uma outra asserção (Q), assumida pelo locutor (L). Assim, o enunciador de P exerce o papel de uma autoridade no sentido de que “seu dizer é suficiente para justificar que L, por sua vez, se torna enunciador de Q, fundamentando-se no fato de que a verdade de P implica ou torna provável a de Q” (DUCROT, 1987, p.146).

Por sua vez, o *raciocínio por autoridade* para Ducrot só se concretiza quando há a asserção de uma asserção. Koch (2002, p.146) explica que esse segundo tipo de argumentação por autoridade constitui uma forma de raciocínio experimental em que partimos do fato de que “X disse P”, e, conferindo a X a responsabilidade de não estar enganado sobre o que disse, conclui-se que P é verdade ou verossimilhante, como no exemplo da autora abaixo:

Jorge disse que Mário virá. Penso, pois, que ele virá.

X

P

Nesse caso, se X afirma que P, há uma implicação entre o primeiro enunciado e a própria proposição P.

Ainda para Koch (2002, p. 155), o recurso a provérbios, máximas, ditos populares, expressões consagradas pelo uso pode ser considerado um exemplo de argumentação por autoridade.

Gêneros textuais e carta do leitor: Nem tudo que reluz é ouro.

Os gêneros textuais constituem os inúmeros eventos discursivos a que estamos expostos e estão apoiados em formas padronizadas com estruturas relativamente estáveis, relacionados a diferentes situações sociais. Tais características facilmente permitem realizar a diferenciação entre uma piada e uma receita culinária, por exemplo, já que possuem modos de composição, conteúdos temáticos e estilos que lhes são próprios, além de exercerem funções específicas.

O jornal diário ou mesmo semanal constitui-se em um dos vários tipos de mídia impressa circulantes e caracteriza-se pela veiculação de informações relacionadas aos mais variados segmentos da vida em sociedade, combinando linguagem verbal e não verbal de forma articulada, objetivando atrair a atenção do público leitor e favorecendo seu trabalho de leitura e apreensão.

Melo (1994) expõe que o jornalismo em geral se articula em torno de dois núcleos principais, definidos por ele como jornalismo informativo e jornalismo opinativo. Na esfera opinativa Melo (1994) inclui os gêneros editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta.

Em uma perspectiva funcional-interativa a carta do leitor é considerada de domínio público, de caráter aberto, “com o objetivo de divulgar seu conteúdo, possibilitando, assim, ao público em geral a sua leitura” (BEZERRA, 2005, p.210). Expressa julgamentos pessoais acerca das matérias recém-publicadas, atendendo a vários propósitos comunicativos, como opinar, agradecer, reclamar, solicitar, elogiar, criticar, entre outros.

Conforme Mendes (2011, p.2), atualmente o jornal carioca O Globo recebe textos de vários estados brasileiros em formato de carta do leitor. Chegam aproximadamente 250 cartas de leitores por dia, sendo que a maioria é transmitida digitalmente por e-mail. Do montante de cartas recebidas diariamente, apenas uma média de 25 são publicadas devido ao espaço físico disponível, totalizando cerca de 600 cartas de leitores por mês.

Análise do corpus: Quem procura acha.

Sob a perspectiva redacional, percebe-se que os 83 textos selecionados para a realização desta pesquisa, com a presença de provérbios com função argumentativa, publicados na seção “Dos Leitores”, são essencialmente opinativos; relativamente curtos; estruturados classicamente em três divisões principais (apresentação, desenvolvimento e conclusão); e utilizam o padrão culto da língua. Do ponto de vista da angulação, nota-se que o gênero carta do leitor se distancia das características peculiares do jornalismo, exatamente por reproduzir o ângulo observativo do leitor. É o espaço destinado a acolher as opiniões de quem recebe e processa o conteúdo veiculado pelo jornal.

A seguir procederemos à análise de um dos textos selecionados.

“Marina demonstrou na entrevista que é hábil no falar e não se deixar manipular por outros. No entanto, para presidir o Brasil é preciso mais. Se os brasileiros almejam um Brasil próspero, justo e livre, precisamos colocar acima de tudo os princípios éticos básicos, pois ninguém está acima da lei, *os fins não justificam os meios*; e no episódio do mensalão do governo Lula, Marina se omitiu, e *quem cala, às vezes, demonstra consentir. Também há outro ditado que nos diz: "dize-me com quem andas, e te direi quem és."* Marina sempre andou com o PT, alcançou respeito internacional com seu trabalho pelo meio ambiente através desse partido. Algo que não me convenceu foi a sua afirmação de que PSDB, DEM, PTB e PT são fisiologistas, ao mesmo tempo falando que com eles vai governar, sem ficar refém deles. Por acaso ela é a nova milagreira nacional?” (Grifos nossos.)

O texto acima foi publicado no dia 12 de agosto de 2010, período em que a disputa eleitoral pela presidência do Brasil estava começando a se tornar mais acirrada devido à proximidade do pleito. Entretanto, nota-se que o leitor critica alguns posicionamentos da candidata em face de alguns escândalos envolvendo membros do partido político do então governo Lula (PT), quando não se manifesta contrariamente sobre os fatos ocorridos.

Temos no texto em tela a asserção de três provérbios identificáveis utilizados com função argumentativa (“Os fins justificam os meios”; “Quem cala, consente”; “Diz-me com quem andas e te direi quem és”), os quais apoiam as ideias defendidas pelo autor da carta do leitor. A seguir faremos uma abordagem individual para cada provérbio mencionado.

Primeiramente, o autor demonstra assentimento às opiniões emitidas pela candidata à presidência no tocante à primazia aos princípios éticos em detrimento de ações que ignoram convicções e preceitos valorativos reconhecidos socialmente. Finalizando esse pensamento, o autor discorda da verdade evocada pelo provérbio “Os fins justificam os meios”, empregando

uma forma negativa (“Os fins não justificam os meios”) e essa ruptura do saber proverbial admitido como universal acaba por causar uma sensação de desconforto no sujeito-leitor. Nesse caso, o autor utiliza o provérbio para refutá-lo, isto é, o ponto de partida se constitui em uma representação consensual que em seguida será invalidada.

Lyzardo-Dias (2001) indica que do ponto de vista comunicacional tal contestação chama a atenção dos sujeitos-leitores e esse “estranhamento pode funcionar como elemento de interesse na medida em que ele levaria tais sujeitos a se deterem naquilo que se opõe à expectativa deles” (LYZARDO-DIAS, 2001, p.162).

Em relação ao provérbio “Quem cala, consente”, Souza (2001, p.268) explica que quem não protesta no momento oportuno dá o seu tácito consentimento. Sua utilização pelo autor da carta do leitor sugere que no episódio envolvendo escândalos financeiros no governo Lula, a candidata Marina, então Ministra do Meio Ambiente à época, não se pronunciou publicamente a respeito. Baseado no raciocínio proverbial, conclui-se daí que ela consentiu na corrupção ativa veiculada pela mídia.

E é justamente o resultado dessa inferência que é criticada pelo autor, isto é, se a sabedoria universal dos provérbios é tomada como indefectível pela maioria do público leitor, muito provavelmente a candidata concorda com os atos inescrupulosos praticados por membros do então governo. Nota-se, portanto, que a enunciação proverbial serviu de premissa básica para a evolução da argumentação.

Caso semelhante ocorre quando o autor da citada carta lança mão de mais um provérbio, completando três asserções de enunciados proverbiais. Souza (2001, p.67) explica que o significado convencional do provérbio “Diz-me com quem andas e te direi quem és” é a descoberta do verdadeiro caráter das pessoas pela observação do tipo de companhia que costuma ter.

No caso em tela, o autor da carta evidencia por meio do provérbio a contradição na fala da candidata à presidência. Inicialmente, o autor expõe que Marina alcançou prestígio internacional ao integrar o corpo de ministros do governo petista. Porém, na sequência, o autor revela a afirmação da candidata de que os partidos oposicionistas (PSDB, DEM, PTB) e até mesmo o próprio PT, o qual tinha apoio de seu partido (PV), são fisiologistas, isto é, governam à revelia do bem comum, buscando apenas vantagens pessoais ou partidárias.

Observamos que, na última enunciação proverbial, o autor do texto utiliza a expressão metalinguística “Também há outro ditado que nos diz:” para inserir o provérbio no discurso.

Rocha (1995) afirma que, em casos como esse, fica claro o objetivo de buscar apoio para a argumentação na autoridade de uma sabedoria que não é a do autor do texto em particular. Lyzardo-Dias (2001) nomeia as expressões que precedem os provérbios e sucedem a eles de expressões meta-enunciativas. A expressão “Também há outro ditado que nos diz:” orienta a leitura, indicando que a frase seguinte é “a denominação de um conceito geral a ser projetado naquela situação em particular” (LYZARDO-DIAS, 2001, p.184). Vale ressaltar que tais expressões acompanharam 29 (vinte e nove) provérbios nas cartas do leitor integrantes do corpus desta pesquisa, representando 35% do total.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) apontam que, quanto mais importante é a autoridade, mais indiscutíveis parecem suas palavras. Ao revelar o enunciado proverbial mediante expressões metalinguísticas, o autor embasa explicitamente sua tese na autoridade admitida pela coletividade como incontestável. Uma vez gerada a ideia generalizada representada pelo provérbio, o autor da carta do leitor busca particularizá-la para uma situação específica que ele relata em seguida. Assim, a aplicação do provérbio a um fato específico demonstra a validade da verdade que o provérbio evoca. Inserido como uma premissa, ou seja, como asserção inicial, o provérbio implica a “projeção do conceito que genérica e universalmente ele denomina para uma situação específica” (LYSARDO-DIAS, 2001, p.156).

A asserção de "dize-me com quem andas, e te direis quem és." funciona como ponto de partida para a construção da argumentação. Sob a perspectiva ducrotiana acerca da autoridade polifônica o citado provérbio representaria o enunciado P, isto é, uma voz que não necessariamente pertence ao autor da carta do leitor, mas à coletividade, à sabedoria universal. A partir daí, a argumentação segue apoiada em P, constituindo o que Ducrot (1987) chama de Q.

Evidentemente, o provérbio escolhido pelo autor do texto corroborará para a compreensão do que se quer dizer, comprovando o que Ducrot afirma sobre a necessidade de correlação entre as proposições P e Q. Desse modo, fica explícito que o primeiro enunciado (P) funciona como ponto de partida para o raciocínio e serve de base para justificar uma outra asserção (Q), assumida pelo locutor (L). Assim, o enunciador de P exerce o papel de uma autoridade no sentido de que “seu dizer é suficiente para justificar que L, por sua vez, se torna enunciador de Q, fundamentando-se no fato de que a verdade de P implica ou torna provável a de Q” (DUCROT, 1987, p.146).

Considerações finais

Neste trabalho verificamos que os provérbios, enquanto manifestações linguísticas populares, constituem um primoroso recurso argumentativo, sobretudo concernente à argumentação por autoridade em cartas do leitor. Por meio das análises empreendidas foi possível comprovar, sob a perspectiva de Ducrot (1987) e Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), que essas expressões ancoradas na tradição popular são utilizadas nas cartas produzidas por leitores do Jornal *O Globo*, servindo como argumento de autoridade, objetivando convencer os leitores das citadas cartas acerca dos assuntos abordados.

Também foi possível observar o caráter polifônico na autoridade proverbial. Geralmente, ao utilizarmos um argumento de autoridade, citamos personalidades que são referências em suas respectivas áreas de conhecimento. A argumentação por autoridade, portanto, se baseia em determinada pessoa ou grupo de pessoas localizadas fisicamente em um contexto sócio-histórico. Ao empregarmos um provérbio para efeito de argumentação por autoridade não fazemos referências a uma pessoa ou a um grupo especial, apoiamos nossa argumentação em todas as pessoas que já proferiram tal provérbio, sendo na maioria dos casos impossível determinar o seu primeiro locutor.

Referências

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: _____. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p.11-80.

_____. A representação do discurso outro: um campo multiplamente heterogêneo. *Calidoscópico*, nº 2, Vol. 6, p. 107-119, 2008. Tradução: Daniel Costa da Silva.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

BEZERRA, M. A. Por que cartas do leitor na sala de aula?. In DIONÍSIO, Q. P.; MACHADO, A. R; BEZERRA, M. A (Orgs.). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 208-216.

DUCROT, O. A argumentação por autoridade. In: _____. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987. Cap. VII, p. 139-160.

DUCROT, O. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: _____. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987. Cap. VIII, p. 161-217.

DUCROT, O. La polifonia en lingüística. In *Polifonia y argumentacion*. Cali: Universidad del Valle, 1988. p. 15-29.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin*. Curitiba, Criar Edições, 2. ed. 2006.

KOCH, I. G. V. Argumentação e autoridade polifônica. In: _____. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 8ed., 2002. p. 140-157.

LACERDA, R. C.; LACERDA, H. R. C.; ABREU, E. S. *Dicionário de provérbios –francês, português, inglês*. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.

LYSARDO-DIAS, D. *Provérbios que são notícia: uma análise discursiva*. 2001, 276f., Tese (Doutorado em Letras: Linguística). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Campinas: Pontes, 1997.

MELO, J. M. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1994

MENDES, L. M. R. *Um pouco da história do relacionamento do Globo com seus leitores*. Disponível em: <<http://paginas.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/8o-encontro-2011-1/artigos/Um%20pouco%20da%20historia%20do%20relacionamento%20do%20Globo%20com%20seus%20leitores.pdf/view>>. Acesso em 15 de julho de 2011.

OBELKEVICH, J. Provérbios e História Social. In BURKE, P.; PORTER, R (Orgs.). *História social da linguagem*. São Paulo: UNESP, 1997, p. 43-81.

PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005

ROCHA, R. *A enunciação de provérbios: descrições em francês e português*. São Paulo: Annablume, 1995.

SANTOS, M. O. *Um comprimido que anda de boca em boca: os sujeitos e os sentidos no espaço da enunciação proverbial*. Campinas: Pontes, 2007.

SOUZA, J. R.. *Provérbios & máximas em 7 idiomas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

XATARA, C.; OLIVEIRA, W. L. *Novo PIP: dicionário de provérbios, idiomatismos e palavrões em uso*. São Paulo: Editora da Cultura, 2008a.

XATARA, C.; SUCCI, T. M. Revisitando o conceito de provérbio. *Veredas on line*, Juiz de Fora, PPG Linguística/UFJF, 1/2008, p.33-48, 2008b. Disponível em <www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo31.pdf> Acesso em 20/03/2010.

POLÍTICA EDITORIAL

- A Revista *PERcursos Linguísticos* publica trabalhos inéditos (artigos, resenhas e entrevistas) sobre fenômenos linguísticos de pesquisadores doutores (brasileiros e estrangeiros), pós-graduandos e alunos de Iniciação Científica (neste caso, com certificação do professor orientador).
- Os trabalhos são apreciados por dois membros do Conselho Editorial. Havendo divergência entre eles na indicação para publicação, o trabalho é submetido à avaliação de um terceiro parecerista, na qual a Comissão se baseará para decisão final sobre a publicação.
- A Comissão Editorial cientificará os autores sobre o conteúdo total ou parcial dos pareceres emitidos sobre o trabalho, garantindo o anonimato dos pareceristas, uma vez que os pareceres são de uso interno da Comissão. Os autores serão notificados da aceitação ou recusa dos seus artigos.
- Os trabalhos podem ser escritos em português, inglês, espanhol ou francês.
- Os dados e conceitos contidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências, serão de inteira responsabilidade do(s) autor(es).
- Os originais apresentados não devem ter sido submetidos a outro periódico simultaneamente.
- Os direitos autorais referentes aos trabalhos aprovados serão concedidos, sem ônus, automaticamente à revista *PERcursos Linguísticos*, a qual poderá então publicá-los com base nos incisos VI e I do artigo 5º da Lei 9610/98. O trabalho publicado poderá ser acessado pela rede mundial de computadores, sendo permitidas, gratuitamente, a consulta e a reprodução de exemplar do trabalho para uso próprio de quem o consulta. Essa autorização de publicação não tem limitação de tempo, ficando o site da revista (em elaboração) responsável pela manutenção da identificação do autor do artigo. Casos de plágio ou quaisquer ilegalidades nos textos apresentados são de inteira responsabilidade de seus autores.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

- ✓ O trabalho deve ser digitado em *Word for Windows*, versão 6.0 ou superior, em papel A4 (21 cm X 29,7 cm), com margens superior e esquerda de 3 cm e direita e inferior de 2 cm, sem numeração de páginas. A fonte deverá ser Times New Roman, tamanho 12, em espaçamento 1,5 entre linhas e parágrafos, com alinhamento justificado. Entre texto e exemplo, citações, tabelas, ilustrações, etc., utilizar espaço duplo.
- ✓ Os trabalhos devem ter extensão mínima de 10 e máxima de 20 páginas, incluindo todos os dados, como tabelas, ilustrações e referências bibliográficas.
- ✓ O trabalho deve obedecer à seguinte estrutura:
 - *Título*: centralizado, em maiúsculas com negrito, no alto da primeira página.
 - *Nome do(s) autor(es)*: por extenso, com letras maiúsculas somente para as iniciais, duas linhas abaixo do título, alinhado à direita, com um asterisco que remeterá ao pé da página para identificação da instituição a que pertence(m) o(s) autor(es).
 - *Filiação institucional*: em nota de rodapé, puxada do sobrenome do autor, na qual constem o departamento, a faculdade (ou o instituto, ou o centro), a sigla da universidade, a cidade, o estado, o país e o endereço eletrônico do(s) autor(es).
 - *Resumo*: em português e inglês (abstract) para os textos escritos em português; na língua do artigo e em português para artigos escritos em língua estrangeira. Precedido desse subtítulo e de dois-pontos, em parágrafo único, de no máximo 200 palavras, justificado, sem adentramento, em espaçamento simples, duas linhas abaixo do nome do autor.
 - *Palavras-chave e keywords*: no mínimo três e no máximo cinco; precedidas desse subtítulo e de dois-pontos, com iniciais maiúsculas, separadas por ponto, fonte normal, em alinhamento justificado, espaçamento simples, sem adentramento, logo abaixo do resumo.
 - *Texto do artigo*: iniciado duas linhas abaixo das palavras-chave e *keywords*, em espaçamento 1,5 cm. Os parágrafos deverão ser justificados, com adentramento de 1,25 cm na primeira linha. Os subtítulos correspondentes às seções do trabalho deverão figurar à esquerda, em negrito, sem numeração e sem adentramento, com a inicial da primeira palavra em maiúscula. Os subtítulos

obrigatoriamente utilizados (**Resumo, Palavras-chave, Abstract, Keywords, Referências**) também se submetem a essa formatação. Deverá haver espaço duplo de uma linha entre o último parágrafo da seção anterior e o subtítulo. Todo destaque realizado no corpo do texto será feito em itálico. Exemplos aos quais se faça remissão ao longo do texto deverão ser destacados dos parágrafos que os anunciam e/ou comentam e numerados, sequencialmente, com algarismos arábicos entre parênteses, com adentramento de parágrafo.

- *Referências*: precedidas desse subtítulo, alinhadas à esquerda, justificadas, sem adentramento, em ordem alfabética de sobrenomes e, no caso de um mesmo autor, na sequência cronológica de publicação dos trabalhos citados, duas linhas após o texto.

- ✓ Para referências em geral (de livro, de autor-entidade, de dicionário, de capítulo de livro organizado, de artigo de revista, de tese/dissertação, de artigo/notícia em jornal, de trabalhos em eventos, de anais de evento, de verbete, de página pessoal), seguir a NBR 6023 da ABNT. Os *documentos eletrônicos* seguem as mesmas especificações requeridas para cada gênero de texto, dispostos em conformidade com as normas NBR 6023 da ABNT; no entanto, essas referências devem ser acrescidas, quando for o caso, da indicação dos endereços completos das páginas virtuais consultadas e da data de acesso a arquivos *on line* apenas temporariamente disponíveis.

- ✓ Para citações, seguir NBR 10520 da ABNT. Ressalte-se que as referências no texto devem ser indexadas pelo sistema autor-data da ANBT: (SILVA, 2005, p. 36-37). Quando o sobrenome vier fora dos parênteses, deve-se utilizar apenas a primeira letra em maiúscula.

- ✓ No caso de haver transcrição fonética e uso de fontes do IPA, é necessário usar somente um tipo de fonte: silDoulosIPA, tamanho 12. A fonte pode ser obtida gratuitamente por meio do *site*: http://scripts.sil.org/DoulosSIL_download

- *Anexos*, caso existam, devem ser colocados após as referências bibliográficas, precedidos da palavra **Anexo**, em negrito, sem adentramento e sem numeração.

- Os trabalhos que não se enquadrarem nas normas aqui expostas serão recusados.

O trabalho (um e somente um por grupo ou por autor) deverá ser enviado para endereço eletrônico percursoslinguisticos@hotmail.com em dois arquivos digitais, em formato *Word for Windows* (versão 6.0 ou superior), conforme as normas aqui divulgadas. No texto do primeiro arquivo, em uma folha que anteceda o artigo, devem constar os seguintes dados: nome e endereço completo do(s) autor(es), com telefone, fax e e-mail; formação acadêmica; instituição em que trabalha; especificação da área em que se insere o artigo. No texto somente do segundo arquivo deverá ser omitida qualquer identificação de seu(s) autor(es).

Serão devolvidos aos autores trabalhos que não obedecerem tanto às normas aqui estipuladas quanto às normas de formatação.

PERcursos Linguísticos

COMISSÃO EDITORIAL

A/C Alexsandro Rodrigues Meireles (presidente), Ana Cristina Carmelino,
Edenize Ponzo Peres, Júlia Maria da Costa de Almeida,
Lúcia Helena Peyroton da Rocha, Maria da Penha Pereira Lins
ou Micheline Mattedi Tomazi

CCHN/ PPGEL – Programa de Pós-Graduação em Linguística

Universidade Federal do Espírito Santo

Av. Fernando Ferrari, nº 514

Campus Universitário – goiabeiras

CEP 29075-910

Vitória – ES

Tel: 0 XX 4009-2801

E-mail: percursoslinguisticos@hotmail.com